

SUZANO HOLDING S.A. SUZANO Holding

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA SUZANO HOLDING S.A.

<p>Aos Senhores Administradores e Acionistas, O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da Suzano Holding S.A. submetem à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Considerando que o patrimônio líquido da Suzano Holding S.A. está quase que exclusivamente investido na controlada Suzano S.A., suas demonstrações contábeis refletem substancialmente essa participação. As informações relativas ao desempenho da Suzano S.A. estão detalhadas no Relatório da Administração dessa controlada.</p>	<p>RESULTADOS O lucro da Suzano Holding no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 2.349.415 mil, em comparação ao prejuízo de R\$ 2.938.863 mil apurado no exercício anterior. O principal fator que contribuiu para o lucro do exercício, e para o prejuízo do exercício anterior, foi o resultado da equivalência patrimonial apurado sobre o investimento detido na controlada Suzano S.A.</p>	<p>(em milhares de reais)</p> <p>Abertura da equivalência patrimonial por controlada Suzano S.A. 2.351.701 (2.920.818) Premesa S.A. e Nemonorte Imóveis e Part. Ltda. 5.171 (2.994) 2.356.872 (2.917.824)</p> <p>Auditoria e controles internos Os auditores externos apresentam suas avaliações sobre resultados, práticas contábeis e controles internos diretamente aos membros do Conselho de Administração. Em atendimento à Instrução CVM 381/03, a Companhia declara que não houve nenhum serviço prestado pelo Auditor Independente no exercício de 2021, que não seja de auditoria externa.</p>																		
	<table border="0"> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;">31/12/2021</td> <td style="text-align: right;">31/12/2020</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;">2.356.872</td> <td style="text-align: right;">(2.917.824)</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;">(8.253)</td> <td style="text-align: right;">(7.251)</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;">691</td> <td style="text-align: right;">1.788</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;">105</td> <td style="text-align: right;">(15.576)</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;">2.349.415</td> <td style="text-align: right;">(2.938.863)</td> </tr> </table>		31/12/2021	31/12/2020		2.356.872	(2.917.824)		(8.253)	(7.251)		691	1.788		105	(15.576)		2.349.415	(2.938.863)	
	31/12/2021	31/12/2020																		
	2.356.872	(2.917.824)																		
	(8.253)	(7.251)																		
	691	1.788																		
	105	(15.576)																		
	2.349.415	(2.938.863)																		

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora			Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020		
Ativo											
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.598.149	6.884.478	5.482	46.248	Fornecedores	17	3.288.897	2.361.098	-	-
Aplicações financeiras	6	7.508.275	2.212.079	-	-	Empréstimos, financiamentos e debêntures	18.1	3.655.537	2.043.386	-	-
Contas a receber de clientes	7	6.532.715	2.915.483	-	-	Contas a pagar de arrendamento	19.2	623.998	620.762	716	585
Estoques	8	4.639.085	4.011.764	-	-	Instrumentos financeiros derivativos	4.5	1.563.459	1.991.118	-	-
Dividendos a receber	11	6.604	7.633	250.068	816	Tributos a recolher		339.798	170.741	207	229
Tributos a recuperar	9	361.020	407.132	272	252	Salários e encargos sociais		594.722	497.384	4.117	4.579
Instrumentos financeiros derivativos	4.5	470.261	484.043	-	-	Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	23	99.040	101.515	-	-
Adiantamentos a fornecedores	10	59.564	43.162	-	-	Dividendos a pagar	11	914.249	6.239	243.954	-
Outros ativos		938.116	731.708	196	181	Adiantamentos de clientes		103.656	25.171	-	-
		34.113.789	17.697.482	256.018	47.497	Outros passivos		368.619	361.352	102	178
Ativo mantido para venda	1.2.2	-	313.338	-	-	Total do passivo circulante		11.551.975	8.178.766	249.096	5.571
Total do ativo circulante		34.113.789	18.010.820	256.018	47.497	Não circulante					
Não circulante						Empréstimos, financiamentos e debêntures	18.1	75.973.092	70.856.496	-	-
Partes relacionadas	11	38.921	2.500	33.873	-	Contas a pagar de arrendamento	19.2	5.270.498	4.572.772	586	1.189
Aplicações Financeiras	6	250.054	184.778	-	-	Instrumentos financeiros derivativos	4.5	6.331.069	6.126.282	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	-	-	167	208	Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	23	306.912	400.713	-	-
Tributos a recuperar	9	1.269.164	834.575	-	-	Provisão para passivos judiciais	20.1	3.232.612	3.255.955	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	8.731.608	8.678.577	1.668	1.564	Passivos atuariais	21.2	675.158	785.045	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	4.5	971.879	857.377	-	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	99	737	-	-
Adiantamento a fornecedores	10	1.282.763	1.015.115	-	-	Pagamento baseado em ações e outros	22	169.063	196.411	2.065	1.276
Contas a receber clientes		6.252	2.907	-	-	Adiantamentos de clientes		149.540	-	-	-
Depósitos judiciais		300.723	257.797	8	8	Outros passivos		143.636	99.018	-	-
Outros ativos		296.847	235.351	-	-	Total do passivo não circulante		92.251.679	86.293.429	2.651	2.465
Ativos biológicos	13	12.248.732	11.161.210	-	-	Total do passivo		103.803.654	94.472.195	251.747	8.036
Investimentos	14	524.072	359.082	4.121.460	1.980.094	Patrimônio líquido	25				
Imobilizado	15	38.170.239	39.157.446	528	554	Capital social		1.975.670	1.975.670	1.975.670	1.975.670
Direito de uso	19.1	4.795.064	4.345.555	1.041	1.477	Reservas de capital		416.595	1.916.595	416.595	1.916.595
Intangível	16	16.034.339	16.759.528	-	-	Reservas de lucro		1.063.593	-	1.063.593	-
Total do ativo não circulante		84.920.657	83.851.798	4.158.745	1.983.905	Ajuste de avaliação patrimonial		707.158	720.195	707.158	720.195
						Resultados acumulados		-	(2.589.094)	-	(2.589.094)
						Participações de acionistas não controladores		11.067.776	5.367.057	-	-
						Total do patrimônio líquido		15.230.792	7.390.423	4.163.016	2.023.366
Total do ativo		119.034.446	101.862.618	4.414.763	2.031.402	Total do passivo e do patrimônio líquido		119.034.446	101.862.618	4.414.763	2.031.402

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida	28	40.972.610	30.465.380	-	-
Custo dos produtos vendidos	30	(20.617.334)	(18.968.203)	-	-
Lucro bruto		20.355.276	11.497.177	-	-
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas	30	(2.291.722)	(2.174.652)	-	-
Gerais e administrativas	30	(1.585.153)	(1.449.314)	(8.307)	(7.255)
Resultado da equivalência patrimonial	14	51.912	36.142	2.356.872	(2.917.824)
Outras, líquidas	30	1.648.097	531.156	54	4
Resultado operacional antes do resultado financeiro		18.178.410	8.440.509	2.348.619	(2.925.075)
Resultado financeiro	27				
Despesas		(4.221.525)	(4.458.778)	(211)	(317)
Receitas		273.503	328.770	902	2.105
Instrumentos financeiros derivativos		(1.597.662)	(9.422.682)	-	-
Variáveis monetárias e cambiais, líquidas		(3.800.827)	(12.530.891)	-	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		8.831.899	(17.643.072)	2.349.310	(2.923.287)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	12	(292.179)	(182.026)	-	-
Diferido	12	94.863	7.093.354	105	(15.576)
Resultado líquido do exercício		8.634.583	(10.731.744)	2.349.415	(2.938.863)
Atribuível à acionistas					
Não controladores		6.285.168	(7.792.881)	-	-
Controladores		2.349.415	(2.938.863)	2.349.415	(2.938.863)
Resultado do exercício					
Básico ON	26.1	12,85824	(16,08427)	12,85824	(16,08427)
Básico PNA	26.1	14,14407	(17,69269)	14,14407	(17,69269)
Básico PNB	26.1	14,14407	(17,69269)	14,14407	(17,69269)
Diluído ON	26.2	12,85824	(16,08427)	12,85824	(16,08427)
Diluído PNA	26.2	14,14407	(17,69269)	14,14407	(17,69269)
Diluído PNB	26.2	14,14407	(17,69269)	14,14407	(17,69269)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

	31/12/2021	Consolidado	31/12/2020	31/12/2021	Controladora	31/12/2020
Resultado líquido do exercício	8.634.583	(10.731.744)	2.349.415	(2.938.863)		
Outros resultados abrangentes						
Resultado abrangente de controlada	-	-	21.879	(4.874)		
Efeito da variação cambial e do valor justo de investimentos em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente	2.020	6.290	-	-		
IR/CSLL sobre o item acima	(687)	(2.139)	-	-		
Ganho atuarial de benefícios pós emprego das controladas indiretas	2.289	3.522	-	-		
IR/CSLL sobre o item acima	(778)	(1.015)	-	-		
Ganho atuarial de benefícios pós emprego da controlada direta	117.353	(37.188)	-	-		
IR/CSLL sobre o item acima	(39.900)	12.644	-	-		
Itens sem efeitos subsequentes no resultado	80.297	(17.886)	21.879	(4.874)		
Efeito cambial na conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior ⁽¹⁾	45.181	(2.857)	12.310	(779)		
Itens com efeitos subsequentes no resultado	45.181	(2.857)	12.310	(779)		
Total	8.760.061	(10.752.487)	2.383.604	(2.944.516)		
Atribuível à acionistas						
Não controladores	6.376.457	(7.807.971)	-	-		
Controladores	2.383.604	(2.944.516)	-	-		

(1) Inclui a realização do efeito decorrente da remuneração de investimento da Spinnova (nota 1.2.5).

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital		Legal	Reservas de lucro		Ajustes de avaliação patrimonial	Resultado do exercício	Total patrimônio líquido	Acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
		Incentivos fiscais	Outras		Incentivos fiscais reflexa	Aumento de capital					
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.975.670	5.623	1.910.972	127.406	161.647	41.939	-	-	4.972.852	13.191.172	18.164.024
Resultado abrangente total											
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(2.938.863)	(2.938.863)	(7.792.881)	(10.731.744)
Resultado abrangente do exercício reflexa da controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.653)	(15.090)	(20.743)
Transações de capital com os sócios											
Opções de ações outorgadas reconhecidas por controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.371	3.371
Realização de mais valia atribuída a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.676)	(19.676)
Reversão de dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	95	95
Dividendos Pagos	-	-	-	-	-	(4.970)	-	-	(4.970)	(9)	(4.979)
Aumento de capital em controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	75	75
Mutações internas do patrimônio líquido											
Realização do ajuste de avaliação patrimonial de controlada	-	-	-	-	-	-	(23.747)	23.747	-	-	-
Compensação do prejuízo do exercício com reservas	-	-	-	(127.406)	(161.647)	(36.969)	-	326.022	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.975.670	5.623	1.910.972	-	-	-	-	720.195	(2.589.094)	2.023.366	5.367.057
Resultado abrangente total											
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.349.415	2.349.415	6.285.168	8.634.583
Resultado abrangente do exercício reflexa da controlada	-	-	-	-	-	-	-	34.189	34.189	91.289	125.478
Transações de capital com os sócios											
Opções de ações outorgadas reconhecidas por controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.523	3.523
Participação dos não controladores proveniente de combinação de negócio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.039)	(15.039)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-						

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO Holding

continuação

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

Atividades operacionais	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado líquido do exercício	8.634.583	(10.731.744)	2.349.415	(2.938.863)
Ajustes por				
Depreciação, exaustão e amortização (nota 27 e 30)	6.879.210	6.565.498	76	57
Depreciação do direito de uso (nota 19.1)	204.265	187.248	595	480
Subarrendamento de navios	(44.706)	(35.841)	-	-
Apropriação de encargos financeiros de arrendamento	428.114	398.025	180	279
Resultado na alienação e baixa de ativos imobilizados e biológicos, líquidos (nota 30)	(412.612)	(8.372)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(51.912)	(36.142)	(2.356.872)	2.917.824
Variações cambiais e monetárias, líquidas (nota 27)	3.800.827	12.530.891	-	-
Despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidas (nota 27)	3.207.271	3.286.235	(7)	(19)
Despesas com prêmio sobre liquidação antecipada (nota 27)	260.289	391.390	-	-
Custos de empréstimos capitalizados (nota 27)	(18.624)	(10.636)	-	-
Rendimentos sobre aplicações financeiras	(178.320)	(94.868)	-	-
Amortização do custo de transação, ágio e deságio (nota 27)	107.239	101.741	-	-
Perdas com derivativos, líquidos (nota 27)	1.597.662	9.422.682	-	-
Atualização do valor justo dos ativos biológicos (nota 13)	(763.091)	(466.484)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 12.3)	(94.863)	(7.093.354)	(105)	15.576
Juros sobre passivo atuarial (nota 21.2)	55.849	53.092	-	-
Provisão de passivos judiciais, líquido (nota 20.1)	65.318	1.288	-	-
Provisão (reversão) para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, líquida (nota 7.3)	(637)	6.022	-	-
Provisão para perda estimada nos estoques, líquida (nota 8.1)	73.574	65.675	-	-
Reversão para perda de créditos do ICMS, líquida (nota 9.1)	(99.183)	(82.293)	-	-
Créditos tributários (nota 20.3 e 30)	(441.880)	-	-	-
Outras	32.314	42.149	5.780	6.698
Decréscimo (acréscimo) em ativos				
Contas a receber de clientes	(3.398.104)	881.266	-	-
Estoques	(653.929)	651.918	-	-
Tributos a recuperar	186.008	660.444	(13)	484
Outros ativos	(54.119)	54.745	(14)	112
Acréscimo (decréscimo) em passivos				
Fornecedores	1.363.478	140.480	-	-
Tributos a recolher	271.282	47.445	(22)	35
Salários e encargos sociais	97.329	91.825	(461)	(455)
Outros passivos	(197.966)	(277.853)	(4.984)	(9.700)
Caixa gerado (aplicado) das operações	20.854.666	16.742.472	(6.432)	(7.492)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.2)	(2.953.573)	(3.244.949)	-	-
Pagamento de prêmio sobre liquidação antecipada (nota 18.2)	(260.289)	(378.381)	-	-
Juros recebidos sobre aplicações financeiras	98.110	186.853	-	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(106.231)	(188.357)	-	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	17.632.683	13.117.638	(6.432)	(7.492)
Atividades de investimentos				
Adições de imobilizado (nota 15)	(2.150.642)	(1.503.404)	(50)	(149)
Adições de intangível (nota 16)	(285.278)	(2.307)	-	-
Adições de ativos biológicos (nota 13)	(3.807.608)	(3.392.298)	-	-
Recebimentos por vendas de ativo imobilizado	1.411.329	183.504	-	-
Aumento de capital	(51.816)	-	(333)	(375)
Aplicações financeiras, líquidas	(5.216.921)	3.841.493	-	-
Adiantamento para aquisição (recebimento) de madeira de operações com fomento e parcelas	(257.672)	135.693	-	-
Dividendos recebidos	6.453	753	816	-
Aquisição de participação não controladores	(6.516)	-	-	-
Mútuo concedido entre partes relacionadas	(36.421)	(2.500)	(33.873)	-
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos	(10.395.092)	(739.066)	(33.440)	(524)
Atividades de financiamento				
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados (nota 18.2)	16.991.962	14.761.796	-	-
Pagamento de operações com derivativos (nota 4.5.4)	(1.921.253)	(4.465.640)	-	-
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.2)	(15.469.423)	(19.092.810)	-	-
Pagamento de contratos de arrendamentos (nota 19.2)	(1.013.031)	(825.045)	(894)	(800)
Pagamento de dividendos	(9.690)	(4.970)	-	(4.970)
Adiantamento para futuro aumento de capital	64	75	-	-
Pagamento de aquisição de ativos e controladas	(153.357)	(164.240)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(1.574.728)	(9.790.834)	(894)	(5.770)
Efeito da variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	1.050.808	982.850		
Acréscimo (decréscimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	6.713.671	3.570.588	(40.766)	(13.786)
No início do exercício	6.884.478	3.313.890	46.248	60.034
No final do exercício	13.598.149	6.884.478	5.482	46.248
Acréscimo (decréscimo) líquido caixa e equivalentes de caixa	6.713.671	3.570.588	(40.766)	(13.786)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Suzano Holding S.A. ("Suzano Holding" ou "Companhia") é uma holding controladora da Suzano S.A., designada a seguir como "Suzano" que tem como objeto a fabricação e comercialização, no país e no exterior, de celulose de fibra curta de eucalipto, papel (papel revestido, papel cartão, papel não revestido e cut size), bobinas de papéis e papéis para fins sanitários (bens de consumo - tissue), para atendimento ao mercado interno e externo, além da exploração de florestas de eucalipto para uso próprio, a operação de terminais portuários, participação como sócia ou acionista, de qualquer outra sociedade ou empreendimento e a geração e a comercialização de energia elétrica. A Suzano possui ações negociadas na B3 S.A. ("Brasil, Bolsa, Balcão - B3"), listada no segmento do Novo Mercado sob o ticker SUZB3 e American Depositary Receipts ("ADRs") na proporção de 1 (uma) ação ordinária, Nível II, negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque ("New York Stock Exchange - NYSE") sob o ticker SUZ. A Suzano possui 12 unidades industriais, localizadas nas cidades de Aracruz e Cachoeiro de Itapemirim (Espírito Santo), Belém (Pará), Eunápolis e Mucuri (Bahia), Maracanaú (Ceará), Imperatriz (Maranhão), Jacaré, Limeira e Suzano, sendo 2 unidades nesta localidade (São Paulo) e Três Lagoas (Mato Grosso do Sul). Adicionalmente, possui 5 centros de tecnologia, 21 centros de distribuição e 3 portos, todos localizados no Brasil. A Companhia também controla a Premesa S.A., que possui atividade imobiliária e a Nemonorte Imóveis e Participações Ltda., que possui atividade de administração de imóveis. A sede social da Companhia está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia é controlada por membros da família Feffer. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 15 de março de 2022. **1.1. Participações societárias:** A Companhia detém participações societárias nas seguintes entidades legais:

Denominação	País	Tipo de participação	% de participação	
			31/12/2021	31/12/2020
Suzano S.A.	Brasil	Direta	27,25%	27,25%
Cellulforce Inc.	Canadá	Indireta	8,28%	8,28%
Ensyn Corporation (1)	Estados Unidos da América	Indireta	26,24%	25,30%
F&E Technologies LLC	Estados Unidos da América	Indireta	50,00%	50,00%
F&E Tecnologia do Brasil S.A.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Fibra Celulose (USA) Inc.	Estados Unidos da América	Indireta	100,00%	100,00%
Fibra Overseas Finance Ltd.	Ilhas Cayman	Indireta	100,00%	100,00%
Fibra Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Ibema Companhia Brasileira de Papel	Brasil	Indireta	49,90%	49,90%
Maxcel Empreendimentos e Participações S.A.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Itacel - Terminal de Celulose de Itaqui S.A.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Mucuri Energética S.A.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Paineiras Logística e Transportes Ltda.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Portocel - Terminal Espec. Barra do Riacho S.A.	Brasil	Indireta	51,00%	51,00%
Projetos Especiais e Investimentos Ltda.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Rio Verde Participações e Propriedades Rurais S.A.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
SFBC Participações Ltda.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Spinnova Plc (2)/(3)	Finlândia	Indireta	19,14%	23,44%
Stenfar S.A. Indl. Coml. Imp. Y. Exp.	Argentina	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Austria GmbH.	Áustria	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Canada Inc.	Canadá	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Finland Oy (4)	Finlândia	Indireta	100,00%	-
Suzano International Trade GmbH.	Áustria	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Operações Industriais e Florestais S.A.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Pulp and Paper America Inc.	Estados Unidos da América	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Pulp and Paper Europe S.A.	Suíça	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Shanghai Ltd.	China	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Trading International KFT	Hungria	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Trading Ltd.	Ilhas Cayman	Indireta	100,00%	100,00%
FuturaGene Ltd. (5)	Inglaterra	Indireta	100,00%	100,00%
FuturaGene AgriDev Xinjiang Company Ltd. (6)	China	Indireta	-	100,00%
FuturaGene Biotechnology Shanghai Company Ltd.	China	Indireta	100,00%	100,00%
FuturaGene Delaware Inc.	Estados Unidos da América	Indireta	100,00%	100,00%
FuturaGene Israel Ltd.	Israel	Indireta	100,00%	100,00%
FuturaGene Hong Kong Ltd.	Hong Kong	Indireta	100,00%	100,00%
FuturaGene Inc.	Estados Unidos da América	Indireta	100,00%	100,00%
Veracel Celulose S.A.	Brasil	Indireta	50,00%	50,00%
Woodspin Ou (7)	Finlândia	Indireta	50,00%	-
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	Brasil	Direta	83,33%	83,33%
Premesa S.A.	Brasil	Direta	99,17%	99,17%

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
1 - Receitas				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	42.699.915	31.770.609	-	-
Outras receitas	2.015.489	778.075	59	-
Receitas referentes à construção de ativos próprios	1.768.938	1.289.739	-	-
Provisão de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	637	(6.022)	-	-
	46.484.979	33.832.401	59	-
2 - Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(10.850.028)	(11.048.511)	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(7.117.457)	(4.650.224)	(1.327)	(1.218)
	(17.967.485)	(15.698.735)	(1.327)	(1.218)
3 - Valor adicionado bruto (1-2)	28.517.494	18.133.666	(1.268)	(1.218)
4 - Depreciação, exaustão e amortização	(7.038.769)	(6.716.905)	(671)	(537)
5 - Valor adicionado líquido (3-4)	21.478.725	11.416.761	(1.939)	(1.755)
6 - Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado da equivalência patrimonial	51.912	36.142	2.356.872	(2.917.824)
Receitas financeiras e variações cambiais ativas	7.236.917	4.533.546	941	2.225
Outros valores - Imposto de renda e contribuição social diferidos	94.863	7.093.354	105	(15.576)
	7.383.692	11.663.042	2.357.918	(2.931.175)
7 - Valor adicionado para distribuição	28.862.417	23.079.803	2.355.979	(2.932.930)
Pessoal	2.790.353	2.434.040	5.236	4.662
Remuneração direta	2.158.593	1.938.307	3.489	3.170
Benefícios	517.780	396.528	1.135	1.026
F.G.T.S.	113.980	99.205	612	466
Impostos, taxas e contribuições	779.348	598.564	990	843
Federais	470.786	378.095	825	677
Estaduais	271.805	183.815	-	-
Municipais	36.757	36.654	165	166
Remuneração dos capitais de terceiros	16.658.133	30.778.943	338	428
Juros provisionados, variações cambiais passivas, aluguéis e outros	16.658.133	30.778.943	338	428
Remuneração de capitais próprios	8.634.583	(10.731.744)	2.349.415	(2.938.863)
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	243.954	-	243.954	-
Resultado do exercício	2.105.461	(2.938.863)	2.105.461	(2.938.863)
Participação de não controladores	6.285.168	(7.792.881)	-	-
8 - Distribuição do valor adicionado	28.862.417	23.079.803	2.355.979	(2.932.930)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1) Aumento de participação em decorrência aporte realizado pela Suzano. 2) Em 24 de junho de 2021, diluição de participação da Suzano em decorrência de abertura de capital e emissão de novas ações pela coligada (nota 1.2.5). 3) Em 1 de julho de 2021, diluição de participação da Suzano em decorrência de emissão de opção suplementar de ações pela coligada (nota 1.2.5). 4) Em 9 de abril de 2021, aquisição da entidade legal CS Holding 99 Oy e subsequente, alteração da denominação social para Suzano Finland Oy. 5) Em 23 de dezembro de 2021, transferência integral da participação societária da Suzano Trading Ltd. para a Suzano. 6) Em 18 de março de 2021, encerramento das operações da entidade legal. 7) Em 23 de março de 2021, constituição de empreendimento controlado em conjunto com a Spinnova Plc, empresa localizada na Finlândia. **1.2. Principais eventos ocorridos no exercício na Companhia e na Suzano: 1.2.1. Efeitos decorrentes da COVID-19:** Com o advento da pandemia da COVID-19, popularmente conhecido como o Coronavírus, a Companhia e a Suzano adotaram e vêm mantendo as medidas preventivas e mitigatórias, em cumprimento com as regras e políticas estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais visando minimizar, tanto quanto possível, eventuais impactos decorrentes da pandemia, sobre a segurança das pessoas, da sociedade e os seus negócios. Dessa maneira as ações da Companhia e da Suzano estão pautadas em três pilares: (i) Proteção às pessoas: com o objetivo de proporcionar segurança aos seus colaboradores e terceiros que atuam nas suas operações, a Companhia e a Suzano adotaram uma série de medidas que visam minimizar a exposição da sua equipe e/ou a mitigação dos riscos de exposição. (ii) Proteção à sociedade: um dos três direcionadores de cultura da Companhia e da Suzano é "Só é bom pra nós, se for bom para o mundo". Nesse sentido, desde o início da pandemia até o momento, a Suzano adotou uma série de medidas de proteção à sociedade, dentre as quais se incluem: • Doação de papel higiênico, guardanapos e fraldas descartáveis produzidos pela Suzano para regiões necessitadas. • Compra de 159 respiradores e 1.000.000 de máscaras hospitalares para doação aos Governos Federal e Estaduais. • Participação na ação conjunta com Positivo Tecnologia, a Klabin, a Flextronics e a Embraer, de apoio à empresa brasileira Magedna, na produção de respiradores que foram entregues ao Governo Federal. O desembolso efetuado pela Suzano nessa ação foi de R\$ 9.584 em 2020. • Construção de um hospital de campanha em Teixeira de Freitas (BA) em conjunto com a Veracel, o qual já foi entregue ao governo estadual e inaugurado em Julho/2020. • Estabelecimento de parceria com a Fatec de Capão Bonito para produção de álcool em gel. • Empréstimo de empilhadeiras para movimentação das doações recebidas pela Cruz Vermelha. • Manutenção de todos os empregos diretos. • Manutenção, por 90 dias (até o final de junho de 2020) do pagamento de 100% do custo da folha de pagamento dos trabalhadores de prestadores de serviços que tiveram suas atividades suspensas em decorrência da pandemia, visando a consequente preservação de empregos. • Criação do programa de apoio a fornecedores de pequeno porte, programa social de apoio a pequenos agricultores para vender seus produtos por meio do sistema de entrega domiciliar em 38 comunidades apoiadas pelo Programa de Desenvolvimento Rural e Territorial da Suzano ("PDRT") em 5 Estados e programa social com o objetivo de confeccionar 125 mil máscaras nas comunidades para doação em 5 Estados. • Lançamento do programa de suporte a sua carteira de clientes de papel de pequeno e médio porte intitulado "Tamo Juntos" com o objetivo de garantir que essas empresas tenham capacidade financeira e de gestão na retomada das atividades. • Apoio ao Governo do Estado do Maranhão na instalação do hospital de campanha de Imperatriz, com a destinação de R\$2.798. • Disponibilização de 280.000 m³ de oxigênio para o Estado do Amazonas. • Construção de um novo centro de tratamento de combate à COVID-19 na cidade de São Paulo em parceria com a Gerdau, o BTG Pactual, Península Participações e uma união de esforços com o Hospital Israelita Albert Einstein e a Prefeitura da capital paulista. • Doação de concentradores de oxigênio adquiridos em ação que envolveu a Suzano, Bradesco, BRF, B3, Embraer, Gerdau, Grupo Ultra, Itaú Unibanco, Magazine Luiza, Marrfig, Natura&Co e Unipar e que foram entregues ao Ministério da Saúde, a quem caberá a responsabilidade realizar a logística para a distribuição dos concentradores. • Doação de 85.782 m³ de oxigênio para Imperatriz no Estado do Maranhão e 1.300 m³ para Aracruz no Estado do Espírito Santo. • Esforços conjuntos para acelerar programa de vacinação à população brasileira por meio da participação no grupo "Unidos pela Vacina", com a doação de câmaras frias e caixas térmicas, para municípios da Bahia e Espírito Santo. • Doação cestas básicas e kits de equipamentos de proteção individual (máscaras, álcool, aventais, toucas e luvas) para municípios. Os desembolsos efetu

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO

Holding

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

trimestre de 2024. Em 5 de novembro de 2021, em continuidade ao fato relevante divulgado em 28 de outubro de 2021, a Suzano informou que em adição ao investimento de capital industrial de R\$14.700.000 dos quais, aproximadamente, 75% já estão comprometidos, estima o valor adicional de R\$4.600.000 que contempla investimentos florestais, logísticos e em planta química, dentre outros, perfazendo um dispêndio total de R\$19.300.000 relativo à plena execução do Projeto Cerrado, com desembolso distribuído entre os anos de 2021 e 2024.

1.2.5. Remensuração de investimento - Spinnova: Em 17 de maio de 2021, a Suzano aumentou capital na coligada Spinnova em EUR5.000 (equivalente a R\$32.820 na data da transação), alterando o percentual de participação de 23,44% para 27,15% e detendo assim, 9.808.530 ações, o que gerou um ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) de R\$22.553. Em 24 de junho de 2021, a coligada Spinnova, concluiu a abertura de seu capital (*Initial Public Offering - IPO*) na *Nasdaq First North Growth Market* ("NFMGM"), com a emissão de 13.140.605 ações e captação de EUR100.000 (equivalente a R\$587.560 na data da transação). As ações da Spinnova são negociadas sob o *ticker* SPINN e passou a ser denominada Spinnova Plc (*Public Limited*) (anteriormente denominada como Spinnova Oy (Oy é o equivalente a uma sociedade limitada na Finlândia)). A NFMGM é o mercado de crescimento nórdico da Nasdaq, projetado para empresas pequenas e em crescimento, de acordo com as diretrizes do mercado de capitais implementadas na legislação nacional da Dinamarca, Finlândia e Suécia e operado por uma bolsa dentro do Grupo Nasdaq. As empresas listadas no NFMGM estão sujeitas a regras menos rigorosas do que as empresas listadas em um mercado regulamentado, como a Bolsa de Valores de Helsinque. Em decorrência da emissão de ações, o percentual de participação detido pela Suzano em relação ao investimento na Spinnova, passou de 27,15% para 19,91%. Os efeitos da capitalização da Spinnova decorrentes do IPO, geraram a referida diluição de participação, e consequente, ganho na remensuração do investimento no montante de EUR19.495 (equivalente a R\$115.562 na data da transação) excluindo o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), decorrente da diferença entre o investimento antes do IPO no valor EUR1.541 (equivalente a R\$9.134 na data da transação) e do investimento após IPO no valor de EUR21.037 (equivalente a R\$124.696 em 30 de junho de 2021), de acordo com o novo percentual de participação. O ganho foi registrado a débito na rubrica de investimentos em contrapartida ao resultado de equivalência patrimonial, considerando que o investimento já era reconhecido pelo método de equivalência patrimonial, como uma coligada, o que se manteve após o efeito da diluição, tendo em vista a avaliação feita pela Administração, em conformidade com os requisitos do CPC 18/IAS 28 - Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto, de sua influência significativa na governança e gestão da coligada, que não sofreu alterações significativas devido ao processo de IPO. Como parte da transação, a Suzano realizou proporcionalmente o ágio por expectativa de rentabilidade futura no montante de R\$24.569, sendo registrado crédito na rubrica de investimentos em contrapartida ao resultado de equivalência patrimonial e o efeito da variação cambial de investimento no exterior da Spinnova no montante de R\$746, sendo registrado a débito na rubrica de realização de resultados abrangentes, no grupo de outros resultados abrangentes, em contrapartida ao resultado de equivalência patrimonial. Em 1 de julho de 2021, em conexão com o IPO, a Spinnova efetuou uma emissão de opção suplementar de ações, sendo subscritas 1.971.090 de novas ações e captação de EUR15.078 (equivalente a R\$89.375 na data da transação), o que acarretou, novamente, na diluição do percentual de participação de 19,91% para 19,14%, bem como um ganho na variação do percentual de participação no investimento no montante de EUR2.098 (equivalente a R\$12.436 na data da transação), decorrente da diferença entre o investimento antes do IPO no valor EUR21.037 (equivalente a R\$124.696 em 30 de junho de 2021) e do investimento após IPO no valor de EUR23.133 (equivalente a R\$137.132 em 1 de julho de 2021) e realização proporcional do ágio por expectativa de rentabilidade futura no montante de R\$2.601, sendo os efeitos registrados na rubrica de investimentos em contrapartida ao resultado de equivalência patrimonial e o efeito da variação cambial de investimento no exterior da Spinnova no montante de R\$79, sendo registrado na rubrica de realização de resultados abrangentes, no grupo de outros resultados abrangentes, em contrapartida ao resultado de equivalência patrimonial. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, como resultado dos eventos acima descritos, a Suzano registrou um ganho de R\$100.827 no resultado do exercício na rubrica de equivalência patrimonial. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("*International Financial Reporting Standards - IFRS*") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("*IASB*"), e que evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais ("R\$") e as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares, exceto se expresso de outra forma. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas na aplicação das políticas contábeis, que afetem os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo passivos contingentes. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As práticas contábeis que requerem maior nível de julgamento e complexidade, bem como para as quais estimativas e premissas são significativas, estão divulgadas na nota 3.2.36. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelo valor justo; (ii) pagamentos baseados em ações e benefícios a empregados mensurados pelo valor justo; (iii) ativos biológicos mensurados pelo valor justo; e (iv) custo atribuído ao ativo imobilizado. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão divulgadas na nota 3. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando a continuidade de suas atividades operacionais. **3. Resumo das principais políticas contábeis:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas utilizando informações da Companhia e de suas controladas na mesma data-base, bem como, políticas e práticas contábeis consistentes. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora. Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculos de estimativas, exceto pelas novas políticas contábeis apresentadas na nota 3.1, adotadas a partir de 1 de janeiro de 2021 e cujo impacto estimado foi divulgado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. **3.1. Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis adotadas:** As novas normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **3.1.1. Reforma da taxa de juros de referência - CPC 38/IAS 39 - CPC 40 (R1)/IFRS 7 e CPC 48/IFRS 9 - Fase 2 (Aplicável em/ou após 1 de janeiro de 2021, permitida adoção antecipada):** A adoção da fase 2, resume-se à: (i) mudanças nos fluxos de caixa contratuais: expediente prático que permite substituir, como consequência da reforma, a taxa de juros efetiva de um ativo financeiro ou passivo financeiro por uma nova taxa economicamente equivalente, sem desconhecimento do contrato; (ii) requisitos de hedge accounting: fim das isenções para avaliação da efetividade dos relacionamentos de hedge accounting (Fase 1), e (iii) divulgações: requerimentos sobre a divulgação dos riscos em que a Suzano está exposta pela reforma, o gerenciamento deste risco e da evolução da transição das Interbank Offered Rate ("IBORs"). A Companhia e suas controladas avaliaram o conteúdo deste pronunciamento e não esperam ter impactos significativos em suas dívidas e derivativos atrelados a LIBOR (nota 4.4.2). **3.1.2. Arrendamento - CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Atualização do original emitido em 16 de junho de 2020 (Aplicável em/ou após 1 de abril de 2021, permitida adoção antecipada):** Em 31 de março de 2021, este pronunciamento foi alterado em decorrência de benefícios concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento devido à pandemia da COVID-19. A Companhia e suas controladas avaliaram o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos, visto que as cláusulas dos contratos de arrendamento vigentes permaneceram inalteradas. **3.2. Políticas contábeis adotadas: 3.2.1. Demonstrações financeiras individuais:** Os investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, cujo investimento é reconhecido inicialmente pelo custo de aquisição e, posteriormente ajustado pelas alterações dos ativos líquidos das investidas. Os investimentos em operações controladas em conjunto são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto. Adicionalmente, o valor contábil do investimento em controlada é ajustado pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial das controladas, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas

de forma reflexa, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido da controladora. **3.2.2. Demonstrações financeiras consolidadas:** São elaboradas utilizando informações da Companhia e de suas controladas na mesma data-base, bem como, políticas contábeis consistentes. A Companhia consolida todas as controladas sobre as quais detém o controle de forma direta ou indireta, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu investimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. Adicionalmente, todas as transações e saldos entre a Companhia e suas controladas, coligadas e investimentos controlados em conjunto foram eliminados na consolidação, bem como os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, líquidos dos efeitos tributários, os investimentos e os respectivos resultados de equivalência patrimonial. A participação dos acionistas não controladores está destacada. **3.2.3. Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidado, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRSs não requerem a apresentação destas demonstrações e, portanto, são consideradas informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Companhia adota como política contábil demonstrar o efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos dentro do grupo de valor adicionado para distribuição. **3.2.4. Investimentos em controladas:** São todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As entidades controladas, são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir. **3.2.5. Investimentos em operações em conjunto:** São todas entidades nas quais a Companhia e suas controladas mantêm o compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre sua atividade econômica e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto. **3.2.6. Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto:** São reconhecidos inicialmente pelo seu custo e, posteriormente, ajustados pelo método da equivalência patrimonial, sendo acrescido ou reduzido da sua participação no resultado da investida após a data de aquisição. Nos investimentos em coligadas, a Companhia e suas controladas exercem influência significativa, que é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Nos empreendimentos controlados em conjunto há o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, no qual as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Em relação às coligadas Ensyn e Spinnova, a equivalência é mensurada com base na última informação disponível e não apresenta efeito relevante em relação ao resultado consolidado e, caso tivesse ocorrido algum evento significativo até 31 de dezembro de 2021, o efeito seria ajustado na demonstração financeira consolidada. **3.2.7. Conversão das demonstrações para moeda funcional e de apresentação:** A Companhia definiu que para a sua controladora e todas as suas controladas, a moeda funcional e de apresentação é o Real. Exceto para os investimentos em coligadas no exterior relativos à Ensyn Corporation, F&E Technologies LLC, Spinnova Oy, Woodspin Oy e Cellulforce, as moedas funcionais são diferentes do Real, cujos efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão das demonstrações financeiras, são registrados em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido. As demonstrações financeiras individuais de cada controlada incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são preparadas utilizando-se a moeda local em que a controlada opera e convertidas para a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3.2.7.1. Transações e saldos em moeda estrangeira:** São convertidas adotando-se os seguintes critérios: (i) ativos e passivos monetários convertidos pela taxa de câmbio do final do exercício; (ii) ativos e passivos não monetários convertidos pela taxa histórica da transação; (iii) receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média das taxas diárias (PTAX); e (iv) os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão dos itens acima, são registrados no resultado financeiro do exercício. **3.2.8. Economias hiperinflacionárias:** Entidades sediadas na Argentina, país considerado como de economia hiperinflacionária, são sujeitas aos requerimentos do CPC 42/IAS 29 - Economias Hiperinflacionárias. Os itens não monetários e o resultado destas entidades são corrigidos pela alteração do índice de correção entre a data inicial de reconhecimento e o fim do exercício de apresentação, a fim de que o balanço da controlada esteja registrado ao valor corrente. Entretanto, a controlada da Suzano sediada na Argentina, tem o Real como moeda funcional e, desta forma, não é considerada uma entidade com moeda hiperinflacionária e não apresenta sua demonstração financeira individual de acordo com o CPC 42/IAS 29 - Economias Hiperinflacionárias. As demonstrações financeiras são apresentadas ao custo histórico. **3.2.9. Combinações de negócios:** São contabilizadas com a utilização do método de aquisição quando há transferência de controle para o adquirente. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, o adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou instrumentos de patrimônio os quais são apresentados como redutores da dívida ou no patrimônio líquido, respectivamente. Na combinação de negócios, são avaliados os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Inicialmente, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado pelo custo deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que serão beneficiadas pela aquisição. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos. Passivos contingentes relacionados a assuntos de natureza tributária, cível e trabalhista, classificados na adquirida como risco de perda possível e remoto, são reconhecidos na adquirente, pelos seus valores justos. Nas transações de aquisição de investimentos em coligadas e com controle compartilhado aplicam-se as orientações complementar ao CPC 15/IFRS 3 - Combinação de Negócios, CPC 19/IFRS 11 - Negócios em Conjunto e CPC 18/IAS 28 - Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da adquirente no patrimônio líquido da adquirida a partir da data de aquisição. O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) mensurado é segregado do valor contábil do investimento. Outros ativos intangíveis identificados na transação deverão ser alocados proporcionalmente à participação adquirida pela Companhia, pela diferença entre os valores contábeis registrados na entidade negociada e seu valor justo apurado (mais valia dos ativos), os quais são passíveis de serem amortizados. Nas demonstrações financeiras individuais, o excesso de valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em relação ao patrimônio líquido na data da aquisição das controladas permanece registrado na conta de investimento na rubrica de mais-valia de ativos de controladas. **3.2.10. Informação por segmento:** Um segmento operacional é um componente da Companhia e suas controladas que des envolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão. A Administração da Companhia e suas controladas identificaram os segmentos operacionais, que atendem aos parâmetros quantitativos e qualitativos de divulgação e representam principalmente canais de venda. **3.2.11. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreende os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujos vencimentos originais, na data da aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **3.2.12. Instrumentos financeiros: 3.2.12.1. Classificação:** Os instrumentos financeiros são classificados com base nas características individuais e no modelo de gestão do instrumento ou da carteira em que está contido, cujas categorias de mensuração e apresentação são: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado abrangente; (iii) valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data a qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os instrumentos

financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. **3.2.12.1.1. Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado:** São instrumentos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido. Compreende o saldo das rubricas caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos, classificados como ativos financeiros e o saldo das rubricas de empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar de arrendamento, contas a pagar de aquisição de ativos e controladas, fornecedores e outros passivos, classificados como passivos financeiros. **3.2.12.1.2. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:** São instrumentos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Adicionalmente, são classificados nessa categoria os investimentos em instrumentos patrimoniais, no qual no reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas optaram por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica do resultado financeiro, líquido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Compreende o saldo da rubrica outros investimentos. **3.2.12.1.3. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São classificados nessa categoria, os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido, para instrumentos financeiros não derivativos e na rubrica resultado dos instrumentos financeiros derivativos, para os instrumentos financeiros derivativos. Compreende o saldo das rubricas de aplicações financeiras, classificado como ativos financeiros e dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos e opções de compra de ações, classificados como ativos e passivos financeiros. **3.2.12.2. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é registrado no balanço patrimonial quando há (i) um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e (ii) uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.2.12.3. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros: 3.2.12.3.1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Anualmente, a Companhia e suas controladas avaliam se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo que é registrada, somente, após a verificação do resultado de um ou mais eventos ocorridos posteriormente ao reconhecimento inicial e se impactar nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira confiável. Os critérios utilizados para determinar se há evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; (ii) evento de *default* no contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) quando a Companhia e suas controladas, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não receberia; (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) o desaparelhamento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira. O montante da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é mensurado pela diferença entre valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido e o valor da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecida na demonstração de resultado. Em mensuração subsequente, havendo uma melhora na classificação do ativo, como por exemplo, melhoria no nível de crédito do devedor, a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecida anteriormente, deve ser revertida na demonstração do resultado. **3.2.12.3.2. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:** Anualmente, a Companhia e suas controladas avaliam se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Para tais ativos financeiros, uma redução relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo, é uma evidência de que o ativo está deteriorado e a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda reconhecida anteriormente em outros resultados abrangentes, deverá ser reconhecida na demonstração do resultado. **3.2.13. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e, subsequentemente, são mensurados ao seu valor justo, cujas variações são registradas na rubrica resultado dos instrumentos financeiros derivativos, na demonstração de resultado. Os instrumentos financeiros derivativos embutidos em contratos principais não derivativos, são tratados como um derivativo separado quando seus riscos e características não estiverem intrinsecamente relacionados aos dos contratos principais e estes não forem mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Para os instrumentos financeiros derivativos embutidos que não possuam característica de opções, estes são separados do seu contrato principal de acordo com os seus termos substantivos expressos ou implícitos, para que o valor justo seja zero no reconhecimento inicial. **3.2.14. Contas a receber de clientes:** São registradas pelo valor nominal faturado na data da venda, no curso normal das atividades da Companhia, ajustadas pela variação cambial quando denominadas em moeda estrangeira e, quando aplicável, deduzidas das perdas de crédito esperadas. A Suzano utiliza a matriz de provisões por vencimento com o agrupamento apropriado de sua carteira. Quando necessário, com base em análise individual, a provisão para perda esperada é complementada. A posição de vencimentos da carteira de clientes é analisada mensalmente e, para os clientes que apresentem saldos vencidos é efetuada uma avaliação específica de cada um, considerando o risco de perda envolvido, a existência de seguros contratados, cartas de crédito, garantias reais e situação financeira. Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, por meio de contatos diretos com os clientes e cobrança por meio de terceiros. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas e é registrada uma perda de crédito esperada em contrapartida à rubrica despesas com vendas na demonstração de resultado. Os títulos são baixados contra a provisão, à medida que a Administração considera que estes não são mais recuperáveis após ter tomado todas as medidas cabíveis para recebê-los. **3.2.15. Estoques:** São avaliados ao custo médio de aquisição ou formação dos produtos acabados, líquido dos tributos recuperáveis e seu valor líquido de realização. O custo dos produtos acabados e em elaboração inclui matérias-primas, mão de obra, custo de produção, transporte e armazenagem e despesas gerais de produção, que estão relacionados a todos os processos necessários para a colocação dos produtos em condições de venda. As importações em andamento são apresentadas pelo custo incorrido até a data do balanço. O custo da madeira transferida da rubrica de ativos biológicos para estoques, é mensurado ao valor justo mais os gastos com colheitas e frete. Provisões para perda, ajustes a valor líquido de realização, itens deteriorados e estoques de baixa movimentação são registrados quando necessário. As perdas normais de produção integram o custo de produção do respectivo mês, enquanto as perdas anormais, se houver, são registradas diretamente na rubrica de custo dos produtos vendidos sem transitar pelos estoques. **3.2.16. Ativos não circulantes mantidos para venda:** São mensurados com base no menor montante entre o valor contábil e o valor justo, deduzidos das despesas de venda e não são depreciados ou amortizados. Tais itens somente são classificados nesta rubrica quando a venda for altamente provável e os itens estiverem disponíveis para venda imediata em suas condições atuais. **3.2.17. Ativos biológicos:** Os ativos biológicos para produção (florestas maduras e imaturas) são florestas de eucalipto de reflorestamento, com ciclo de formação entre o plantio até a colheita de aproximadamente 7 (sete) anos, mensurados ao valor justo menos as despesas de vendas. A exaustão é mensurada pela quantidade de ativo biológico exaurido (colhido) e avaliado ao seu valor justo. Para a determinação do valor justo, foi aplicada a técnica da abordagem de receita ("*income approach*") utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado, de acordo com o ciclo de produtividade projetado para estes ativos. As premissas utilizadas na mensuração do valor justo são revistas semestralmente, pois a Suzano considera que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado contabilmente. As premissas significativas estão apresentadas na nota 13. O ganho ou perda na avaliação do valor justo é reconhecido na rubrica receitas (despesas) operacionais, líquidas. Os ativos biológicos em formação com idade inferior a 2 (dois) anos, mantidas contabilmente pelo seu custo de formação e as áreas de preservação ambiental permanente, que não são registradas contabilmente, por não se caracterizarem como ativos biológicos, não são incluídos na mensuração ao valor justo. **3.2.18. Imobilizado:** Mensurado pelo custo de aquisição, formação,



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>

continua

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO

Holding

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

construção ou restauração, líquido dos impostos recuperáveis. Este custo é deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável, que é o maior valor entre o de uso e o de venda, menos os custos de venda. Os custos de empréstimos e financiamentos são registrados como parte dos custos do imobilizado em andamento, considerando a taxa média ponderada, ajustada pela equalização dos efeitos cambiais, de empréstimos e financiamentos vigente na data da capitalização de acordo com a política da Companhia e suas controladas. A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação. A Companhia e suas controladas realizam anualmente a análise de indícios de perda no valor recuperável (*impairment*) do ativo imobilizado. A provisão para perda ao valor recuperável do ativo imobilizado somente é reconhecida se a unidade geradora de caixa ("UGC") à qual o ativo está relacionado sofrer perda por desvalorização. Essa condição também se aplica mesmo se o valor recuperável do ativo for menor do que seu valor contábil. O valor recuperável do ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo líquido de despesas de vendas. O custo das principais reformas é capitalizado quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o desempenho inicialmente estimado para o ativo e são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. Os demais custos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado quando incorridos. Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são mensurados pela comparação do valor da venda e o valor contábil residual e são reconhecidos na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas na data de alienação.

3.2.19. Arrendamento: Um contrato é, ou contém um arrendamento se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação, para o qual é necessário avaliar se: (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado; (ii) a Companhia e suas controladas tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o período do contrato; e (iii) a Companhia e suas controladas tem o direito de direcionar o uso do ativo. A Companhia e suas controladas tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado, se: • tem o direito de operar o ativo, ou • projetou o ativo, de forma que predetermina como e para qual finalidade será usado. No início do contrato, a Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento que representa a obrigação de efetuar os pagamentos relacionados ao ativo subjacente do arrendamento. O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado em/ou antes da data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido. O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o término do prazo do arrendamento. Com exceção aos contratos de terrenos que são prorrogados automaticamente por igual período por meio de notificação ao arrendador, para os demais não são permitidas renovações automáticas e por prazo indeterminado, assim como o exercício da extinção contratual é um direito de ambas as partes. O passivo de arrendamento bruto de PIS/COFINS, é inicialmente mensurado pelo valor presente, descontado com base na taxa nominal de empréstimo incremental. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando existir mudança: (i) nos pagamentos futuros decorrentes de uma mudança em índice ou taxa; (ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido; ou (iii) na avaliação se a Companhia e suas controladas exercerão a opção de compra, prorrogação, ou rescisão. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia e suas controladas não possuem registros contratos de arrendamento com cláusulas de: (i) pagamentos variáveis que sejam baseados na performance dos ativos arrendados; (ii) garantia de valor residual; e (iii) restrições, como por exemplo, obrigação de manter coeficientes financeiros. Os contratos de baixo valor ou de curto prazo, enquadrados na isenção da norma, referem-se, respectivamente, àqueles cujos valores individuais dos ativos são inferiores a US\$5 ou com prazo de vencimento inferior a 12 meses, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

3.2.20. Intangível: Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios têm seu custo definido como o valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) sempre que houver indício de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível. As amortizações de contrato de fornecedores e serviços portuários, concessão de portos, contratos de arrendamento e cultivares são registradas no custo das vendas, a amortização com relacionamento com clientes nas despesas comerciais, amortizações de marcas e patentes, acordo de não competição, acordo de pesquisa e desenvolvimento e implantação de sistemas nas despesas administrativas, enquanto que as amortizações de softwares são registradas de acordo com a sua utilização, podendo ser custo das vendas, despesas administrativas ou comerciais. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação às perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), individualmente ou no nível da UGC. A alocação é feita para a UGC ou grupo de UGCs que representa o menor nível dentro da entidade, no qual o ágio é monitorado para propósitos internos da Administração, e que se beneficiou da combinação de negócios. A Suzano registra neste subgrupo principalmente ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) e servidão de passagem. A realização do teste envolveu a adoção de premissas e julgamentos, divulgados na nota 16.

3.2.21. Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") correntes e diferidos: Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial. O encargo corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas nos países em que a Companhia e suas controladas e coligadas atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais. Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados. Impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível. Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são compensados pelo montante líquido no balanço sempre que relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

3.2.22. Contas a pagar aos fornecedores: Corresponde às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável.

3.2.23. Empréstimos e financiamentos: São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e liquidados, é reconhecida na demonstração do resultado, utilizando o método da taxa efetiva de juros durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto. Os custos de empréstimos e financiamentos, que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável de acordo com a política da Suzano, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que resultará em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. A Suzano

não possui empréstimos específicos para obtenção de ativos qualificáveis. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.2.24. Provisões, ativos e passivos contingentes: Os ativos contingentes não são registrados. O reconhecimento somente é realizado quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, quando os benefícios econômicos decorrentes de ações judiciais são praticamente certos e cujo valor seja possível ser mensurado com segurança. Os ativos contingentes avaliados como êxitos prováveis são divulgados em nota explicativa, quando material. Uma provisão é reconhecida na medida em que a Companhia e suas controladas esperam desembolsar fluxos de caixa, que possa ser mensurada com segurança. Os processos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança, sendo registrados líquidos dos depósitos judiciais. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados. Os passivos contingentes de combinações de negócios são reconhecidos se forem decorrentes de uma obrigação presente que surgiu de eventos passados e se o seu valor justo puder ser mensurado com confiabilidade. São mensurados pelo maior valor entre: (i) o valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima descrita; ou (ii) o valor inicialmente reconhecido, deduzido, quando for o caso, da receita reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita de contrato com cliente.

3.2.25. Provisão para desmobilização de ativos: Compreende os custos para a desmobilização de células de aterro industrial e desativação dos ativos vinculados aos aterros. O reconhecimento inicial é um passivo de longo prazo em contrapartida ao ativo imobilizado vinculado e corresponde ao valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros descontado por uma taxa livre de risco ajustada. O passivo de longo prazo é atualizado financeiramente por uma taxa de desconto de longo prazo em contrapartida ao resultado financeiro. O ativo imobilizado vinculado é depreciado linearmente pela vida útil do bem principal em contrapartida à rubrica de custo de produto vendido na demonstração de resultado.

3.2.26. Pagamento baseado em ações: Os executivos e administradores da Suzano recebem parcela de sua remuneração por meio de planos de pagamento baseado em ações com liquidação em dinheiro e em ações, com alternativa de liquidação em dinheiro. As despesas com os planos são reconhecidas no resultado em contrapartida a um passivo financeiro, durante o período de aquisição quando os serviços são recebidos. O passivo financeiro é mensurado pelo seu valor justo a cada data de balanço e sua variação é reconhecida na rubrica despesas administrativas, na demonstração de resultado. Na data de exercício da opção e na situação de tais opções serem exercidas pelo executivo para recebimento de ações da Suzano, o passivo financeiro é reclassificado para a rubrica opções de ações outorgadas no patrimônio líquido. No caso de exercício da opção em dinheiro, a Suzano líquida o passivo financeiro em favor do executivo.

3.2.27. Benefícios a empregados: A Companhia e suas controladas oferecem benefícios relativos à plano de aposentadoria suplementar de contribuição definida a todos os funcionários e assistência médica e seguro de vida para determinado grupo de ex-funcionários, sendo que para os dois últimos benefícios, anualmente, são elaborados estudos atuariais por profissional independente e são revisados pela Administração. As mensurações, que compreendem os ganhos e perdas atuariais, são reconhecidos na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial quando incorridos. Os juros incorridos, decorrentes das alterações no valor presente do passivo atuarial são registrados na rubrica de despesas financeiras, na demonstração de resultado.

3.2.28. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

3.2.29. Subvenções e assistências governamentais: As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas a valor justo quando há razoável segurança de que as condições estabelecidas foram cumpridas e o benefício será recebido. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado de fruição do benefício e, posteriormente, são reclassificadas de lucros acumulados para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, quando aplicável.

3.2.30. Dividendos e juros sobre o capital próprio: A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio é reconhecida como um passivo, apurado com base na legislação societária, no estatuto social e na política de dividendos da Suzano, que estabelece que o dividendo mínimo anual é o menor valor entre (i) 25% do lucro líquido ajustado ou (ii) da geração de caixa operacional consolidado no exercício e, desde que declarados antes do final do exercício. Qualquer parcela excedente dos dividendos mínimos obrigatórios, caso seja declarada após a data do balanço, deve ser registrada na rubrica dividendos adicionais propostos, no patrimônio líquido, até aprovação pelos acionistas, em assembleia geral. Após aprovação, é efetuada a reclassificação para o passivo circulante. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3.2.31. Capital social: As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido da Companhia e suas controladas. Na Suzano, os custos de transação diretamente atribuíveis à oferta pública são registrados, de forma destacada, em conta redutora do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos fiscais.

3.2.32. Reconhecimento da receita: As receitas de contratos com clientes são reconhecidas à medida em que ocorre a transferência de controle dos produtos aos clientes, representada pela capacidade de determinar o uso dos produtos e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes dos produtos. Para isso, a Suzano utiliza o modelo de 5 etapas: (i) identificação dos contratos com os clientes (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos (iii) determinação do preço da transação (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. Para o segmento operacional Celulose, o reconhecimento da receita baseia-se nos parâmetros previstos pelo (i) Termos Internacionais de Comércio ("*Incoterms*") correspondente, quando destinado ao mercado externo e (ii) tempo de trânsito ("*lead time*"), quando destinado ao mercado interno. Para os segmentos operacionais Papel e Bens de Consumo, o reconhecimento da receita, baseia-se nos parâmetros previstos pelo (i) Termos Internacionais de Comércio ("*Incoterms*") correspondente e (ii) no tempo de trânsito ("*lead time*") e são produtos destinados aos mercados externo e interno. São mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência, quando o valor é mensurado com segurança. A experiência acumulada é usada para estimar e registrar as provisões para abatimentos e descontos por meio do método de valor estimado. A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa. Uma provisão para reembolso (incluído em contas a receber de clientes) é reconhecida para os abatimentos e descontos estimados a pagar a clientes com relação a vendas realizadas até o fim do exercício. As vendas são realizadas no curto prazo, portanto, não têm caráter de financiamento e não são descontadas ao valor presente.

3.2.33. Receitas e despesas financeiras: Abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, pela taxa efetiva de juros que inclui a amortização de custos de captação, ganhos e perdas nos instrumentos financeiros derivativos, juros sobre empréstimos e financiamentos, variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos e outros ativos e passivos financeiros e variações monetárias sobre outros ativos e passivos. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

3.2.34. Resultado básico por ação: O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação é efetuado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferencias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O cálculo do lucro (prejuízo) diluído por ação é efetuado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferencias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferencias disponíveis, durante o exercício, somados à quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferencias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferencias potenciais diluidoras.

3.2.35. Participação dos funcionários e administradores no resultado: Os funcionários têm direito a uma participação no resultado com base em determinadas metas acordadas anualmente. Já para os administradores são utilizadas como base as disposições estatutárias, propostas pelo Conselho de Administração e aprovadas pelos acionistas. As provisões para participação são reconhecidas na rubrica de despesa administrativa, durante o período em que as metas são atingidas.

3.2.36. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis relevantes: Conforme divulgado na nota 2, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, e são apresentados a seguir: • controle, influência significativa e consolidação (nota 1.1); • transações com pagamento baseado em ações (nota 22); • transferência de controle para reconhecimento da receita (nota 28); • valor justo de instrumentos financeiros (nota 4); • análise anual do valor recuperável de ativos não financeiros (notas 15 e 16); • perdas de crédito esperadas (nota 7); • provisão para perdas nos estoques (nota 8); • análise anual do valor recuperável de tributos (notas 9 e 12); • valor justo dos ativos biológicos (nota 13); • vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida

(notas 15 e 16); • análise anual do valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) (nota 16); • provisão para passivos judiciais (nota 20); e • benefícios de aposentadoria (nota 21). A Companhia e suas controladas revisam continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas.

3.3. Novas normas, revisões e interpretações ainda não adotadas: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não adotadas até 31 de dezembro de 2021, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.3.1. Combinação de Negócios CPC 15/IFRS 3 - Referência à estrutura conceitual (Aplicável em/ou após 1 de janeiro de 2022. Permissão adoção antecipada, se a entidade também adotar todas as outras referências atualizadas (publicada em conjunto com a Estrutura Conceitual atualizada) na mesma data ou antes): As alterações atualizam o CPC 15/IFRS 3 de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem no CPC 15/IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo do CPC 25/IAS 37, o comprador aplica o CPC 25/IAS 37 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo do ICPC 19/IFRIC 21 - Tributos, o comprador aplica o ICPC 19/IFRIC 21 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. As alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.

3.3.2. CPC 25/IAS 37 - Contratos onerosos: Custo para cumprir um contrato oneroso (Aplicável para períodos anuais em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada): As alterações no CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes esclarecem o que representam "custos para cumprir um contrato" quando se avalia se um contrato é oneroso. Algumas entidades que aplicam a abordagem do "custo incremental" podem ter o valor de suas provisões aumentadas, ou novas provisões reconhecidas para contratos onerosos em decorrência da nova definição. A necessidade de esclarecimento foi provocada pela introdução da IFRS 15/CPC 47, que substituiu os requerimentos existentes relacionados a receita, inclusive orientações contidas no CPC 17 (R1)/IAS 11, que tratava de contratos de construção. Enquanto o CPC 17 (R1)/IAS 11 especificava quais custos eram incluídos como custos para cumprir um contrato, o IAS 37 não o fazia, gerando diversidade de prática. A alteração visa esclarecer quais custos devem ser incluídos na avaliação.

3.3.3. Imobilizado - CPC 27/IAS 16 - Receitas antes do uso pretendido (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada): No processo de construir um item do ativo imobilizado para o uso pretendido, uma entidade pode paralelamente produzir e vender produtos gerados no processo de construção do item do imobilizado. Antes da alteração proposta pelo IASB, eram observadas, na prática, diversas formas de contabilização de tais receitas. O IASB alterou a norma para fornecer orientações sobre a contabilização de tais receitas e os custos de produção relacionados. Com a nova proposta, a receita da venda não é mais deduzida do custo do imobilizado, mas sim reconhecida na demonstração do resultado juntamente com os custos de produção desses itens. A IAS 2/CPC 17 Estoques deve ser aplicada na identificação e mensuração dos custos de produção.

3.3.4. CPC 43 (R1)/IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada): A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto que utiliza a isenção contida na IFRS 1:D16(a).

3.3.5. CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada): A alteração esclarece que ao aplicar o teste de 10% para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, incluindo honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte. A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na ou após a data em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez.

3.3.6. CPC 06(R2)/IFRS 16 - Arrendamentos (data de vigência não aplicável): A alteração exclui o exemplo de reembolso de beneficiários em imóveis de terceiros. Uma vez que a alteração à IFRS 16 constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida.

3.3.7. CPC 29/IAS 41 - Ativos biológicos e produto agrícola (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada): A alteração exclui a exigência no CPC 29/IAS 41 para as entidades em excluir os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo. Isso alinha a mensuração do valor justo na CPC 29/IAS 41 às exigências na CPC 46/IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo para fins de uso de fluxos de caixa e taxas de desconto internamente consistentes e permite que os preparadores determinem se devem usar fluxos de caixa antes ou depois dos impostos e taxas de desconto para a mensuração do valor justo mais adequada. A alteração é aplicável prospectivamente, isto é, mensurações de valor justo na ou após a data em que a entidade aplica inicialmente a alteração.

3.3.8. Alterações à CPC 36(R3)/IFRS 10 e CPC 18 (R2)/IAS 28 - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto. (A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB, porém, é permitida a adoção antecipada das alterações): As alterações do CPC 36/IFRS10 e CPC 18/IAS 28 tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não continha um negócio em uma transação com uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações de investidores não relacionados nessa coligada ou empreendimento controlado em conjunto. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma entidade controlada (que tenha se tornado coligada ou empreendimento controlado em conjunto contabilizado pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações dos investidores não relacionados na nova coligada ou empreendimento controlado em conjunto.

3.3.9. Alterações à CPC 26 (R1)/IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2023, permitida adoção antecipada): As alterações do CPC 26/IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de "liquidação" para esclarecer que se refere à transferência, para uma contraparte: "um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços."

3.3.10. Alterações a CPC 26(R1)/IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de Políticas Contábeis (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1 de janeiro de 2023): Alteram os requisitos do CPC 26/IAS 1 no que diz respeito à divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem todas as instâncias do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes". As informações de políticas contábeis são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, pode-se razoavelmente esperar que influenciem as decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras. Ao aplicar as alterações, a entidade divulga suas políticas contábeis relevantes, ao invés de suas políticas contábeis significativas. Os parágrafos de suporte do CPC 26/IAS 1 também foram alterados para esclarecer que a informação da política contábil relacionados a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações de política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam imateriais. No entanto, nem todas as informações de política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições materiais são, por si só, relevantes.

3.3.11. Alterações à CPC 23/IAS 8 - Definição de Estimativas Contábeis (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1 de janeiro de 2023): A alteração substitui a definição de "mudança de estimativa contábil" por "estimativa contábil". De acordo com a nova definição, as estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração". A definição de mudança de estimativa contábil foi eliminada. No entanto, o IASB manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na norma, com os seguintes esclarecimentos: (i) Uma mudança na estimativa contábil que resulta de novas informações ou novos desenvolvimentos não é a correção de um erro; e (ii) Os efeitos de uma mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>

continua

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO

Holding

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

desenvolver uma estimativa contábil são mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da correção de erros de períodos anteriores. **3.3.12. Alterações à CPC 32/IAS 12 - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1 de janeiro de 2023:** As alterações introduzem uma outra exceção à isenção do reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, uma entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e não afete nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode surgir no reconhecimento de um passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso correspondente aplicando o CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos na data de início de um arrendamento. Em consonância com as alterações do CPC 32/IAS 12, uma entidade é obrigada a reconhecer os respectivos ativos e passivos diferidos, sendo que o reconhecimento de ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade da CPC 32/IAS 12. As alterações aplicam-se a transações que ocorram no ou após o início do período comparativo mais antigo apresentado. Além disso, no início do período comparativo mais antigo, uma entidade reconhece: (i) Um ativo fiscal diferido (na medida em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra o qual a diferença temporária dedutível pode ser utilizada) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a: • Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento; • Desativação, restauração e passivos semelhantes e os valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado. (ii) O efeito cumulativo da aplicação inicial das alterações como um ajuste ao saldo inicial dos lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) naquela data. **4. Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos: 4.1. Gerenciamento de riscos financeiros: 4.1.1. Visão geral:** Em decorrência de suas atividades, a Suzano está exposta a diversos riscos financeiros, os quais são gerenciados em conformidade com as Políticas de Gestão de Riscos Financeiros, de Risco de Contrapartes e Emissores, de Endividamento Financeiros, de Gestão de Derivativos e de Gestão de Caixa ("Políticas Financeiras"), as quais foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de agosto de 2020 e está disponível no site da Suzano. Os principais fatores considerados pela Administração são: (i) liquidez; (ii) crédito; (iii) taxas de câmbio; (iv) taxas de juros; (v) oscilações de preços de *commodities*; e (vi) capital. A Administração foca na geração de resultados consistentes e sustentáveis ao longo do tempo, entretanto, em decorrência dos fatores de riscos externos, níveis indesejados de volatilidade podem influenciar a geração de caixa e resultados da Suzano. A Suzano dispõe de políticas e procedimentos para a gestão dos riscos financeiros, que visam: (i) reduzir, mitigar ou transferir exposições visando proteger o fluxo de caixa e o patrimônio da Suzano contra oscilações de preços de mercado de insumos e produtos, taxas de câmbio e de juros, índices de preços e de correção ("riscos de mercado") ou ainda outros ativos ou instrumentos negociados em mercados líquidos ou não ("riscos de liquidez") aos quais o valor dos ativos, passivos ou geração de caixa estejam expostos; (ii) estabelecer limites e instrumentos com o objetivo de alocar o caixa da Suzano dentro de parâmetros aceitáveis de exposição de risco de crédito de instituições financeiras; e (iii) otimizar a contratação de instrumentos financeiros para proteção da exposição em risco, considerando e se beneficiando de *hedges* naturais e das correlações entre os preços de diferentes ativos e mercados, evitando o desperdício de recursos com a contratação de operações de modo ineficiente. As operações financeiras contratadas pela Suzano visam a proteção das exposições existentes, sendo vedada à assunção de novos riscos que não aqueles decorrentes de suas atividades operacionais. Instrumentos de *hedge* são contratados exclusivamente visando proteção e são pautados nos seguintes termos: (i) proteção do fluxo de caixa contra descasamento de moedas; (ii) proteção do fluxo de receita para liquidação e juros de dívidas às oscilações de taxas de juros e moedas; e (iii) oscilações no preço da celulose ou outros insumos relacionados a produção. A Tesouraria é a responsável pela identificação, avaliação e busca de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração aprova as políticas financeiras que estabelecem os princípios e normas para a gestão de risco global, as áreas envolvidas nestas atividades, o uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e a alocação do excedente de caixa. A Suzano utiliza os instrumentos financeiros de maior liquidez, e: (i) não contrata operações alavancadas ou com outras formas de opções embutidas que alterem sua finalidade de proteção (*hedge*); (ii) não possui dívida com duplo indexador ou outras formas de opções implícitas; e (iii) não tem operações que requeiram depósito de margem ou outras formas de garantia para o risco de crédito das contrapartes. A Suzano não adota a modalidade de contabilização *hedge accounting*. Dessa forma, os ganhos e perdas mensurados nas operações com derivativos, estão integralmente reconhecidos na demonstração do resultado e divulgados na nota 27. A Suzano manteve sua postura conservadora e posição robusta em caixa e aplicações financeiras, bem como sua política de *hedge*, durante a crise causada pela pandemia da COVID-19 e mesmo tendo havido reflexos no valor justo de seus instrumentos financeiros em decorrência dos efeitos em todas as economias globais, os impactos foram de acordo com os cenários de estresse cambial apresentados nas análises de sensibilidade divulgadas em relatórios anteriores, e medidas foram tomadas em relação aos riscos associados aos instrumentos financeiros, em especial aos riscos de liquidez, crédito e variação cambial, conforme descritos a seguir. **4.1.2. Classificação:** Todas as transações com instrumentos financeiros estão reconhecidas contabilmente e classificadas nas seguintes categorias:

	Consolidado		Controladora		
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.598.149	6.884.478	5.482	46.248
Contas a receber de clientes	7	6.538.967	2.918.390	—	—
Dividendos a receber	11	6.604	7.633	250.068	816
Outros ativos ⁽¹⁾		886.112	723.622	—	—
		21.029.832	10.534.123	255.550	47.064
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
Outros investimentos - Cellulforce		28.358	26.338	—	—
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	4.5.1	1.442.140	1.341.420	—	—
Aplicações financeiras	6	7.758.329	2.396.857	—	—
		9.200.469	3.738.277	—	—
		30.258.659	14.298.738	255.550	47.064
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores	17	3.288.897	2.361.098	—	—
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18.1	79.628.629	72.899.882	—	—
Contas a pagar de arrendamento	19.2	5.894.496	5.193.534	1.302	1.774
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	23	405.952	502.228	—	—
Dividendos a pagar	11	914.249	6.239	243.954	1.774
Outros passivos ⁽¹⁾		164.216	152.231	—	—
		90.296.439	81.115.212	245.256	1.774
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	4.5.1	7.894.528	8.117.400	—	—
		98.190.967	89.232.612	245.256	1.774
		67.932.308	74.933.874	(10.294)	(45.290)

⁽¹⁾ Não inclui itens não classificados como instrumentos financeiros.

4.1.3. Valor justo dos empréstimos e financiamentos: Os instrumentos financeiros são registrados pelos seus valores contratuais. Os contratos de instrumentos financeiros derivativos, utilizados exclusivamente com a finalidade de proteção, são mensurados ao valor justo. Para determinação dos valores de mercado dos instrumentos financeiros negociados em mercados públicos e liquidados, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços. O valor justo dos *swaps* de taxas de juros e índices é calculado com base no valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, descontados às taxas de juros correntes disponíveis para as operações com condições e prazos de vencimento remanescentes similares. Este cálculo é feito com base nas cotações da B3 e ANBIMA para transações de taxa *London Interbank Offered Rate* ("LIBOR"). O valor justo dos contratos futuros ou a termo de taxas de câmbio é determinado usando-se as taxas de câmbio *forward* prevalentes nas datas dos balanços, de acordo com as cotações da B3. Para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados de balcão ou sem liquidez, são utilizadas diversas premissas e métodos baseados nas condições normais de mercado e não para liquidação ou venda forçada, em cada data de balanço, incluindo a utilização de modelos de precificação de opções, como *Garman-Kohlhagen*, e estimativas de valores descontados de fluxos de caixa futuros. O valor justo dos contratos para fixação de preços de *bunker* de petróleo é obtido com base nas cotações do índice *Platts*. O resultado da negociação de instrumentos financeiros é reconhecido nas datas de fechamento ou contratação das operações, onde a Companhia se compromete a comprar ou vender estes instrumentos. As obrigações decorrentes da contratação de instrumentos financeiros são eliminadas de nossas demonstrações financeiras apenas quando estes instrumentos expiram ou quando os riscos, obrigações e direitos deles decorrentes são transferidos. Os valores justos estimados dos empréstimos e financiamentos, são apresentados a seguir:

	Curva de desconto/ Metodologia		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	
Cotados no mercado secundário				
Em moeda estrangeira				
<i>Bonds</i>	Mercado secundário	51.183.250	43.703.482	
Estimados ao valor presente				
Em moeda estrangeira				
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	LIBOR	19.441.297	20.546.778	
Em moeda nacional				
BNDES - TJLP	DI 1	355.494	1.399.177	
BNDES - TLP	DI 1	686.247	647.235	
BNDES - Fixo	DI 1	44.544	76.732	
BNDES - Selic ("Sistema Especial de Liquidação e de Custódia")	DI 1	543.269	960.215	
BNDES - UMBNDES	DI 1	25.001	27.239	
CRA ("Certificado de Recebíveis do Agronegócio")	DI 1/PCA	3.281.250	3.286.792	

	31/12/2021					
	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Consolidado Passivos						
Fornecedores	3.288.897	3.288.897	3.288.897	—	—	—
Empréstimo, financiamentos e debêntures	79.628.629	111.723.608	6.357.717	5.761.795	36.672.089	62.932.007
Contas a pagar de arrendamento	5.894.496	10.677.882	938.674	1.780.700	1.632.559	6.325.946
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	405.952	467.499	111.438	131.371	144.171	80.519
Instrumentos financeiros derivativos	7.894.528	11.774.569	1.688.266	1.391.727	8.694.576	—
Dividendos a pagar	914.249	914.249	—	—	—	—
Outros passivos	164.216	164.216	92.123	72.093	—	—
	98.190.967	139.010.920	13.391.364	9.137.693	47.143.391	69.338.472
						31/12/2020
Consolidado Passivos						
Fornecedores	2.361.098	2.361.098	2.361.098	—	—	—
Empréstimo, financiamentos e debêntures	72.899.882	101.540.320	4.034.595	6.619.518	36.751.023	54.135.184
Contas a pagar de arrendamento	5.193.534	9.553.849	620.762	807.211	2.198.957	5.926.919
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	502.228	573.920	116.376	112.155	253.419	91.970
Instrumentos financeiros derivativos	8.117.400	10.868.858	1.999.811	1.296.199	4.133.320	3.439.528
Dividendos a pagar	6.239	6.239	6.239	—	—	—
Outros passivos	152.231	152.231	94.722	57.509	—	—
	89.232.612	125.056.515	9.233.603	8.892.592	43.336.719	63.593.601

4.3. Administração de riscos de crédito: Está relacionado à possibilidade do não cumprimento do compromisso da contraparte em uma transação. O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de equivalentes de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos, Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), *box* de renda fixa, operações compromissadas, cartas de crédito ("*Letters of Credit* - LC"), seguradoras, prazo para recebimento de clientes, adiantamentos à fornecedores para novos projetos, entre outros. **4.3.1. Contas a receber de clientes e adiantamentos a fornecedores:** A Suzano possui políticas comerciais e de crédito que visam mitigar eventuais riscos decorrentes da inadimplência de seus clientes, principalmente, por meio da contratação de apólices de seguro de crédito, garantias bancárias fornecidas por bancos de primeira linha e garantias reais avaliadas de acordo com a liquidez. Ademais, a carteira de clientes é objeto de análise de crédito interna que visa avaliar o risco em relação a performance de pagamento, tanto para exportações como para vendas no mercado interno. Para a avaliação de crédito dos clientes, a Suzano utiliza uma matriz baseada na análise de aspectos qualitativos e quantitativos para determinar os limites individuais de crédito a cada cliente conforme o risco identificado. Cada análise é submetida à aprovação conforme hierarquia definida na política de crédito, respeitando os níveis de alçada e, se aplicável, à aprovação da diretoria em reunião e Comitê de Crédito. A classificação de risco das contas a receber de clientes é apresentada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Baixo ⁽¹⁾	6.491.726	2.813.038	—	—
Médio ⁽²⁾	19.147	54.115	—	—
Alto ⁽³⁾	55.355	89.942	—	—
	6.566.228	2.957.095		

¹⁾ Vincendo e em atraso até 30 dias. ²⁾ Em atraso entre 30 e 90 dias. ³⁾ Em atraso acima de 90 dias. Parte dos montantes acima não consideram o valor de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD") calculada com base na matriz de provisão nos montantes de R\$34.763 e R\$41.889 em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. **4.3.2. Bancos e instituições financeiras:** A Suzano, com o objetivo de mitigar o risco de crédito, mantém suas operações financeiras diversificadas entre bancos, com principal concentração em instituições financeiras de primeira linha classificadas como *high grade* pelas principais agências de classificação de risco. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição ao risco de crédito está apresentado a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	13.598.149	6.884.478	5.482	46.248
Aplicações financeiras	7.758.329	2.396.857	—	—
Instrumentos financeiros derivativos ⁽¹⁾	1.413.975	986.526	—	—
	22.770.453	10.267.861	5.482	46.248

¹⁾ Não inclui o derivativo embutido em contrato de parceria florestal e fornecimento de madeira em pé, que não é transacionado com instituição financeira. As contrapartes, substancialmente instituições financeiras, com as quais são realizadas operações que se enquadram em caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos ativos são classificados por agências avaliadoras conforme o risco apresentado a seguir:

	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		Instrumentos financeiros derivativos	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Classificação de risco ⁽¹⁾				
AAA	—	—	—	17.412
AA-	—	—	57.193	417.510
A+	—	—	8.318	1.617
A	—	—	601.475	73.135
A-	—	—	10.677	130.546
brAAA	21.157.211	7.753.922	576.195	305.311
brAA+	2.282	163.955	41.321	32
brAA	132.698	836.546	118.796	40.963
brAA-	—	278.712	—	—
brA+	313	—	—	—
brA	—	240.382	—	—
brBB+	2	—	—	—
brBB-	22.824	—	—	—
Outros	41.148	7.818	—	—
	21.356.478	9.281.335	1.413.975	986.526

¹⁾ Utilizamos o *Brazilian Risk Rating* e a classificação é concedida pelas agências Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's.

	Curva de desconto/ Metodologia		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	
Debêntures	DI 1	5.633.533	5.498.793	
NCE ("Notas de Crédito à Exportação")	DI 1	1.352.291	1.322.813	
NCR ("Nota de Crédito Rural")	DI 1	289.344	283.702	
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	DI 1	1.321.449	1.490.242	
		84.157.239	79.243.200	

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos estão divulgados na nota 18. A Administração da Suzano considera que para os demais passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, os seus valores contábeis se aproximam dos seus valores justos e por isso não está sendo apresentada a informação dos seus valores justos. **4.2. Administração de risco de liquidez:** A Suzano tem como objetivo manter uma posição robusta em caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo cumprir com os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto o excedente é investido em aplicações financeiras de alta liquidez contratadas junto às instituições financeiras com alto grau de investimento de acordo com a Política de Gestão de Caixa. O monitoramento da posição de caixa é acompanhado pela Administração da Suzano, por meio de relatórios gerenciais e participação em reuniões de desempenho com frequência determinada. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os impactos na posição de caixa e aplicações financeiras foram dentro do esperado, sendo que o caixa gerado na operação foi utilizado em sua maior parte para amortização de dívida, inclusive com antecipação, para o fortalecimento da liquidez da Suzano. A Suzano, por meio da sua controlada Suzano Pulp and Paper Europe S.A., visando aprimorar a gestão de liquidez financeira, possui contratada, desde fevereiro de 2019, uma linha de crédito rotativo ("*Revolver Credit Facility*"), no valor equivalente a US\$500.000 com vencimento em fevereiro de 2024, junto a um sindicato composto por 5 bancos. A operação foi estruturada de forma que a Suzano e sua controlada possam fazer uso da linha de crédito a qualquer momento, ao longo do período contratado, cujo vencimento será em 20 de fevereiro de 2024. Em 31 de dezembro de 2021, a linha estava disponível, porém, não utilizada. Em 1 de dezembro de 2021, a Suzano assinou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") um Contrato de Abertura de Limite de Crédito ("CALC"), um Limite de Crédito Rotativo, no valor de até R\$3.000.000, a serem desembolsados até dezembro de 2026 em investimentos de cunho florestal, social e industrial. Em 31 de dezembro de 2021, a linha estava disponível, porém, não utilizada. Todos os instrumentos financeiros derivativos foram contratados em mercado de balcão e não necessitam de depósito de margens de garantia. Os vencimentos contratuais remanescentes dos passivos financeiros são apresentados na data do balanço. Os valores apresentados a seguir, representam os fluxos de caixa não descontados e incluem pagamentos de juros e variação cambial, portanto, não podem ser reconciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

	31/12/2021					
	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Consolidado Passivos						
Fornecedores	3.288.897	3.288.897	3.288.897	—	—	—
Empréstimo, financiamentos e debêntures	79.628.629	111.723.608	6.357.717	5.761.795	36.672.089	62.932.007
Contas a pagar de arrendamento	5.894.496	10.677.882	938.674	1.780.700	1.632.559	6.325.946
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	405.952	467.499	111.438	131.371	144.171	80.519
Instrumentos financeiros derivativos	7.894.528	11.774.569	1.688.266	1.391.727	8.694.576	—
Dividendos a pagar	914.249	914.249	—	—	—	—
Outros passivos	164.216	164.216	92.123	72.093	—	—
	98.190.967	139.010.920	13.391.364	9.137.693	47.143.391	69.338.472
						31/12/2020
Consolidado Passivos						
Fornecedores	2.361.098	2.361.098	2.361.0			

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO

Holding

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

4.4.1.2. Análise de sensibilidade - exposição cambial de instrumentos financeiros derivativos: A Suzano contrata operações de venda de Dólares dos Estados Unidos da América nos mercados futuros, incluindo estratégias com opções, visando assegurar níveis atraentes de margens operacionais para uma parcela da receita. Estas operações são limitadas a um percentual da exposição total em Dólares dos Estados Unidos da América no horizonte de 18 meses ou aos investimentos no Projeto Cerrado conforme aprovação de *hedge* extraordinário descrito acima e, portanto, estão atreladas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo. Devido a pandemia da COVID-19 e dos efeitos em todas as economias globais ao longo dos últimos trimestres, os mercados financeiros sofreram grande volatilidade durante todo o período com o forte sentimento de aversão ao risco, o que causou uma grande desvalorização do Real frente ao Dólar dos Estados Unidos da América. Para o cálculo da marcação à mercado ("MIM") é utilizada a PTAX do penúltimo dia útil do período em análise. Desta forma, o aumento compreendido entre 31 de dezembro de 2020 e 2021 foi de 7,39%, já que as cotações nos exercícios mencionados foram R\$5,1967 e R\$5,5805, respectivamente. Estes movimentos de mercado causaram impacto negativo na marcação a mercado da posição de *hedge* contratada. A análise de sensibilidade abaixo assume que todas as outras variáveis, em particular, as taxas de juros, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a apreciação/depreciação do Real em relação ao Dólar dos Estados Unidos da América em 25% e 50%, antes dos impostos, adicionando ao cenário provável no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. É importante ressaltar que o impacto causado pelas oscilações na taxa de câmbio, seja positivo ou negativo, incidirá também no ativo objeto do *hedge*. Portanto, mesmo tendo ocorrido impacto negativo no valor justo das operações de derivativos no exercício, esse impacto foi parcialmente compensado pelo efeito positivo causado no fluxo de caixa da Suzano e, se o câmbio permanecer estável, será compensado pela valorização do objeto de *hedge* nos próximos exercícios. Além disso, considerando que as contratações de *hedge* são limitadas pela política em no máximo 75% da exposição total em Dólares dos Estados Unidos da América, a desvalorização cambial sempre beneficiará, de forma líquida, a geração de caixa da Suzano ao longo do tempo. A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

Consolidado 31/12/2021				
Efeito no resultado e no patrimônio				
Provável (valor base)	Possível (+25%)	Remoto (+50%)	Possível (-25%)	Remoto (-50%)
5.5805	6.9756	8.3708	4.1854	2.7903

Instrumentos

financeiros derivativos
Derivativos *Non-Deliverable forward* ("NDF") (6.692) (41.779) (83.558) 41.779 83.558
Derivativos opções (187.811) (4.343.120) (10.141.893) 4.611.279 10.611.424
Derivativos swaps (6.357.678) (4.361.283) (8.722.564) 4.361.279 8.722.560

4.4.2. Administração de risco de taxas de juros: As oscilações das taxas de juros podem implicar em efeitos de aumento ou redução do custo sobre os novos financiamentos e operações já contratadas. A Suzano busca constantemente alternativas para a utilização de instrumentos financeiros a fim de evitar impactos negativos em seu fluxo de caixa. Considerando a extinção da LIBOR no decorrer dos próximos anos, a Suzano está avaliando seus contratos com cláusulas que vislumbram a descontinuação da taxa de juros. A maior parte dos contratos de dívidas atreladas à LIBOR, possui alguma cláusula de substituição desta taxa por um índice de referência ou taxa de juro equivalente e, para os contratos que não possuem uma cláusula específica, será realizada uma renegociação entre as partes. Os contratos de derivativos atrelados à LIBOR, preveem uma negociação entre as partes para a definição de uma nova taxa ou será fornecida uma taxa equivalente pelo agente de cálculo. É importante ressaltar que as cláusulas de mudança de indexadores dos contratos de dívida da Suzano indexados à LIBOR, estabelecem que, qualquer substituição de taxa de indexação nos contratos somente poderá ser avaliada em 2 (duas) circunstâncias (i) após comunicação de uma entidade oficial do governo com formalização da extinção e troca da taxa vigente do contrato, sendo que nessa comunicação deve estar definida a data exata em que LIBOR será extinta e/ou (ii) operações sindicalizadas comecem a ser executadas com taxa indexada à *Secured Overnight Financing Rate* ("SOFR"). Considerando que em 5 de março de 2021, o *Financial Conduct Authority* ("FCA") anunciou a data de extinção da LIBOR 3M para o dia 30 de junho de 2023, a Suzano, a partir desse anúncio, deu início às negociações dos termos de troca de indexadores dos seus contratos de dívida e derivativos atrelados. A Suzano mapeou todos os seus contratos sujeitos à reforma da LIBOR que ainda não foram sujeitos à transição para uma taxa de referência alternativa e em 31 de dezembro de 2021, a Suzano tinha R\$18.735.587, relacionado aos contratos de empréstimos e financiamentos e R\$1.156.180, relacionados aos contratos de derivativos e, iniciou contato com as respectivas contrapartes de cada contrato, para garantir que os termos e boas práticas de mercado sejam adotados no momento da transição do índice até junho de 2023, sendo que esses termos ainda estão em negociação entre as partes. A Suzano entende que não será necessária alterar a estratégia de gestão de risco em função da mudança dos indexadores dos contratos financeiros atrelados à LIBOR. A Suzano acredita ser razoável assumir que a negociação dos indexadores de seus contratos, irá caminhar para a substituição da LIBOR pela SOFR, pois as informações disponíveis até o momento indicam que a SOFR será a nova taxa de juros adotada pelo mercado de capitais. Com base nas informações disponíveis até o momento, a Suzano não espera ter impactos significativos em suas dívidas e derivativos atrelados a LIBOR. **4.4.2.1. Análise de sensibilidade - exposição a taxas de juros - exceto instrumentos financeiros derivativos:** Para a análise de risco do mercado, a Suzano utiliza cenários para avaliar a sensibilidade das variações das operações impactadas pelas taxas Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), a Taxa Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC") e *London Interbank Offered Rate* ("LIBOR") e que podem gerar impacto no resultado. O cenário provável representa os valores já contabilizados, pois refletem a melhor estimativa da Administração. Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular as taxas de câmbio, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a valorização/desvalorização de 25% e 50% nas taxas de juros de mercado. A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários em valores absolutos:

Consolidado 31/12/2021				
Efeito no resultado e no patrimônio				
Provável (valor base)	Possível (+25%)	Remoto (+50%)	Possível (-25%)	Remoto (-50%)
14.506	332	664	5.361.618	122.647
9.415.969	215.390	430.781		

CDI/SELIC

Caixa e equivalentes de caixa 14.506 332 664
Aplicações financeiras 5.361.618 122.647 245.294
Empréstimos e financiamentos (9.415.969) 215.390 430.781

TJLP

Empréstimos e financiamentos (382.157) 5.083 10.165

LIBOR

Empréstimos e financiamentos (18.062.236) 9.443 18.887

4.4.2.2. Análise de sensibilidade - exposição a taxas de juros de instrumentos financeiros derivativos: Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a valorização/desvalorização de 25% e 50% nas taxas de juros de mercado. A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

Consolidado 31/12/2021				
Efeito no resultado e no patrimônio				
Provável (valor base)	Possível (+25%)	Remoto (+50%)	Possível (-25%)	Remoto (-50%)
14.506	332	664	5.361.618	122.647
9.415.969	215.390	430.781		

CDI

Instrumentos financeiros derivativos
Passivo
Derivativos NDF (6.692) (477) (942) 489 991
Derivativos opções (187.811) (285.226) (558.292) 308.973 651.016
Derivativos swaps (6.357.678) (28.950) (56.557) 30.306 61.974

LIBOR

Instrumentos financeiros derivativos
Passivo
Derivativos swaps (6.357.678) 117.420 234.792 (117.473) (234.996)

4.4.2.3. Análise de sensibilidade para mudanças no índice de preços ao consumidor da economia norte-americana: Para a mensuração do cenário provável, foi considerado o índice de preços ao consumidor da economia norte-americana ("*United States Consumer Price Index - US-CPI*") no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O cenário provável foi extrapolado considerando uma valorização/desvalorização de 25% e 50% no *US-CPI* para definição dos cenários possível e remoto, respectivamente.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários em valores absolutos:

Consolidado 31/12/2021		
Efeito no resultado e no patrimônio		
Provável (valor base)	Possível (25%)	Remoto (50%)
2,84%	3,55%	4,25%

Derivativo embutido em contrato de parceria florestal e fornecimento de madeira em pé 28.165 203.262 418.180

4.4.3. Administração de risco de preço de commodities: A Suzano está exposta a preços de *commodities*, principalmente no preço de venda da celulose no mercado internacional. A dinâmica de abertura e fechamento de capacidades de produção no mercado global e as condições macroeconômicas podem impactar os resultados operacionais da Suzano. A Suzano possui equipe especializada que monitora o preço da celulose de fibra curta e analisa as tendências futuras, ajustando as projeções que visam auxiliar na tomada de medidas preventivas para conduzir de maneira adequada os distintos cenários. Não existe mercado financeiro com liquidez para mitigar suficientemente o risco de parte relevante das operações da Suzano. As operações de proteção de preço da celulose de fibra curta disponíveis no mercado têm baixa liquidez e volume e grande distorção na formação do preço. A Suzano também está exposta ao preço internacional do petróleo, refletido nos custos logísticos de comercialização para o mercado externo e indiretamente nos custos de outros suprimentos e contratos de logística e serviços. Neste caso, a Suzano avalia a contratação de instrumentos financeiros derivativos para mitigar o risco de variação de preço no seu resultado. Em 31 de dezembro de 2021, a Suzano não detinha posição contratada para proteção do custo logístico (US\$37.757 em 31 de dezembro de 2020). **4.5. Instrumentos financeiros derivativos:** A Suzano determina o valor justo dos contratos de derivativos, o qual pode divergir dos valores realizados em caso de liquidação antecipada por conta dos spreads bancários e fatores de mercado no momento da cotação. Os valores apresentados pela Suzano baseiam-se em uma estimativa utilizando fatores de mercado e utilizam dados fornecidos por terceiros, mensurados internamente e confrontados com cálculos realizados por consultoria externa e pelas contrapartes. O valor justo não representa a obrigação de desembolso imediato ou recebimento de caixa, uma vez que tal efeito somente ocorrerá nas datas de verificação contratual ou de vencimento de cada operação, quando será apurado o resultado conforme o caso e as condições de mercado nas referidas datas. Para cada um dos instrumentos, descreve-se a seguir um resumo do procedimento utilizado para a obtenção dos valores justos: (i) *Swap*: o valor futuro da ponta ativa e da ponta passiva são estimados pelos fluxos de caixa projetados pela taxa de juros de mercado da moeda em que a ponta do *swap* é denominada. O valor presente na ponta denominada em US\$ é mensurado por meio do desconto utilizando a curva do cupom cambial (a remuneração, em Dólares dos Estados Unidos da América, dos Reais investidos no Brasil) e no caso da ponta denominada em BRL, o desconto é feito utilizando a curva de juros do Brasil, sendo a curva futura do DI, considerando tanto o risco de crédito da Suzano e da contraparte. A exceção são os contratos pré-fixados x US\$ onde o valor presente na ponta denominada em US\$ é mensurado por meio do desconto utilizando a curva da LIBOR, divulgada pela *Bloomberg*. O valor justo do contrato é a diferença entre essas duas pontas. As curvas de taxas de juros foram obtidas da B3. (ii) *Opções ("Zero Cost Collar")*: para o cálculo do valor justo das opções foi utilizado o modelo de *Garman Kohlhagen*, considerando o risco de crédito da Suzano e da contraparte. Os dados de volatilidades e taxas de juros são observáveis e foram obtidos da B3 para apuração dos valores justos. (iii) *Non-Deliverable forward ("NDF")*: é efetuada uma projeção da cotação futura da moeda, utilizando-se das curvas de cupom cambial e a curva futura do DI para cada vencimento. A seguir, verifica-se qual a diferença entre esta cotação obtida e a taxa que foi contratada a operação, considerando-se o risco de crédito da Suzano e da contraparte. Esta diferença é multiplicada pelo valor nominal de cada contrato e trazida a valor presente pela curva futura do DI. As curvas de taxas de juros foram obtidas da B3. (iv) *Swap de US-CPI*: os fluxos de caixa da ponta passiva são projetados pela curva de inflação norte-americana US-CPI, obtida pelas taxas implícitas aos títulos americanos indexados à inflação ("Tesouro Protegido contra a Inflação - TIPS"), divulgada pela *Bloomberg*. Os fluxos de caixa da ponta ativa são projetados pela taxa fixa implícita no derivativo embutido. O valor justo do derivativo embutido é a diferença entre as duas pontas, trazida a valor presente pela curva do cupom cambial obtida da B3. (v) *Swap VLSFO* (combustível marítimo): é efetuada uma projeção futura do preço do ativo, utilizando-se a curva futura de preço divulgada pela *Bloomberg*. A seguir, verifica-se qual a diferença entre esta projeção obtida e a taxa que foi contratada a operação, considerando o risco de crédito da Suzano e da contraparte. Esta diferença é multiplicada pelo valor nominal de cada contrato e trazida a valor presente pela curva da *LIBOR* divulgada pela *Bloomberg*. As curvas utilizadas para o cálculo do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão apresentadas a seguir:

Prazo	Curva de juros			
	Brasil	Estados Unidos da América	Cupom de dólar sujo	
1M	9,15% a.a.	0,22% a.a.	18,07% a.a.	
6M	11,22% a.a.	0,32% a.a.	3,70% a.a.	
1º ano	11,79% a.a.	0,53% a.a.	2,50% a.a.	
2º ano	10,97% a.a.	0,92% a.a.	2,17% a.a.	
3º ano	10,60% a.a.	1,16% a.a.	2,18% a.a.	
5º ano	10,61% a.a.	1,36% a.a.	2,25% a.a.	
10º ano	10,71% a.a.	1,59% a.a.	2,47% a.a.	

4.5.1. Derivativos em aberto por tipo de contrato, inclusive derivativos embutidos: As posições de derivativos em aberto estão apresentadas a seguir:

Tipo do derivativo	Consolidado			
	Valor de referência (nominal) - em US\$	Valor justo		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Instrumentos contratados com estratégia de proteção				
Hedge operacional				
ZCC	4.494.125	3.212.250	(187.788)	(780.457)
NDF (R\$ x US\$)	30.000	80.000	(7.043)	7.948
Hedge de dívida				
Hedge de taxa de juros				
Swap LIBOR para <i>Fixed</i> (US\$)	3.600.000	3.683.333	(395.675)	(1.059.192)
Swap IPCA para CDI (<i>nominal</i> em Reais)	843.845	843.845	249.653	285.533
Swap IPCA para <i>Fixed</i> (US\$)	121.003	121.003	(148.583)	(114.834)
Swap CDI x <i>Fixed</i> (US\$)	2.267.057	2.267.057	(5.230.612)	(4.977.309)
Swap Pré Fixada para US\$	350.000	350.000	(760.505)	(508.328)
Hedge de commodities				
Swap do US-CPI (1)	590.372	646.068	28.165	354.900
Swap VLSFO (2)	-	37.757	-	15.759
			(6.452.388)	(6.775.980)

Ativo circulante 470.261 484.043
Ativo não circulante 971.879 857.377
Passivo circulante (1.563.459) (1.991.118)
Passivo não circulante (6.331.069) (6.126.282)
(6.452.388) (6.775.980)

1) O derivativo embutido refere-se aos contratos de *swap* de venda das variações do *US-CPI* no prazo dos contratos de parceria florestal e de fornecimento de madeira em pé. 2) Em 31 de dezembro de 2020, inclui *Swap Brent*, cujos contratos foram liquidados integralmente no período subsequente. A seguir são descritos os contratos vigentes e os respectivos riscos protegidos: (i) *Swap CDI x Fixed* (US\$): posições em *swaps* convencionais trocando a variação da taxa de Depósitos Interbancários ("DI") por taxa prefixada em Dólares dos Estados Unidos da América ("US\$"). O objetivo é alterar o indexador de dívidas em Reais para US\$, alinhando-se com a exposição natural dos recebíveis em US\$ da Suzano. (ii) *Swap IPCA x CDI* (*nominal* em Reais): posições em *swaps* convencionais trocando variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") por taxa de DI. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em Reais, alinhando-se com a posição de caixa em Reais da Suzano, que também é indexada a DI. (iii) *Swap IPCA x Fixed* (US\$): posições em *swaps* convencionais trocando variação do IPCA por taxa pré-fixada em US\$. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em Reais para US\$, alinhando-se com a exposição natural dos recebíveis em US\$ da Suzano. (iv) *Swap LIBOR x Fixed* (US\$): posições em *swaps* convencionais trocando taxa pós-fixada (LIBOR) por taxa prefixada em US\$. O objetivo é proteger o fluxo de caixa de variações na taxa de juros norte-americana. (v) *Swap Pré Fixada R\$ x Fixed* US\$: posições em *swaps* convencionais trocando taxa prefixada em Reais por taxa prefixada em US\$. O objetivo é alterar a exposição de dívidas em Reais para US\$, alinhando-se com a exposição natural dos recebíveis em US\$ da Suzano. (vi) *Zero-Cost Collar* ("ZCC"): posições em instrumento que consiste na combinação simultânea de compra de opções de venda (*put*) e venda de opções de compra (*call*) de US\$, com mesmo valor de principal e vencimento, com o objetivo de proteger o fluxo de caixa das exportações. Nesta

estratégia é estabelecido um intervalo onde não há depósito ou recebimento de margem financeira no vencimento das opções. O objetivo é proteger o fluxo de caixa das exportações contra queda do Real. (vii) *Non-Deliverable Forward* ("NDF"): Posições vendidas em contratos futuros de US\$ com o objetivo de proteger o fluxo de caixa das exportações contra queda do Real. (viii) *Swap Very Low Sulphur Fuel Oil* ("VLSFO") (petróleo): posições compradas de petróleo, com o objetivo de proteger custos logísticos relacionados aos contratos de frete marítimo, contra o aumento do preço de petróleo. (ix) *Swap US-CPI*: O derivativo embutido refere-se aos contratos de *swap* de venda das variações do *US-CPI* no prazo dos contratos de parceria florestal e de fornecimento de madeira em pé. A variação do valor justo dos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em comparação com o valor justo mensurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é explicada substancialmente pela desvalorização do Real frente ao Dólar dos Estados Unidos da América e pelas liquidações do exercício. Houve também impactos menos significativos causados pela variação nas curvas Pré, Cupom Cambial e LIBOR nas operações. Importante destacar que, os contratos em aberto no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, são operações de mercado de balcão, sem nenhum tipo de margem de garantia ou cláusula de liquidação antecipada forçada por variações provenientes de marcação a mercado, inclusive por possíveis variações causadas pela pandemia da COVID-19.

4.5.2. Cronograma de vencimentos do valor justo:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
2021	-	(1.507.075)
2022	(1.093.198)	(918.030)
2023	(282.499)	(433.195)
2024	(759.082)	(705.859)
2025	(2.096.449)	(1.684.124)
2026 em diante	(2.221.160)	(1.527.697)
	(6.452.388)	(6.775.980)

4.5.3. Posição ativa e passiva dos derivativos em aberto

As posições de derivativos em aberto estão apresentadas a seguir:

Moeda	Consolidado			
	Valor nominal	Valor justo		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020

Hedge de dívida

Ativos					
Swap CDI para <i>Fixed</i> (US\$)	R\$	8.594.225	8.594.225	306.663	719
Swap Pré Fixada para US\$	R\$	1.317.226	1.317.226	76.279	136.192
Swap LIBOR para <i>Fixed</i> (US\$)	US\$	3.600.000	3.683.333	130.104	61.120
Swap IPCA para CDI (<i>nominal</i> em Reais)	IPCA	1.078.706	974.102	255.422	285.533
Swap IPCA para <i>Fixed</i> (US\$)	IPCA	576.917	520.973	-	-
				768.468	483.564

Passivos

Swap CDI x <i>Fixed</i> (US\$)	US\$	2.267.057	2.267.057	(5.537.275)	(4.978.028)
Swap Pré Fixada para US\$	US\$	350.000	350.000	(836.784)	(644.520)
Swap LIBOR para <i>Fixed</i> (US\$)	US\$	3.600.000	3.683.333	(525.779)	(1.120.312)
Swap IPCA para CDI (<i>nominal</i> em Reais)	R\$	843.845	843.845	(5.769)	-
Swap IPCA para <i>Fixed</i> (US\$)	US\$	121.003	121.003	(148.583)	(114.834)
				(7.054.190)	(6.867.694)
				(6.285.722)	(6.374.130)

Hedge operacional

ZCC (US\$ x R\$)	US\$	4.494.125	3.212.250	(187.788)	(780.457)
NDF (R\$ x US\$)	US\$	30.000	80.000	(7.043)	7.948
				(194.831)	(772.509)

Hedge de commodities

Swap US-CPI	US\$	590.372	646.068	28.165	354.900
Swap VLSFO	US\$	-	37.757	-	15.759
				28.165	370.659
				(6.452.388)	(6.775.980)

4.5.4. Valores justos liquidados

As posições de derivativos liquidados estão apresentadas a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Hedge operacional		
ZCC (R\$ x US\$)	(1.269.231)	(2.268.158)
NDF (R\$ x US\$)	1.399	(60.815)
	(1.267.832)	(2.328.973)
Hedge de commodities		
Swap VLSFO/outros	(54.002)	(85.468)
	(54.002)	(85.468)
Hedge de dívida		
Swap CDI para <i>Fixed</i> (US\$)	(266.268)	(1.888.906)
Swap IPCA para CDI (Reais)	41.651	10.601
Swap IPCA para <i>Fixed</i> (US\$)	(4.819)	10.054
Swap Pré Fixada para US\$	49.562	59.351
Swap LIBOR para <i>Fixed</i> (US\$)	(419.545)	(242.299)
	(599.419)	(2.051.199)
	(1.921.253)	(4.465.640)

4.6. Hierarquia do valor justo: Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo, o qual considera o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO Holding

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Consolidado			
	31/12/2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos				1.341.420
Aplicações financeiras	444.712	1.952.145		2.396.857
	444.712	3.293.565		3.738.277
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Outros investimentos - CelluForce			26.338	26.338
			26.338	26.338
Ativo biológico			11.161.210	11.161.210
			11.161.210	11.161.210
	444.712	3.293.565	11.187.548	14.925.825
Passivo				
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos				8.117.400
				8.117.400
				8.117.400

4.7. Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade:

Tendo em vista a natureza das operações da Suzano, existe exposição inerente a riscos relacionados com as mudanças climáticas. Os ativos da Suzano, notadamente, os ativos biológicos, que são mensurados ao valor justo (Nota 13), os ativos imobilizados (Nota 15) e intangíveis (Nota 16), podem ser impactados por mudanças climáticas, às quais foram avaliadas no contexto da elaboração das demonstrações financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração considerou os principais dados e premissas de riscos destacados a seguir: (i) eventuais impactos na determinação do valor justo nos ativos biológicos em virtude de: efeitos de mudanças climáticas, como por exemplo, elevação de temperatura, escassez de recursos hídricos, podem impactar em algumas premissas utilizadas em estimativas contábeis relacionadas com os ativos biológicos da Suzano, conforme abaixo: • perdas de ativos biológicos devidos a incêndios e a impactos oriundos de maior presença e resistência de pragas e outras doenças florestais favorecidas pelo aumento gradual de temperatura; • redução de produtividade e de crescimento esperado (IMA) devido à diminuição de disponibilidade de recursos hídricos em bacias; e • interrupção na cadeia produtiva por eventos climáticos adversos. (ii) escassez de recursos hídricos na indústria: embora as nossas unidades sejam eficientes no uso da água, há planos de contingência para todas as unidades afetadas por eventual escassez hídrica e planos de ação para enfrentamento da crise hídrica nas regiões críticas. (iii) mudanças estruturais na sociedade e seus impactos nos negócios, tais como: • regulatórios e legais: decorrentes de mudanças regulatórias brasileiras e/ou internacionais que incentivem a transição para uma economia de baixo carbono e/ou com maior biodiversidade e que aumentem o risco de litígio e/ou restrições comerciais relacionadas à suposta contribuição, mesmo que indireta, para intensificação das mudanças climáticas; • tecnológicos: decorrentes do surgimento de melhorias e inovações na direção de uma economia com maior eficiência energética e de baixo carbono; • de mercado: decorrentes de mudanças na oferta e demanda de certos produtos e serviços à medida em que questões relacionadas ao clima passam a ser consideradas nas tomadas de decisão; e • reputacionais: relacionados à mudança de percepções dos clientes e da sociedade de maneira geral em relação à contribuição positiva ou negativa de uma organização para uma economia de baixo carbono. **4.7.1. Cumprimento de cláusulas contratuais relacionadas à sustentabilidade em títulos de dívida sustentáveis (Sustainability linked bonds - "SLB" e Sustainability Linked Loan - "SLL"):** Conforme divulgado na nota 18, a Suzano emitiu títulos de dívida com métricas de aspectos ambientais, sociais e de governança ("Environmental, social and corporate governance - ESG") relacionadas com a intensidade de nossas emissões, intensidade da captura de recursos hídricos e aspectos de diversidade e inclusão. O não atingimento dessas metas, pode gerar incremento futuro no custo das referidas dívidas, conforme previsto nos respectivos contratos. **4.7.2. Gestão de riscos climáticos:** A Suzano possui uma estrutura dedicada à gestão de riscos corporativos, incluindo os riscos relacionados às exposições climáticas, com metodologias, ferramentas e processos próprios que visam garantir a identificação, a avaliação e o tratamento dos seus principais riscos. Tal estrutura, através da sua sistemática de gestão, permite o monitoramento contínuo dos riscos e seus eventuais impactos, o controle das variáveis envolvidas e a definição e implementação de medidas mitigatórias, que visam reduzir as exposições identificadas. A avaliação da Suzano sobre os potenciais impactos das mudanças climáticas e a transição para uma economia de baixo carbono é efetuada de forma contínua e seguirá evoluindo e, quando aplicável, seus impactos serão considerados e avaliados pela sua gestão. **4.8. Gestão do capital:** O principal objetivo é fortalecer a estrutura de capital da Suzano, buscando manter um nível de alavancagem financeira adequado, além de mitigar os riscos que podem afetar a disponibilidade de capital no desenvolvimento de negócios. A Suzano monitora constantemente indicadores significativos, tais como o índice consolidado de alavancagem financeira, que é a dívida líquida total dividida pelo Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização ajustado ("LAJIDA Ajustado"), equivalente ao termo em inglês EBITDA Ajustado ("Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization Adjusted").

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	Taxa média		Consolidado		Controladora	
	% a.a.	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Caixa e bancos ⁽¹⁾	0,36	11.725.636	6.213.074	3.103	35	
Equivalentes de caixa em moeda nacional						
Depósito a prazo fixo (Compromissadas) do CDI	83,46	17.017	163.697	2.379	46.213	
Em moeda estrangeira						
Depósito a prazo fixo ⁽²⁾	0,73	1.855.496	507.707	—	—	
		13.598.149	6.884.478	5.482	46.248	

(1) Refere-se substancialmente a aplicações em moeda estrangeira na modalidade *Sweep Account*, que é uma conta remunerada, cujo saldo é aplicado e disponibilizado automática e diariamente. (2) Refere-se a aplicações na modalidade *Time Deposit*, com vencimento até 90 dias, que é um depósito bancário remunerado com um período específico de vencimento.

6. Aplicações financeiras - consolidado:

	Taxa média		Consolidado	
	% a.a.	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Em moeda nacional				
Fundos exclusivos	99,60 do CDI	17.120	175.317	
Títulos públicos mensurados ao valor justo por meio do resultado	99,60 do CDI	637.616	444.712	
Títulos privados (CDBs)	102,44 do CDI	4.456.828	1.585.605	
Títulos privados (CDBs) ⁽¹⁾	102,79 do CDI	250.054	184.778	
Outros		2.044	6.445	
		5.363.662	2.396.857	
Em moeda estrangeira				
Títulos privados ⁽²⁾	0,79	2.376.369	—	
Outros	7,26	18.298	—	
		2.394.667	—	
		7.558.329	2.396.857	
Circulante				
Não circulante		250.054	184.778	

(1) Inclui depósitos em garantia (*escrow account*) que serão liberados somente após a obtenção das aprovações governamentais aplicáveis e ao cumprimento pela Suzano, das condições precedentes relativas às transações com (i) CMPC Celulose Riograndense S.A. ("CMPC") em decorrência do Projeto Losango, para venda de terras e florestas, cujo acordo foi assinado em dezembro de 2012 e (ii) Turvino, para a venda de imóveis rurais (nota 1.2.2.). (2) Refere-se a aplicações na modalidade *Time Deposit*, com vencimento superior a 90 dias, que é um depósito bancário remunerado com um período específico de vencimento.

7. Contas a receber de clientes - consolidado: 7.1. Composição dos saldos:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Cientes no país		
Terceiros	1.456.679	973.980
Partes relacionadas ⁽¹⁾	73.598	47.685
Cientes no exterior		
Terceiros	5.043.453	1.938.614
(-) PECLD	(34.763)	(41.889)
	6.538.967	2.918.390
Circulante	6.532.715	2.915.483
Não Circulante	6.252	2.907

(1) O saldo consolidado refere-se às transações com a Ibema Companhia Brasileira de Papel. A Suzano realiza cessões de crédito de certos clientes com a transferência à contraparte de, substancialmente, todos os riscos e benefícios associados aos ativos, de forma que esses títulos são desreconhecidos do saldo de contas a receber de clientes. Esta transação se refere a uma oportunidade de geração adicional de caixa, podendo ser descontinuada a qualquer momento, sem impactos significativos

na operação da Suzano e assim, é classificada como ativo financeiro mensurado ao custo amortizado. O impacto dessas cessões de crédito sobre o saldo de contas a receber de clientes no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$6.121.316 (R\$5.388.370 em 31 de dezembro de 2020).

7.2. Análise dos vencimentos:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Valores a vencer	5.980.413	2.606.413
Valores vencidos		
até 30 dias	518.149	209.210
31 e 60 dias	15.359	51.420
61 e 90 dias	3.087	2.062
91 e 120 dias	1.453	6.665
121 e 180 dias	3.779	8.618
A partir de 180 dias	16.727	34.002
	6.538.967	2.918.390

7.3. Movimentação da PECLD:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	(41.889)	(41.996)
Adição	(2.547)	(9.350)
Reversão	3.184	3.328
Baixa	7.078	7.737
Varição cambial	(589)	(1.608)
Saldo no final do exercício	(34.763)	(41.889)

A Suzano mantém garantias para títulos vencidos em suas operações comerciais, através de apólices de seguro de crédito, cartas de crédito e outras garantias. Essas garantias evitam a necessidade de parte do reconhecimento de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, de acordo com a política de crédito da Suzano.

7.4. Informações sobre os principais clientes: A Suzano possui 1 (um) cliente responsável por 10,39% da receita líquida total do segmento operacional celulose e nenhum cliente no segmento operacional papel no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2020, não havia clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do segmento operacional celulose e/ou papel.

8. Estoques - consolidado:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Produtos acabados		
Celulose		
No Brasil	748.588	553.229
No exterior	1.037.760	1.102.994
Papel		
No Brasil	315.068	225.058
No exterior	95.383	87.638
Produtos em elaboração	96.140	81.465
Matérias-primas		
Madeira para produção	1.094.058	1.012.113
Insumos e embalagens	571.505	438.394
Materiais de almoxarifado e outros	680.583	510.873
	4.639.085	4.011.764

Os estoques estão apresentados líquidos da provisão para perdas.

8.1. Movimentação da provisão para perdas:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	(79.885)	(106.713)
Adição ⁽¹⁾	(85.110)	(77.173)
Reversão	11.536	11.498
Baixa ⁽²⁾	62.201	92.503
	(91.258)	(79.885)

(1) Refere-se, substancialmente, a (i) matéria-prima no montante de R\$38.136 no consolidado (R\$56.305 no consolidado em 31 de dezembro de 2020) (ii) produto acabado de celulose de R\$21.785 no consolidado (R\$1.239 no consolidado em 31 de dezembro de 2020) e (iii) materiais de almoxarifado no montante de R\$ 21.184 no consolidado (R\$14.036 no consolidado em 31 de dezembro de 2020). (2) Refere-se, substancialmente aos montantes de (i) matéria-prima de R\$47.231 no consolidado (R\$49.550 no consolidado em 31 de dezembro de 2020) (ii) produto acabado de celulose de R\$3.212 no consolidado (R\$32.018 no consolidado em 31 de dezembro de 2020) e (iii) materiais de almoxarifado de R\$9.529 no consolidado (R\$4.989 no consolidado em 31 de dezembro de 2020). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não há estoques oferecidos em garantia.

9. Tributos a recuperar:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ e CSLL - antecipações e impostos retidos	94.573	224.036	234	252
PIS/COFINS - sobre aquisição de imobilizado ⁽¹⁾	94.108	126.990	—	—
PIS/COFINS - operações	331.241	287.206	38	—
PIS/COFINS - exclusão de ICMS ⁽²⁾	582.433	128.115	—	—
ICMS - sobre aquisição de imobilizado ⁽³⁾	129.081	112.672	—	—
ICMS - operações ⁽⁴⁾	1.363.453	1.393.260	—	—
Programa Reintegra ⁽⁵⁾	49.265	110.121	—	—
Outros impostos e contribuições	50.298	24.089	—	—
Provisão para perda de créditos de ICMS ⁽⁶⁾	(1.064.268)	(1.164.782)	—	—
	1.630.184	1.241.707	272	252
Circulante	361.020	407.132	272	252
Não circulante	1.269.164	834.575	—	—

(1) Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da

11.1. Saldos patrimoniais e montantes ocorridos no exercício de 2021 e 2020:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Transações com partes relacionadas						
Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável	1	1	—	—	(4.399)	(4.168)
Ibema Companhia Brasileira de Papel ⁽¹⁾	80.511	56.013	(6.288)	(2.834)	169.965	111.841
Ensyn Corporation	—	2.829	—	—	1	689
Lazam MDS Corretora e Adm. Seguros S.A.	—	—	—	—	—	3
Bexma Comercial Ltda.	1	1	—	—	5.093	3.827
Ficus Empreendimentos e Participações S.A.	—	—	(46)	(23)	—	(655)
Empreendimentos Imobiliários BVF Ltda.	—	—	(45)	(23)	—	—
Empreendimentos Imobiliários Imofors Ltda.	—	—	(90)	(45)	—	—
Empreendimentos Imobiliários Lenar Ltda.	—	—	(7)	(22)	—	—
SPLF Investimentos e Participações Ltda.	—	—	—	—	3.290	3.021
BS Participações S.A.	—	—	—	—	1.172	675
HiperStream Sistemas e Tecnologia da Informação Ltda.	—	—	—	—	878	781
Bizma Investimentos Ltda.	1	1	—	—	868	554
Fundação Arymax	—	—	—	—	2	2
IPLF Holding S.A. ⁽²⁾	38.921	2.500	(33)	(42)	10	5
Mabex Representações e Participações Ltda.	—	—	—	—	(137)	(50)
Administradores	—	—	(9)	(5)	(422)	(392)
Outros acionistas	—	—	(914.249)	(6.239)	—	—
	119.435	61.345	(920.767)	(9.233)	176.321	116.133
Transações com controladas diretas						
Suzano S.A.	248.789	—	(2)	(3)	2.621	5.029
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	167	208	—	—	307	583
Premesa S.A.	1.279	816	—	—	358	273
	250.235	1.024	(2)	(3)	3.286	5.885
Ativos com partes relacionadas						
Contas a receber de clientes	80.511	56.013	—	—	—	—
Mútuos a receber	38.921	2.500	—	—	—	—
Outros ativos	3	2.832	—	—	—	—
	119.435	61.345	—	—	—	—
Passivo com partes relacionadas						
Fornecedores	—	—	(6.288)	(2.834)	—	—
Dividendos a pagar	—	—	(914.249)	(6.239)	—	—
Outros passivos	—	—	(230)	(160)	—	—
	—	—	(920.767)	(9.233)	—	—
Ativos com controladas diretas						
Dividendos a receber	250.068	816	—	—	—	—
Outros ativos	167	208	—	—	—	—
	250.235	1.024	—	—	—	—
Passivo com controladas diretas						
Outros passivos	—	—	(2)	(3)	—	—

(1) Refere-se, principalmente, a venda de celulose. (2) Mútuos celebrados sem juros ou correção. O vencimento poderá ser convencionado entre as partes, antecipado ou prorrogado.

Seguridade Social ("COFINS"): Créditos cuja realização está atrelada ao período de depreciação do ativo correspondente. (2) A Suzano e suas controladas ajustaram ao longo dos anos ações para reconhecer o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS, abrangendo períodos desde março de 1992, conforme divulgado na nota 20.3. (3) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"): Os créditos de entrada de bens destinados ao imobilizado na Suzano são reconhecidos na proporção de 1/48 da entrada e mensalmente, conforme escrituração do ICMS Controle do ativo Imobilizado ("CIAP"). (4) Créditos de ICMS acumulados em função do volume de exportações e crédito gerado em operações de entrada de produtos: Os créditos estão concentrados nos Estados do Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Bahia, onde a Suzano busca sua realização por meio da venda a terceiros, após aprovação da Secretaria da Fazenda de cada Estado. Os créditos também estão sendo realizados por meio do consumo em suas operações de bens e consumo (tissue) no mercado interno, no Estado do Maranhão. (5) Regime Especial de restituições de impostos para empresas exportadoras ("Reintegra"): Refere-se a

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO

Holding

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

11.2. Remunerações dos administradores: As despesas relacionadas à remuneração do pessoal-chave da Administração, incluindo o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva Estatutária, reconhecidas no resultado, estão apresentadas no quadro a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Benefícios de Curto Prazo				
Salário ou Pró-Labore	51.142	49.389	2.449	2.300
Benefícios Direto ou Indireto	1.683	1.232	803	380
Bônus	7.893	13.790	1.418	2.464
	60.717	64.411	4.670	5.144
Benefícios de Longo Prazo				
Pagamento baseado em ações	46.306	75.022	-	-
	107.023	139.433	4.670	5.144

Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias, gratificação obrigatória e 13º salário), encargos sociais (contribuições para seguridade social - INSS parte empresa) e remuneração variável como participação nos lucros, bônus e benefícios (veículo, assistência médica, vale-refeição, vale-alimentação, seguro de vida e plano de previdência privada). Os benefícios de longo prazo incluem o plano de opção de compra de ações e ações fantasmas para executivos e membros-chave da Administração, de acordo com as regulamentações específicas, conforme divulgado na nota 22. **12. Imposto de renda ("IRPJ") e contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL"):** 12.1. **Impostos diferidos:** A Companhia e suas controladas calculam o IRPJ e a CSLL, corrente e diferido, com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para IRPJ e 9% para CSLL, sobre o lucro líquido auferido. Os saldos são reconhecidos no resultado da Companhia e suas controladas pelo regime de competência. As controladas sediadas no Brasil, tem seus tributos calculados e provisionados de acordo com a legislação vigente e seu regime tributário específico, incluindo, em alguns casos, o lucro presumido. As controladas sediadas no exterior, são sujeitas à tributação de acordo com as legislações fiscais de cada país. Os valores de IRPJ e CSLL diferidos são reconhecidos pelos montantes líquidos no ativo ou no passivo não circulante. No Brasil, a Lei nº 12.973/14 revogou o artigo 74 da Medida Provisória nº 2.158/01 e determina que a parcela do ajuste do valor do investimento em controlada, direta ou indireta, domiciliada no exterior, equivalente aos lucros por ela auferidos antes do imposto sobre a renda, excetuando a variação cambial, deverá ser computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido da pessoa jurídica controladora domiciliada no Brasil, ao fim de cada ano. A Administração da Suzano acredita na validade das previsões dos tratados internacionais assinados pelo Brasil para evitar a dupla tributação. De modo a garantir seu direito à não tributação, a Suzano ingressou em abril de 2019 com ação judicial, que tem por objetivo a não tributação, no Brasil, do lucro auferido por sua controlada situada na Áustria, de acordo com a Lei nº 12.973/14. Em razão da decisão liminar concedida em favor da Suzano nos atos da referida ação judicial, a Suzano decidiu por não adicionar o lucro da Suzano International Trading GmbH, sediada na Áustria, na determinação do lucro real e na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido da Suzano para o exercício findo 31 de dezembro de 2021. Não há provisão quanto ao imposto relativo ao lucro da referida controlada em 2021. **12.1.1. Composição do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos:**

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo Fiscal	1.156.876	1.013.008	-	-
Base negativa da contribuição social	411.074	329.412	-	-
Diferenças temporárias ativas				
Provisão para passivos judiciais	249.345	233.100	-	-
Provisões operacionais e para perdas diversas	966.809	1.052.671	1.668	1.564
Variação cambial	6.555.202	6.112.906	-	-
Perdas com derivativos ("MiM")	2.193.693	2.303.833	-	-
Amortização da mais-valia oriunda da combinação de negócios	699.535	718.645	-	-
Lucro não realizado nos estoques	298.888	176.847	-	-
Arrendamentos	373.372	287.066	-	-
Provisão dos impostos diferidos sobre resultado de controladas no exterior	-	33.893	-	-
Demais diferenças temporárias (1)	-	158.172	-	-
	12.904.794	12.419.553	1.668	1.564

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Diferenças temporárias passivas				
Ágio - Aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente	746.489	469.875	-	-
Imobilizado - custo atribuído	1.316.859	1.385.642	-	-
Depreciação acelerada incentivada	944.949	1.025.136	-	-
Custo de transação	99.399	110.036	-	-
Valor justo dos ativos biológicos	430.966	237.879	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre mais/menos valia alocado, líquido	427.313	469.419	-	-
Créditos sobre exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS	198.027	43.559	-	-
Demais diferenças temporárias	9.283	167	-	-
	4.173.285	3.741.113	-	-
Ativo não circulante	8.731.608	8.678.577	1.668	1.564
Passivo não circulante	99	737	-	-

1) Em 29 de dezembro de 2020, com o trânsito em julgado da aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), relacionado ao acordo de compra e venda de imóveis rurais, há o entendimento da Administração e consultores jurídicos de que todas as condições suspensivas foram implementadas, cabendo o reconhecimento tributário do ganho de capital, nos termos do art. 117 do Código de Tributação Nacional ("CTN"). Como o reconhecimento contábil se deu apenas no *Closing* da Transação, em 5 de janeiro de 2021 (nota 1.2.2.) com o cumprimento da obrigação de desempenho e entrega da posse das propriedades ao cliente, houve a necessidade da constituição do tributo diferido ativo sobre esta diferença temporária, no montante de R\$175.202. Exceto os prejuízos fiscais, a base negativa da contribuição social e a depreciação acelerada incentivada que são alcançadas somente pelo IRPJ, as demais bases tributáveis foram sujeitas a ambos impostos. **12.1.2. Composição do prejuízo fiscal acumulado e da base negativa da contribuição social:**

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo fiscal a compensar	4.708.313	4.125.242	63.184	55.861
Base negativa da contribuição social a compensar	4.627.717	3.712.780	45.807	38.483

12.1.3. Movimentação do saldo líquido das contas de impostos diferidos:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
No início do exercício	8.677.820	1.572.338	1.564	17.130
Prejuízo fiscal	143.868	408.983	-	(3.776)
Base negativa da contribuição social	81.662	181.707	-	(1.359)
Provisão (reversão) para passivos judiciais	16.245	(42.803)	-	(10.332)
Provisões (reversão) operacionais e para perdas diversas	(53.298)	136.400	104	-
Variação cambial	442.296	4.110.964	-	-
Perdas (ganhos) com derivativos ("MiM")	(110.140)	1.685.406	-	-
Amortização da mais-valia oriunda da combinação de negócios	22.996	37.917	-	-
Lucro não realizado nos estoques	122.041	(116.475)	-	-
Arrendamento	86.306	265.022	-	-
Aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente	(276.614)	(253.018)	-	-
Imobilizado - custo atribuído	68.783	120.578	-	-
Depreciação acelerada incentivada	80.187	88.064	-	-
Custo de transação	10.637	(5.487)	-	-
Valor justo do ativo biológico	(225.586)	(184.377)	-	-
Impostos diferidos sobre o resultado de controladas no exterior (1)	(33.893)	497.743	-	-
Créditos sobre exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS (nota 20.3)	(154.468)	-	-	-
Demais diferenças temporárias (2)	(167.353)	174.878	-	(108)
No final do exercício	8.731.509	8.677.840	1.668	1.564

1) Em 31 de dezembro de 2020, refere-se ao montante revertido em decorrência de sentença favorável concedida à Suzano, que assegurou o direito de apurar e pagar o

IRPJ e a CSLL devidos no Brasil sem adicionar a sua base de cálculo o lucro auferido a partir de janeiro de 2019 pela subsidiária integral Suzano International Trade GmbH (anteriormente denominada Fibria International Trade GmbH), em conformidade com os termos do Tratado Brasil-Áustria, seja no que se refere à incorporada Fibria Celulose S.A. (subsidiária integral incorporada em 1 de abril de 2019) relativamente ao período-base do 1º trimestre de 2019 antecipadamente encerrado em razão do ato de incorporação, seja no que tange aos períodos-base de apuração posteriores em que Suzano International Trade GmbH já figurava como controlada da Suzano. 2) Em 29 de dezembro de 2020, com o trânsito em julgado da aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), relacionado ao acordo de compra e venda de imóveis rurais, há o entendimento da Administração e consultores jurídicos de que todas as condições suspensivas foram implementadas, cabendo o reconhecimento tributário do ganho de capital, nos termos do art. 117 do Código Tributário Nacional ("CTN"). Como o reconhecimento contábil se deu apenas no *Closing* da transação, em 5 de janeiro de 2021 (nota 1.2.2.) com o cumprimento da obrigação de desempenho e entrega da posse das propriedades ao cliente, houve a necessidade da constituição do tributo diferido ativo sobre esta diferença temporária, no montante de R\$175.202. **12.1.4. Período estimado de realização:** A projeção de realização dos impostos diferidos de natureza ativa foi preparada com base nas melhores estimativas da Administração da Suzano que são baseadas em premissas significativas, como preço de venda médio líquido da celulose e do papel e preço de transferência com sua controlada na Áustria. Todavia, há outras premissas que não estão sob o controle da Suzano e suas controladas, como índices de inflação, câmbio, preços de celulose praticados no mercado internacional e demais incertezas econômicas do Brasil, os resultados futuros podem divergir daqueles considerados na preparação da projeção consolidada, conforme apresentado a seguir:

	Consolidado	
	2022	2023
	1.145.453	2.334.399
	2024	487.391
	2025	716.047
	2026	1.818.649
	2027 a 2029	3.252.671
	2030 a 2031	3.150.184
	12.904.794	

12.2. Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado líquido:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020

Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado

	8.831.899	(17.643.072)	2.349.310	(2.923.287)
--	-----------	--------------	-----------	-------------

Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%

	(3.002.844)	5.998.646	(798.765)	993.918
--	-------------	-----------	-----------	---------

Efeito tributário sobre diferenças permanentes

Tributação (diferença) de resultado de controladas no Brasil e no exterior (1)

	3.445.206	1.373.845	-	-
--	-----------	-----------	---	---

Resultado de equivalência patrimonial

	44.309	12.288	801.336	(992.060)
--	--------	--------	---------	-----------

Juros pagos e não dedutíveis em transações com controladas ("Subcapitalização") (2)

	(603.612)	(675.356)	-	-
--	-----------	-----------	---	---

Crédito Programa Reintegra Incentivos fiscais (3)

	7.398	6.278	-	-
	16.443	10.668	-	-

Gratificações dos Diretores

	(15.656)	(7.677)	-	-
--	----------	---------	---	---

Compensação de imposto de renda de controladas no exterior

	-	72.890	-	-
Incorporação de controladas	-	67.311	-	-

Créditos fiscais não constituídos sobre prejuízo fiscal e base negativa

	(2.489)	(17.429)	(2.489)	(17.429)
--	---------	----------	---------	----------

Baixa de créditos tributários, doações, multas e outros

	(86.071)	69.864	23	(5)
	(197.316)	6.911.328	105	(15.576)

Imposto de renda

Corrente	(276.466)	(173.387)	-	-
Diferido	69.788	5.212.929	77	(12.603)
	(206.678)	5.039.542	77	(12.603)

Contribuição social

Corrente	(15.713)	(8.639)	-	-
Diferido	25.075	1.880.425	28	(2.973)
	9.362	1.871.786	28	(2.973)

Resultado com imposto de renda e contribuição social no exercício

	(197.316)	6.911.328	105	(15.576)
--	-----------	-----------	-----	----------

Alíquota efetiva da despesa com IRPJ e CSLL

	2,23%	39,17%	0,00%	-0,53%
--	-------	--------	-------	--------

1) O efeito da diferença de tributação de empresas controladas deve-se, substancialmente, à diferença entre as alíquotas nominais do Brasil e controladas no Brasil e no exterior. 2) As regras brasileiras de subcapitalização ("*thin capitalization*") estabelecem que os juros pagos ou creditados por uma entidade brasileira a uma parte relacionada no exterior só podem ser deduzidos para fins de imposto de renda e para contribuição social, se a despesa de juros for vista como necessária para as atividades da entidade local e quando determinados limites e requisitos forem atendidos. Em 31 de dezembro de 2021, a Suzano não atendia a todos os limites e requisitos para a dedutibilidade. 3) Dedução do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido são referentes à utilização dos benefícios (i) gastos com pesquisa e desenvolvimento; (ii) PAT ("Programa de Alimentação ao Trabalhador"); (iii) doações realizadas em projetos de caráter cultural, audiovisual; (iv) fundos do direito da criança e do adolescente e (v) prorrogação da licença maternidade e paternidade. **12.3. Incentivos fiscais:** A Suzano possui incentivo fiscal de redução parcial do imposto de renda obtido pelas operações conduzidas em áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE") nas regiões de Mucuri (BA), Eunápolis - Veracel (BA), Imperatriz (MA) e Aracruz - Portocel (ES) e em áreas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM") na região de Belém (PA). O incentivo de redução do IRPJ é calculado com base no lucro da atividade (lucro da exploração) e considera a alocação do lucro operacional pelos níveis de produção incentivada para cada produto. O incentivo das linhas 1 e 2 da unidade de Mucuri (BA) expiram, respectivamente, em 2024 e 2027 e da unidade de Imperatriz (MA), expira em 2024 e Eunápolis - Veracel (BA) e Belém (PA), expiram em 2025 e Aracruz - Portocel (ES), expira 2030.

15. Imobilizado - consolidado:

	Terrenos	Imóveis	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizado em andamento	Outros (1)	Total
--	----------	---------	--------------------------------------	--------------------------	------------	-------

		4,08	5,84		16,26	
--	--	------	------	--	-------	--

Saldos em 31 de dezembro de 2019	10.321.582	8.767.822	42.520.577	969.701	934.130	63.513.812
Adições	2.274	2.825	194.086	1.289.738	14.481	1.503.404
Baixas	(213.399)	(26.564)	(92.915)	(18.853)	(25.189)	(376.920)
Transferências e outros (3)	(198.144)	459.084	562.747	(1.357.202)	137.126	(396.389)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	9.912.313	9.203.167	43.184.495	883.384	1.060.548	64.243.907
Adições	38.786	-	319.887	1.768.938	23.031	2.150.642
Baixas (2)	(539.528)	(1.656)	(253.341)	(1.323)	(13.763)	(809.611)
Transferências e outros (3)	379.539	214.340	698.591	(1.047.084)	35.796	281.182
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9.791.110	9.415.851	43.949.632	1.603.915	1.105.612	65.866.120

13. Ativos biológicos: A movimentação dos ativos biológicos está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	10.571.499	-
Incorporação	-	-
Adição	3.392.975	(3.094.742)
Exaustão	(23.471)	466.484
Transferência	(93.847)	(57.688)
Ganho na atualização do valor justo	(57.688)	-
Alienação	-	-
Outras baixas	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	11.161.210	3.807.608
Adição	3.807.608	(3.189.726)
Exaustão	23.471	763.091
Transferência	(211.433)	(105.489)
Ganho na atualização do valor justo	(105.489)	-
Alienação	-	-
Outras baixas	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	12.248.732	12.248.732

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos se enquadra no nível 3 da hierarquia estabelecida no CPC 46/IFRS 13 - Mensurações do Valor Justo, devido à complexidade e estrutura do cálculo. As principais premissas Incremento Médio Anual ("IMA"), taxa de desconto e preço bruto médio de venda do eucalipto, destacam-se como sendo as de maior sensibilidade, onde aumentos ou reduções geram ganhos ou perdas relevantes na mensuração do valor justo. As premissas utilizadas na mensuração do valor justo dos ativos biológicos foram: i) Ciclo médio de formação florestal de 6 e 7 anos; ii) Áreas úteis plantadas de florestas a partir do 3º ano de plantio; iii) O IMA que consiste no volume estimado de madeira com casca em m³ por hectare, apurado com base no material genético aplicado em cada região, práticas silviculturais e de manejo florestal, potencial produtivo, fatores climáticos e de condições do solo; iv) O custo-padrão médio por hectare estimado contempla gastos com silvicultura e manejo florestal, aplicados a cada ano de formação do ciclo biológico das florestas, acrescidos

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO

Holding

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Consolidado					
	Terrenos	Imóveis	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizado em andamento	Outros (1)	Total
Depreciação						
Saldos em 31 de dezembro de 2019	– (2.979.949)	(18.850.386)	–	(562.068)	(22.392.403)	
Adições	– (291.862)	(2.390.583)	–	(110.069)	(2.792.514)	
Baixas	– 25.992	64.397	–	8.067	98.456	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	– (3.245.819)	(21.176.572)	–	(664.070)	(25.086.461)	
Adições	– (331.691)	(2.356.184)	–	(120.874)	(2.808.749)	
Baixas	– 495	186.775	–	11.535	198.805	
Transferências	– (115)	1.145	–	(506)	524	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	– (3.577.130)	(23.344.836)	–	(773.915)	(27.695.881)	

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Saldos em 31 de dezembro de 2020	9.912.313	5.957.348	22.007.923	883.384	396.478	39.157.446	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9.791.110	5.838.721	20.604.796	1.603.915	331.697	38.170.239	

1) Inclui veículos, móveis e utensílios e equipamentos de informática. 2) Contempla, principalmente, a baixa pela venda de imóveis rurais à Turvinho (nota 1.2.2.). 3) Contempla a transferência realizada entre as rubricas de ativo imobilizado, intangível, direito de uso, estoques e ativos não circulantes mantidos para a venda (nota 1.2.2.). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas avaliaram os impactos de negócio, mercado e climático e não identificaram nenhum evento que indicasse a necessidade de efetuar um teste para verificação do valor recuperável (*impairment*) do ativo imobilizado.

15.1. Bens oferecidos em garantia: No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os bens do ativo imobilizado da Suzano que foram oferecidos em garantia em operações de empréstimos e processos judiciais, composto substancialmente pelas unidades de Imperatriz, Limeira, Mucuri, Suzano e Três Lagoas, totalizava R\$19.488.481 no consolidado (R\$20.903.151 no consolidado em 31 de dezembro de 2020). **15.2. Custos empréstimos capitalizados:** O montante dos custos de empréstimos capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$18.624 no consolidado (R\$10.636 no consolidado em 31 de dezembro de 2020). A taxa média ponderada, ajustada pela equalização dos efeitos cambiais, utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi 12,04% a.a. no consolidado (9,06% a.a. no consolidado em 31 de dezembro de 2020). **16. Intangível - consolidado: 16.1. Ativos intangíveis com vida útil indefinida:**

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Facepa	119.332	119.332
Fibra	7.897.051	7.897.051
Outros (1)	3.216	1.196
	8.019.599	8.017.579

1) Referem-se a outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, tais como servidão de passagem de estrada e energia elétrica. Os ágios apresentados acima estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudos de avaliações, após alocação dos ativos identificados. O valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura foi alocado às unidades geradoras de caixa e estão divulgados na nota 29.4. O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado anualmente com base no método de fluxo de caixa descontado. Em 2021, foram utilizados como base, o planejamento orçamentário, estratégico e financeiro da Suzano com projeções de crescimento até o ano de 2026 e perpetuidade média da unidade geradora de caixa considerando uma taxa nominal de 3,14% a.a. a partir desta data, baseados no histórico dos últimos anos, bem como as projeções econômico-financeiras de cada mercado em que a Suzano atua, impactos das potenciais mudanças climáticas, além de informações oficiais de instituições independentes e governamentais. A taxa de desconto nominal, depois dos impostos, utilizada pela Administração da Suzano para a elaboração do fluxo de caixa descontado foi de 8,50% a.a., sendo calculada com base no custo médio ponderado de capital ("*Weighted Average Cost of Capital - WACC*"). Adicionalmente, foram adotadas as premissas apresentadas na tabela a seguir:

	2022	2023	2024	2025	2026
Preço líquido médio da celulose - Mercado externo (US\$/tonelada)					
Ásia	514,9	595,7	607,2	546,2	550,0
Europa	571,5	545,7	597,8	535,2	550,0
América do Norte	613,4	592,6	649,2	581,2	597,3
América Latina	609,5	582,7	638,3	571,4	587,3
Preço líquido médio da celulose - Mercado interno (US\$/tonelada)	536,7	504,3	552,4	494,6	508,3
Taxa de câmbio médio (R\$/U.S.\$.)	5,24	5,10	5,08	5,13	5,19
Taxa de desconto (depois dos impostos)	8,50%a.a.	8,50%a.a.	8,50%a.a.	8,50%a.a.	8,50%a.a.
Taxa de desconto (antes dos impostos)	11,90% a.a.				

Com base nas análises da Administração, efetuadas em 2021, o valor recuperável é superior ao valor contábil e consequentemente, não foi identificado ajuste para redução dos saldos dos ativos ao valor recuperável (*impairment*).

16.2. Ativos intangíveis com vida útil definida:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
No início do exercício	8.741.949	9.649.789
Adições	285.278	2.307
Amortização	(973.516)	(980.385)
Transferências e outros	(38.971)	70.238
No final do exercício	8.014.740	8.741.949

	Taxa média % a.a.	2022	2023	2024	2025	2026
Representados por						
Acordo de não competição	5 e 46,1	5,394	5,706			
Concessão de portos	4,3	199.658	209.506			
Contratos arrendamentos	16,9	21.873	29.373			
Contratos de fornecedores	12,9	70.368	85.182			
Contratos serviços portuários	4,2	609.283	639.275			
Cultivares	14,3	81.568	101.960			
Marcas e patentes	10,0	14.071	16.627			
Relacionamento com clientes	9,1	6.567.840	7.388.820			
Relacionamento com fornecedor	17,6	31.993	41.250			
Softwares	20,0	121.312	123.788			
Outros	7,2	291.380	100.462			
		8.014.740	8.741.949			

17. Fornecedores - consolidado:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Em moeda nacional	6.288	2.849
Partes relacionadas (nota 11) (1)	2.677.052	1.865.632
Terceiros	605.557	492.617
Em moeda estrangeira	3.288.897	2.361.098
Terceiros		

1) O saldo consolidado refere-se, substancialmente, a transações com Ibera Companhia Brasileira de Papel.

18. Empréstimos, financiamentos e debêntures - consolidado: 18.1. Abertura por modalidade:

Modalidade	Indexador	Encargo médio % a.a.	Consolidado					
			Circulante	Não circulante	Total	Total		
			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020		
Em moeda estrangeira								
BNDDES	UMBNDDES	4,81	14.399	2.506	11.952	24.486	26.351	26.992
Bonds	Fixo	4,99	972.053	779.046	46.253.007	37.232.554	47.225.060	38.011.600
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	LIBOR/Fixo	2,36	818.896	718.623	17.916.691	19.400.208	18.735.587	20.118.831
Outros			782	2.516	–	–	782	2.516
			1.806.130	1.502.691	64.181.650	56.657.248	65.987.780	58.159.939
Em moeda nacional								
BNDDES	TJLP	7,63	67.499	276.441	312.077	1.254.222	379.576	1.530.663
BNDDES	TLP	9,68	32.854	25.535	703.502	522.367	736.356	547.902
BNDDES	Fixo	4,79	24.672	29.115	22.611	47.177	47.283	76.292
BNDDES	SELIC	5,52	35.086	98.531	782.685	1.068.959	817.771	1.167.490
CRA ("Certificado de Recebíveis do Agronegócio")	CDI/IPCA	11,28	1.561.639	32.156	1.687.560	3.025.527	3.249.199	3.057.683
NCE ("Nota de Crédito à Exportação")	CDI	10,15	39.535	15.184	1.276.330	1.275.045	1.315.865	1.290.229
NCR ("Nota de Crédito Rural")	CDI	10,57	7.335	2.738	273.852	273.578	281.187	276.316
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	Fixo	8,06	77.694	77.570	1.314.737	1.313.661	1.392.431	1.391.231
Debêntures	CDI	10,71	21.980	7.590	5.418.088	5.415.061	5.440.068	5.422.651
Outros (Capital de giro, Fundo de Desenvolvimento Industrial ("FDI") e menos valia de combinação de negócios)			(18.887)	(24.165)	–	3.651	(18.887)	(20.514)
			1.849.407	540.695	11.791.442	14.199.248	13.640.849	14.739.943
			3.655.537	2.043.386	75.973.092	70.856.496	79.628.629	72.899.882
Juros sobre financiamento			1.204.490	935.010	–	–	1.204.490	935.010
Financiamentos captados a longo prazo			2.451.047	1.108.376	75.973.092	70.856.496	78.424.139	71.964.872
			3.655.537	2.043.386	75.973.092	70.856.496	79.628.629	72.899.882

18.2. Movimentação dos empréstimos e financiamentos e debêntures:

	Consolidado				
	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020	2019
No início do exercício	72.899.882	63.684.326			
Captações líquidas de custo de transação, ágio e deságio	16.991.962	14.761.796			
Juros apropriados	3.207.278	3.286.254			
Prêmio sobre a liquidação antecipada	260.289	391.390			
Variações monetárias e cambiais, líquidas	4.847.320	13.365.471			
Pagamento de principal	(15.469.423)	(19.092.810)			
Pagamento de juros	(2.953.573)	(3.244.948)			
Pagamento de prêmio sobre a liquidação antecipada	(260.289)	(378.382)			
Amortização de custo de transação, ágio e deságio	103.246	87.959			
Outras	1.937	38.826			
No fim do exercício	79.628.629	72.899.882			

18.3. Cronograma de vencimentos - não circulante:

	Consolidado						
	2023	2024	2025	2026	2027	2028 em diante	Total
Em moeda estrangeira							
BNDDES	11.952	–	–	–	–	–	11.952
Bonds	–	–	1.876.648	2.904.133	3.859.970	37.612.256	46.253.007
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	–	2.103.437	6.113.748	5.388.749	4.310.757	–	17.916.691
	11.952	2.103.437	7.990.396	8.292.882	8.170.727	37.612.256	64.181.650
Em moeda nacional							
BNDDES - TJLP	67.880	47.624	97.483	84.422	6.995	7.673	312.077
BNDDES - TLP	18.866	18.866	17.618	23.245	91.995	532.912	703.502
BNDDES - FIXO	18.610	4.001	–	–	–	–	22.611
BNDDES - SELIC	58.779	50.281	181.221	181.266	23.352	287.786	782.685
CRA ("Certificado de Recebíveis do Agronegócio")	1.687.560	–	–	–	–	–	1.687.560
NCE ("Nota de crédito à exportação")	–	–	640.800	635.530	–	–	1.276.330
NCR ("Nota de Crédito Rural")	–	–	137.500	136.352	–	–	273.852
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	–	1.314.737	–	–	–	–	1.314.737
Debêntures	–	–	2.340.550	2.329.715	–	747.823	5.418.088
	1.851.695	1.435.509	3.415.172	3.390.530	122.342	1.576.194	11.791.442
	1.863.647	3.538.946	11.405.568	11.683.412	8.293.069	39.188.450	75.973.092

18.4. Abertura por moeda:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Real	13.629.978	14.727.803
Dólar dos Estados Unidos da América	65.972.300	58.145.087
Cesta de moedas	26.351	26.992
	79.628.629	72.899.882

18.5. Custos de captação: O custo de captação é amortizado com base nas vigências dos contratos e taxa de juros efetiva.

Modalidade	Saldo a amortizar	
	31/12/2021	31/12/2020
Bonds	434.970	173.964
CRA e NCE	125.222	103.616
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	191.710	80.893
Debêntures	24.467	11.455
BNDDES ("IOF") (1)	62.658	49.185
Outros	18.147	16.999
	857.174	436.112

1) Imposto sobre operações financeiras. **18.6. Operações relevantes contratadas no exercício: 18.6.1. Pré-pagamento de exportação ("PPE"):** Em 10 de fevereiro de 2021, a Suzano, por meio de sua controlada Suzano Pulp and Paper Europe S.A. ("Suzano Europe"), assinou contrato de pré-pagamento de exportação vinculado à sustentabilidade, no valor de US\$1.570.000 (equivalente a R

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO

Holding

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

19.2. Contas a pagar de arrendamento: O saldo de contas a pagar de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, mensurados a valor presente e descontados pelas respectivas taxas de descontos são apresentados a seguir:

Natureza dos contratos	Taxa média de desconto % a.a. (1)	Vencimento final (2)	Consolidado
			Valor presente do passivo
Terras e terrenos	11,89	Novembro/2049	2.971.738
Máquinas e equipamentos	11,05	Abril/2035	182.297
Imóveis	9,70	Dezembro/2031	80.971
Navios e embarcações	11,39	Fevereiro/2039	2.656.935
Veículos	10,04	Outubro/2023	2.555
			5.894.496

1) Para determinação das taxas de desconto, foram obtidas cotações junto a instituições financeiras para contratos com características e prazos médios semelhantes aos contratos de arrendamento. 2) Referem-se aos vencimentos originais dos contratos e, portanto, não consideram eventuais cláusulas de renovação. A Suzano renovou a transação de subarrendamento de 2 (dois) navios, pelas mesmas condições anteriores, por um período de 10 (dez) meses e montante de US\$7.500 (equivalente a R\$40.253 na data da transação), efetuando apenas a substituição dos navios, dada a necessidade de manutenção operacional prevista. A transação está vigente desde 8 de fevereiro de 2021 e 11 de maio de 2021, para cada um dos navios e não haverá renovação. A movimentação é apresentada a seguir:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.986.314	2.244
Adições	1.092.837	69
Baixas	(148.656)	(18)
Pagamentos	(825.045)	(800)
Apropriação de encargos financeiros (1)	486.565	279
Varição cambial	601.519	—
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.193.534	1.774
Adições	964.761	242
Baixas	(5.982)	—
Pagamentos	(1.013.031)	(894)
Apropriação de encargos financeiros (1)	560.799	180
Varição cambial	194.415	—
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.894.496	1.302
Circulante	623.998	716
Não circulante	5.270.498	586

1) Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 132.685 (R\$88.540 em 31 de dezembro de 2020), foi reclassificado para a rubrica de ativos biológicos para a composição do custo de formação. O cronograma de desembolsos futuros não descontados a valor presente, relativos ao passivo de arrendamento, está divulgado na nota 4.2.

20.1. Saldos e movimentação da provisão por natureza dos processos com risco de perda provável, líquido dos depósitos judiciais:

	Consolidado 31/12/2021	
	Tributários e previdenciários	Cíveis, ambientais e imobiliários
Saldo no início do exercício	476.070	50.368
Pagamento	(21.155)	(49.519)
Reversão	(5.807)	(9.249)
Adição	17.718	88.777
Atualização monetária	10.270	15.702
Saldo de provisão	477.096	178.925
Depósitos judiciais	(135.590)	(45.302)
Saldo no final do exercício	341.506	133.623

1) Montantes oriundos de processos com probabilidade de perda possível e remoto de naturezas tributárias no montante de R\$2.496.358 e cível no montante de R\$198.183, mensurados e registrados pelo valor justo estimado resultante da combinação de negócios com Fibria, em conformidade com o parágrafo 23 do CPC 15/IFRS 3.2) Reversão decorrente de mudança de prognóstico e/ou encerramento de processos.

	Consolidado 31/12/2021	
	Tributários e previdenciários	Cíveis, ambientais e imobiliários
Saldo no início do exercício	492.413	64.897
Pagamento	(23.162)	(14.618)
Reversão	(23.106)	(25.223)
Adição	20.560	17.337
Atualização monetária	9.365	7.975
Saldo de provisão	476.070	50.368
Depósitos judiciais	(135.641)	(3.495)
Saldo no final do exercício	340.429	46.873

1) Montantes oriundos de processos com probabilidade de perda possível e remoto de naturezas tributárias no montante de R\$2.508.162 e cível no montante de R\$201.091, mensurados e registrados pelo valor justo estimado resultante da combinação de negócios com Fibria, em conformidade com o parágrafo 23 do CPC 15/IFRS 3.2) Reversão decorrente de mudança de prognóstico e/ou encerramento de processos.

20.1.1. Tributários e previdenciários: No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Suzano possui 50 (cinquenta) (51 (cinquenta e um) em 31 de dezembro de 2020) processos administrativos e judiciais de natureza tributária e previdenciária, nos quais são discutidas matérias relativas diversos tributos, tais como Imposto de Renda para Pessoas Jurídicas ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), Programas de Integração Social ("PIS"), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Contribuição Previdenciária, Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS"), entre outros, cujos valores são provisionados quando a probabilidade de perda é considerada provável pela assessoria jurídica externa da Suzano e pela Administração.

20.1.2. Trabalhistas: No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Suzano possui 987 (novecentos e oitenta e sete) (1.010 (hum mil e dez) em 31 de dezembro de 2020) processos trabalhistas. Em geral, os processos trabalhistas provisionados estão relacionados, principalmente, a questões frequentemente contestadas por empregados de empresas agroindustriais, como certas verbas salariais e/ou rescisórias, além de ações propostas por empregados de empresas contratadas para prestação de serviços para a Suzano. **20.1.3. Cíveis, ambientais e imobiliários:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Suzano possui 57 (cinquenta e sete) (58 (cinquenta e oito) em 31 de dezembro de 2020) processos cíveis, ambientais e imobiliários. Os processos cíveis, ambientais e imobiliários provisionados estão relacionados, principalmente, a matérias de natureza indenizatória, inclusive decorrentes de obrigações contratuais, acidente de trânsito, ações possessórias, obrigações de restauração ambiental, dentre outras. **20.2. Processos com risco de perda possível:** A Suzano possui contingências de natureza tributária, cível e trabalhista, cuja expectativa de perda, avaliada pela Administração e suportada pelos assessores jurídicos, está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Tributários e previdenciários (1)	7.539.938	7.145.147
Trabalhistas	211.767	263.971
Cíveis, ambientais e imobiliários (1)	3.691.778	3.068.884
	11.443.483	10.478.002

1) Valores líquidos do saldo de menos-valia alocado aos processos com probabilidade de perda possível no montante de R\$2.515.486 (R\$2.677.970 em 31 de dezembro de 2020), que foram registradas pelo valor justo resultante das combinações de negócios com Fibria, em conformidade com o parágrafo 23 do CPC15/IFRS 3, conforme apresentado na nota 20.1.1 acima. **20.2.1. Tributários e previdenciários:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Suzano possui 766 (setecentos e sessenta e seis) processos tributários e previdenciários no total de R\$7.539.938 (782 (setecentos e oitenta e dois) processos no total de R\$7.145.147 em 31 de dezembro de 2020). Os demais processos tributários e previdenciários referem-se a diversos tributos, tais como Imposto de Renda para Pessoas Jurídicas ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Contribuição Previdenciária, Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS"), Imposto Sobre Serviço ("ISS"), Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), principalmente devido a divergências na interpretação das normas tributárias aplicáveis e informações fornecidas em obrigações acessórias. A seguir, são divulgadas as contingências relevantes referentes às seguintes matérias: (i) Auto de infração - IRPJ/CSLL - permuta de ativos industriais e florestais: em dezembro de 2012, a Suzano foi autuada pela Receita Federal do Brasil para cobrança de Imposto de Renda para Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sob a suposta alegação de existência de ganho de capital não tributado, em fevereiro de 2007, data de fechamento da operação onde a Suzano efetuou uma permuta de ativos industriais e florestais com a International Paper. Em 19 de janeiro de 2016, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") julgou improcedente, por voto de qualidade do Presidente do CARF, o recurso apresentado pela Suzano no processo administrativo. A Suzano foi intimada da decisão em 25 de maio de 2016, de forma que, tendo em vista a impossibilidade de novos recursos e o consequente encerramento do caso na esfera administrativa,

19.2.1. Valores reconhecidos no resultado do exercício: A posição dos saldos é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Ativos de curto prazo	5.239	7.365
Ativos de baixo valor	3.413	12.182
	8.652	19.547

19.2.2. Fluxo projetado com inflação: Os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo real		
Direito de uso	4.795.064	4.345.555
Passivo de arrendamento	10.678.010	10.549.511
Encargos financeiros	(4.783.514)	(4.360.603)
	5.894.496	5.193.534

Fluxo inflacionado

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Direito de uso	5.693.152	4.731.743
Passivo de arrendamento	11.905.532	10.549.511
Encargos financeiros	(5.609.483)	(4.924.698)
	6.296.049	5.624.813

19.2.3. Direito potencial de PIS/COFINS a recuperar: O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa		
Contraprestação a pagar	10.678.010	5.894.490
PIS/COFINS potencial (9,25%) (1)	374.717	217.508
	290.541	127.187

1) Incidente sobre os contratos estabelecidos com pessoas jurídicas. **20. Provisão para passivos judiciais:** A Suzano está envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos tributários, previdenciários, trabalhistas, cíveis, ambientais e imobiliários. A Companhia e suas controladas classificam o risco de perda dos processos legais, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas. A Administração da Suzano acredita que, com base nos elementos existentes na data-base destas demonstrações financeiras, a provisão para riscos tributários, previdenciários, cíveis, ambientais e trabalhistas, constituída de acordo com o CPC 25/IAS 37, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

	Consolidado 31/12/2021	
	Tributários e previdenciários	Cíveis, ambientais e imobiliários
Saldo no início do exercício	476.070	50.368
Pagamento	(21.155)	(49.519)
Reversão	(5.807)	(9.249)
Adição	17.718	88.777
Atualização monetária	10.270	15.702
Saldo de provisão	477.096	178.925
Depósitos judiciais	(135.590)	(45.302)
Saldo no final do exercício	341.506	133.623

decidiu prosseguir com a discussão perante o Poder Judiciário, que está devidamente garantida. A ação judicial ainda aguarda julgamento em primeira instância. Foi mantido o posicionamento de não constituir provisão para contingências, uma vez que em seu entendimento e de seus assessores jurídicos externos a probabilidade de perda da causa é possível. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R\$2.351.673 (R\$2.296.032 em 31 de dezembro de 2020). (ii) Auto de infração - IRPJ/CSLL - glosa da depreciação, amortização e exaustão - período 2010: em dezembro de 2015, a Suzano foi autuada para cobrança de Imposto de Renda para Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sob a suposta alegação de indedutibilidade das despesas de depreciação, amortização e exaustão utilizadas pela Suzano em sua apuração no ano-calendário de 2010. A Suzano apresentou Impugnação administrativa, julgada parcialmente procedente. Referida decisão foi objeto de recurso voluntário, apresentado pela Suzano em novembro de 2017. Em 16 de outubro de 2018, o julgamento foi convertido em diligência, por meio da Resolução nº 1402-000.723. Atualmente, aguarda-se a conclusão da diligência determinada pelo CARF. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R\$728.567 (R\$712.531 em 31 de dezembro de 2020). (iii) IRPJ/CSLL - homologação parcial - período 1997: a Suzano deu entrada em processo de compensação de créditos oriundos de saldo negativo apurado no ano de 1997 com débitos devidos à Receita Federal do Brasil ("RFB"). Em março de 2009, a RFB homologou apenas R\$83.000, gerando uma diferença de R\$51.000. A Suzano aguarda ainda conclusão da análise dos créditos discutidos em esfera administrativa após decisão favorável do CARF em agosto de 2019, que deu provimento ao recurso voluntário interposto pela Suzano. Para outra parte do crédito, a Suzano ajuizou ação para discutir a exigibilidade do saldo devedor, a qual aguarda julgamento em segunda instância do seu Recurso de Apelação, interposto após sentença de julgamento improcedente a ação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R\$106.811 (R\$104.873 em 31 de dezembro de 2020). (iv) Incentivos fiscais - Agência de Desenvolvimento do Nordeste ("ADENE"): em 2002, a Suzano pleiteou e teve reconhecimento pela Secretaria da Receita Federal (SRF), sob a condição de realizar novos investimentos em suas unidades localizadas na área de abrangência da ADENE, o direito de usufruir do benefício da redução do IRPJ e adicionais, não restituíveis, apurados sobre o lucro da exploração, para as fábricas A e B (período de 2003 a 2013) e fábrica C (período de 2003 a 2012), todas da unidade Aracruz, depois de ter aprovado com a SUDENE os devidos laudos constitutivos. Em 2004, a Suzano recebeu ofício do inventariante extrajudicial da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), informando que o direito à fruição do benefício anteriormente concedido foi julgado improcedente, de forma que providenciaria a sua revogação. Em 2005, foi lavrado auto de infração exigindo supostos valores relativos ao incentivo fiscal até então usufruído. Após discussão administrativa, o auto de infração foi julgado parcialmente procedente no sentido de reconhecer o direito da Suzano de usufruir do incentivo fiscal devido até o ano de 2003. A Administração da Suzano, assessorada por seus consultores jurídicos, acredita que a decisão de cancelamento dos referidos benefícios fiscais é equivocada e não deve prevalecer, seja com respeito aos benefícios já usufruídos, seja em relação aos benefícios não usufruídos até os respectivos prazos finais. Atualmente a contingência é discutida na esfera judicial, onde se aguarda julgamento definitivo dos Embargos à Execução apresentados pela Suzano. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R\$129.701 (R\$127.391 em 31 de dezembro de 2020). (v) PIS/COFINS - Bens e Serviços - 2009 a 2011: em dezembro de 2013, a Suzano foi autuada pela Receita Federal do Brasil exigindo a cobrança de créditos de PIS e COFINS glosados por não estarem supostamente vinculadas às suas atividades operacionais. Em primeira instância, a impugnação apresentada pela Suzano foi julgada improcedente. Interposto o Recurso Voluntário, este foi provido parcialmente em abril de 2016. Desta decisão, a Fazenda Nacional interpôs Recurso Especial à Câmara Superior e a Suzano opôs Embargos de Declaração, os quais ainda aguardam julgamento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R\$169.784 (R\$166.355 em 31 de dezembro de 2020). (vi) Compensação - IRRF - período 2000: a Suzano deu entrada em processo de compensação de créditos oriundos de IRRF apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2000 com débitos devidos à Receita Federal do Brasil. Em abril de 2008, a Receita Federal do Brasil reconheceu parcialmente o crédito em favor da Suzano. Desta decisão, a Suzano interpôs Recurso Voluntário ao CARF, o qual

aguarda julgamento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R\$111.437 (R\$109.903 em 31 de dezembro de 2020). (vii) Auto de infração - Créditos de IRPJ e CSLL: em 05 de outubro de 2020, a Suzano foi notificada acerca do Auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil ("RFB") visando a cobrança de créditos de IRPJ e CSLL, decorrentes da reapuração dos lucros de sua controlada Suzano Trading Ltd nos anos de 2014, 2015 e 2016. Além da Suzano, também foram incluídos como corresponsáveis solidários pelas referidas apurações, os Diretores Estatutários da referida controlada nos anos autuados. A Suzano, com base nos assessores jurídicos contratados para apresentação da defesa classifica o prognóstico como perda possível quanto à alegação referente à Suzano e possível com viés de remoto quanto à responsabilidade dos Diretores Estatutários indicados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R\$470.119 (R\$454.898 em 31 de dezembro de 2020). (viii) Auto de infração - tributação em bases universais - ano 2015: em 3 de novembro de 2020, a Suzano foi notificada acerca do Auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil ("RFB") sob a acusação de que teria deixado de recolher IRPJ e CSLL, no ano-calendário 2015, em razão da falta de adição, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, de lucros auferidos pelas controladas no exterior. A Suzano, com base nos assessores jurídicos contratados para apresentação da defesa classifica o prognóstico como perda possível. Atualmente, aguarda-se julgamento da defesa apresentada na esfera administrativa. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R\$ 149.486 (R\$145.026 em 31 de dezembro de 2020). **20.2.2. Trabalhistas:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Suzano, possui 1.462 (mil quatrocentos e sessenta e dois) processos de natureza trabalhista, no total de R\$211.767 (1.653 (mil seiscentos e cinquenta e três) processos no total de R\$213.971 em 31 de dezembro de 2020). A Suzano possui ainda diversos processos em que figuram como parte os sindicatos dos trabalhadores nos Estados da Bahia, Espírito Santo, Maranhão, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

20.2.3. Cíveis, ambientais e imobiliários: No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Suzano possui 205 (duzentos e cinco) processos de natureza cível, ambiental e imobiliário, no total de R\$3.691.778 (324 (trezentos e vinte e quatro) processos no total de R\$3.068.884 em 31 de dezembro de 2020). De maneira geral, os processos cíveis e ambientais nos quais a Suzano, inclusive suas controladas, figura como ré estão relacionados, principalmente, a discussões acerca da competência para licenciamento ambiental, reparação de danos ambientais, matérias de natureza indenizatória, inclusive decorrentes de discussões sobre obrigações contratuais, medidas cautelares, ações possessórias, ações de reparação de danos e revisionais, ações visando à recuperação de créditos (ações de cobrança, monitorias, execuções, habilitações de crédito em falência e recuperações judiciais), ações de interesse de movimentos sociais, tais como, trabalhadores sem-terra, comunidades quilombolas, indígenas e pescadores, e ações decorrentes de acidentes de trânsito. A Suzano possui apólice de seguro de responsabilidade civil geral que visa a amparar, dentro de limites contratados na apólice, eventuais condenações judiciais, a título de danos causados a terceiros (incluindo também empregados). Dentre os processos de natureza cível, destacam-se 2 (duas) Ações Cíveis Públicas ("ACPs") movidas pelo Ministério Público Federal ("MPF") em que requer (i) liminarmente, que os caminhões da Suzano deixem de transportar madeira em rodovias federais acima de restrições legais de peso (ii) o aumento da multa por excesso de peso a ser aplicada à Suzano e (iii) indenização por danos materiais causados às rodovias federais, meio ambiente e ordem econômica e indenização por danos morais. Uma das ACPs foi julgada procedente e a Suzano apresentou apelação ao tribunal competente com pedido de efeito suspensivo dos efeitos da sentença, o qual ainda está pendente de apreciação. A outra ACP ainda não foi julgada em 1ª instância. Em 2021, ambas foram suspensas por decisão do STJ de avaliar os pontos de discussão na forma de recurso repetitivo. Ainda sem previsão para julgamento. Ainda, a Suzano demandou um concorrente da região centro-oeste em razão da utilização indevida e desautorizada de uma variedade de eucalipto protegida por direitos de propriedade intelectual (cultivar) da controlada incorporada Fibria. A proibição de cultivo deste ativo biológico pelo concorrente é protegida por decisão liminar ainda em vigor. Na pendência da sentença, o concorrente manejou ação de anulação do registro de cultivar, mas o trâmite da primeira ação não foi prejudicado. Aguarda-se a sentença do caso. Em novembro de 2020, um fornecedor de logística marítima iniciou um processo de arbitragem contra a Suzano após a rescisão antecipada do contrato. A contraparte pleiteia a execução de cláusula de opção de venda ou *put* (impondo a titularidade e aquisição de barcas) supostamente prevista no contrato como penalidade pela rescisão antecipada, bem como o pagamento de supostas perdas e danos sofridos em decorrência da rescisão. A Suzano, por sua vez, alega que a opção de venda não é devida e, mesmo que fosse devida, a cláusula de opção de venda é abusiva na relação econômica do contrato. O caso ainda se encontra em fase de apresentação das manifestações formais de cada parte ao Tribunal Arbitral. A Suzano ainda figura como ré em 2 (duas) ACPs, ajuizadas em 2015 pelo MPF Ministério Público Federal ("MPF") e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária ("INCRA") em face da controlada incorporada Fibria, do Estado do Espírito Santo e do BNDES, visando a nulidade de alguns títulos de propriedade outorgado pelo Estado à Suzano nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus. As decisões, proferidas pelo juiz de 1ª instância da Justiça Federal, declaram a nulidade desses títulos e determinam o retorno desses imóveis à propriedade do Estado. As decisões proferidas não são definitivas e a Suzano apresentou recursos cabíveis para reversão dessa decisão em 2ª instância. Importante destacar que os imóveis cujos títulos são discutidos nas ACPs somam um total de aproximadamente 10,500 hectares, sendo que, desse total, na melhor informação da Suzano, apenas aproximadamente 4,000 hectares estão incluídos em procedimentos de demarcação iniciados no INCRA em favor de comunidades quilombolas da região. Nenhum desses procedimentos demarcatórios está finalizado. A Suzano é legítima possuidora dos imóveis em discussão e seguirá discutindo judicialmente a questão, para comprovar no judiciário a legalidade das aquisições realizadas no momento da aquisição. Dentre os processos ambientais, destaca-se 1 (uma) ACPs ajuizadas pelo MPF na região nordeste do Brasil, desafiando a jurisdição do órgão ambiental do estado para conceder licenças ambientais. O MPF alega que os procedimentos de licenciamento ambiental relacionados à nossa planta industrial no estado do Maranhão devem ser realizados pela Agência Federal do Meio Ambiente ("IBAMA"). Os riscos envolvidos são atrasos em nosso cronograma de plantio e a suspensão das atividades da unidade industrial do Maranhão até a emissão de nova licença. Acreditamos que há boas chances de defesa neste caso, uma vez que o IBAMA não reconhece ter competência para executar o processo de licenciamento e não existe nenhum fundamento legal claro para sustentar tal jurisdição. Além disso, estamos envolvidos em 1 (uma) ACP ajuizada pelo MPF no estado dos impactos negativos de nossa operação na Região do Baixo Parnaíba. O MPF alega que a ocupação destas áreas causou impactos socioambientais no leste maranhense. Atualmente, a ação se encontra em fase instrutória, com início dos procedimentos periciais. Acreditamos que há boas chances de defesa nesse caso, uma vez que o relatório usado para fundamentar os pedidos foi realizado de forma unilateral e serão questionados durante a instrução pericial. Cabe destacar que 2 (dois) litígios que figuravam em demonstrações financeiras anteriores foram encerrados, os quais são: i) ACP relacionada aos impactos ambientais supostamente causados na cidade de Cubatão/SP, em que foi transacionado um acordo junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo ("MPSP"), pendente de homologação pelo Tribunal de Justiça de São Paulo e ii) ACP relacionada ao licenciamento de plantios de eucaliptos na região de Urbano Santos/MA, na qual se firmou um acordo homologado pelo juízo federal competente.

20.3. Ativos contingentes: 20.3.1. Ativos decorrentes de exclusão de ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS: Em julgamento realizado em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal ("STF") apreciou os embargos de declaração opostos pela União, pacificando o entendimento acerca da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS nos autos do Recurso Extraordinário nº 574.706, definindo que: (i) os efeitos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS deve se dar após 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais e requerimentos administrativos protocolados até 15 de março de 2017; e (ii) o ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS é o destacado nas notas fiscais. Com a edição do Parecer nº 7.698/2021, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ("PGFN"), confirmando o entendimento do STF, estabeleceu que: (i) em relação às receitas auferidas a partir de 16 de março de 2017, o valor do ICMS destacado nas correspondentes notas fiscais de vendas não deveria integrar a base de cálculo da contribuição para o PIS e a COFINS, independentemente de a pessoa jurídica ter protocolado ou não ação judicial; e (ii) em relação às receitas auferidas até 15 de março de 2017, o valor do ICMS destacado nas correspondentes notas fiscais de vendas não deveria integrar a base de cálculo da contribuição para o PIS e a COFINS, exclusivamente no caso de a pessoa jurídica ter protocolado ação judicial até 15 de março de 2017. A Suzano e suas controladas ajuizaram ao longo dos anos ações para reconhecer o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e a COFINS, abrangendo períodos desde março de 1992. As ações judiciais propostas pela Suzano e suas controladas estão em diferentes fases processuais, tendo algumas já transitadas em julgado e outras aguardando posição definitiva pelos Tribunais. Não obstante, o fato de as ações judiciais estarem em fases processuais distintas, a Suzano entende, suportada pelos seus assessores legais, que em razão do julgamento definitivo pelo STF acerca da matéria, os benefícios econômicos decorrentes das ações judiciais são praticamente certos e, portanto, não mais se trata de ativos contingentes, devendo os créditos serem contabilizados. Dessa forma, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o total dos créditos tributários de PIS

continua



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO

Holding

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

e COFINS a recuperar reconhecido pela Suzano, seguindo exatamente os termos decididos pelo STF quanto à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, é de R\$582.433, dos quais R\$128.115 registrados em setembro de 2019 e R\$454.318 até dezembro de 2021. O reconhecimento se baseia na melhor estimativa e nos documentos fiscais disponíveis atualmente, podendo esse valor estar sujeito a ajustes decorrentes da obtenção de documentos fiscais para períodos mais antigos e/ou outros ajustes, na estimativa que eventualmente surjam na confirmação final dos valores efetivos do crédito.

20.3.2. Atualização de SELIC sobre indêbitos tributários: Em setembro de 2021, o STF entendeu, por maioria de votos, que a União não pode cobrar IRPJ e CSLL sobre valores referentes à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Não obstante, o referido julgamento não tenha se encerrado de forma definitiva com o respectivo trânsito em julgado, a Suzano, junto aos seus assessores, entende que a princípio não há possibilidade de reversão de entendimento quanto ao mérito. Desta forma, a Suzano realizou o levantamento dos créditos referentes a IRPJ e CSLL a serem recuperados, e tendo em vista a imaterialidade dos valores até este momento, entende pela continuidade do levantamento junto aos assessores externos para a escrituração apropriada dos ativos oportunamente.

21. Planos de benefícios a empregados: A Companhia e a Suzano oferecem a seus funcionários planos suplementares de aposentadoria de contribuição definida e planos de benefícios definidos, tais como assistência médica e seguro de vida, os quais são detalhados a seguir.

21.1. Planos de aposentadoria suplementar - Contribuição definida: A Companhia e a Suzano possuem um plano de aposentadoria suplementar vigente, conforme detalhado a seguir.

21.1.1. Suzano Prev: Em 2005, a Companhia e a Suzano instituíram o plano de previdência Suzano Prev administrado pela BrasilPrev, entidade aberta de previdência complementar, que atende a empregados de empresas do Grupo Suzano, no modelo de contribuição definida. Nos termos do contrato do plano de benefícios, para os colaboradores que possuem o salário acima das 10 URS's, além da contribuição de 0,5%, as contribuições da parte empresa acompanham as contribuições dos empregados e incidem sobre a parcela do salário que excede as 10 URS's, podendo variar de 1% a 6% do salário nominal. Este plano é denominado Contribuição Básica 1. As contribuições da Companhia e da Suzano ao colaborador são de 0,5% do salário nominal que não exceder a 10 unidades de referência Suzano ("URS"), mesmo não havendo contrapartida de contribuição por parte do colaborador. Este plano é denominado Contribuição Básica 2. A partir de agosto de 2020, para os colaboradores que possuem salário menor que as 10 URS's, poderão investir 0,5 ou 1,0% do salário nominal e a Companhia e a Suzano acompanharão as contribuições do colaborador. O colaborador poderá livremente optar por investir até 12% do salário na previdência Suzano Prev, sendo que o excedente da Contribuição Básica 1 ou 2 poderá ser investido na contribuição suplementar, onde não há contrapartida da Companhia e da Suzano e o colaborador deverá considerar as duas contribuições para limitar a 12% do salário. O acesso ao saldo formado pelas contribuições da Companhia e da Suzano ocorrem somente no desligamento e está diretamente relacionado ao tempo do vínculo empregatício. As contribuições realizadas pela Companhia e a Suzano, para plano de previdência Suzano Prev administrado pela BrasilPrev, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 totalizaram R\$13.993 reconhecidos nas rubricas custo dos produtos vendidos, despesas com vendas e gerais e administrativas (R\$9.388 em 31 de dezembro de 2020, inclui saldo oriundo da Fundação Senador José Ermirio de Moraes - FUNSEJEM, cujo vínculo foi encerrado em julho de 2020).

21.2. Planos de benefícios definidos: A Companhia e a Suzano tem como política de recursos humanos oferecer assistência médica e seguro de vida, adicionalmente ao plano de aposentadoria complementar, sendo os valores apurados por meio de cálculo atuarial e reconhecidos no resultado, conforme detalhado a seguir.

21.2.1. Assistência médica: A Companhia e a Suzano garantem cobertura de custos com programa de assistência médica para determinado grupo de ex-funcionários que se aposentaram até 1998 e até 2003 nas unidades de Suzano, escritório administrativo de São Paulo e Limeira e até 2007 na unidade Jacareí, bem como para seus cônjuges e dependentes até completar a maioria. Para outro determinado grupo de ex-funcionários que, excepcionalmente por critério e deliberação da Companhia e da Suzano, ou segundo critérios e direitos associados ao cumprimento da legislação pertinente, a Companhia e a Suzano asseguraram o programa de assistência médica. Os principais riscos atuariais associados são: (i) redução da taxa de juros; (ii) sobrevida superior ao previsto nas tábuas de mortalidade; (iii) rotatividade superior à esperada; e (iv) crescimento dos custos médicos acima do esperado.

21.2.2. Seguro de vida: A Companhia e a Suzano oferecem o benefício do seguro de vida para determinado grupo de ex-funcionários que se aposentaram até 2005 nas unidades de Suzano e escritório administrativo de São Paulo e que não optaram pelo plano de aposentadoria complementar. Os principais riscos atuariais relacionados são: (i) redução da taxa de juros e (ii) mortalidade superior à esperada.

21.2.3. Movimentação do passivo atuarial: As movimentações das obrigações atuariais preparadas com base em laudo atuarial, estão apresentadas a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	736.179	
Juros sobre passivo atuarial	53.092	
Perda atuarial	33.843	
Contribuição funcionários	(88)	
Variação cambial	487	
Benefícios pagos	(38.468)	
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	785.045	
Juros sobre passivo atuarial	55.849	
Ganho atuarial	(119.642)	
Variação cambial	37	
Benefícios pagos	(46.131)	
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	675.158	

21.2.4. Hipóteses atuariais econômicas e biométricas: As principais hipóteses e dados biométricos utilizados na elaboração dos cálculos atuariais são apresentados a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Econômicas		
Taxa de desconto nominal - plano médico e seguro de vida	8,92% a.a.	7,16 % a.a.
Taxa de crescimento dos custos médicos	3,25% a.a.	3,25% a.a.
Inflação econômica	3,25% a.a.	3,25% a.a.
Fator de envelhecimento	0 a 24 anos: 1,50% a.a. 25 a 54 anos: 2,50% a.a. 55 a 79 anos: 4,50% a.a.	0 a 24 anos: 1,50% a.a. 25 a 54 anos: 2,50% a.a. 55 a 79 anos: 4,50% a.a.
	Acima de 80 anos: 2,50% a.a.	Acima de 80 anos: 2,50% a.a.
Biométricas		
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB 57	IAPB 57
Rotatividade	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Outras		
Idade de aposentadoria	65 anos	65 anos
Composição familiar	90% casados	90% casados
Permanência no plano	Homem 4 anos + velho 100%	Homem 4 anos + velho 100%

21.2.5. Análise de sensibilidade: A Suzano efetuou as análises de sensibilidade quantitativas em relação às hipóteses significativas para os seguintes benefícios são demonstradas a seguir:

Taxa de desconto	Taxa de crescimento dos custos médicos
+0,50% R\$(702.456)	+1,00% R\$741.047
-0,50% R\$631.746	-1,00% R\$(601.154)

21.2.6. Previsão de pagamentos e duração média das obrigações: Os pagamentos de benefícios esperados para os exercícios futuros (10 anos) a partir da obrigação dos benefícios concedidos, são demonstrados a seguir:

Assistência médica e seguro de vida	
2022	38.830
2023	41.550
2024	44.373
2025	47.191
2026	50.125
até 2027	294.479

22. Pagamento baseado em ações: A Suzano tem 3 (três) planos de remuneração de longo prazo baseados em ações, sendo (i) Plano de ações fantasmas ("Phantom Shares - PS") e (ii) Plano de apreciação do valor das ações ("Share Appreciation Rights - SAR"), ambos liquidados em moeda corrente e (iii) ações restritas, liquidado em ações. As características e os critérios de mensuração de cada plano oferecido pela Suzano, estão divulgados a seguir:

22.1. Plano de remuneração de longo prazo ("PS e SAR"): Determinados executivos e membros chave da Administração da Suzano, possuem plano de remuneração de longo prazo atrelado ao preço da ação com liquidação em dinheiro. No plano PS, o beneficiário não faz investimento e no plano SAR, o beneficiário deverá investir 5% (cinco) do valor total correspondente ao número de opções de ações fantasmas no momento da outorga e 20% (vinte) após 3 (três) anos para efetivar a aquisição da opção. Também outorgamos planos de remuneração de longo prazo para membros chaves da Suzano como forma de retenção. O prazo de carência e de vencimento dos planos podem variar de 3 (três) até 5 (cinco) anos, a partir da data de outorga, de acordo com as características de cada plano. O valor da ação é mensurado com base na média da cotação das ações dos últimos 90 pregões a partir do fechamento do último dia útil de pregão do mês anterior ao mês da outorga. Para o SAR, a mensuração também considera o *Total Shareholder Return* ("TSR"), utilizado para medir o desempenho de ações de diferentes empresas em certo intervalo de tempo, combinando o preço da ação para demonstrar o retorno proporcionado ao acionista. As parcelas destes planos são reajustadas com base na variação da cotação das ações SUZB3 na B3, entre a data de outorga e a data de pagamento. Nas datas em que não ocorra negociação das ações SUZB3, prevalecerá o valor da última negociação. As opções de ações fantasmas somente serão pagas, caso o beneficiário mantenha o vínculo empregatício na data do pagamento. No caso de rescisão, seja por iniciativa da Suzano ou do beneficiário, antes de completar o prazo de carência, o beneficiário perde o direito ao recebimento de todos os valores, exceto, quando estabelecido de outra forma em contrato. A movimentação está apresentada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
No início do exercício	5.772.356	5.996.437
Outorgadas	1.906.343	1.770.384
Exercidas (1)	(1.860.334)	(1.789.413)
Exercidas por desligamento (1)	(86.196)	(21.253)
Abandonadas/prescritas por desligamento	(316.415)	(183.799)
No final do exercício	5.415.754	5.772.356

1) O preço médio das ações exercidas e exercidas por desligamento, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$60,30 (sessenta reais e trinta centavos) (R\$43,14 (quarenta e três reais e quatorze centavos) em 31 de dezembro de 2020). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a posição consolidada dos planos de opções de ações fantasmas em aberto estão apresentadas a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020		
Programa	Data da outorga	Data da carência	Valor justo na outorga (1)	Quantidade de opções em aberto
SAR 2017	03/04/2017	03/04/2022	R\$13,30	7.405
ILP 2017 - 60	03/04/2017	03/04/2022	R\$13,30	304.512
Diferimento 2017	01/03/2018	01/03/2022	R\$19,88	154.242
SAR 2018	02/04/2018	02/04/2023	R\$21,45	36.231
ILP 2019 - 36	01/03/2019	01/03/2024	R\$41,10	470.000
Diferimento 2018	01/03/2019	01/03/2022	R\$41,10	82.725
Diferimento 2018	01/03/2019	01/03/2023	R\$41,10	82.725
ILP 2019 - 36 H	25/03/2019	25/03/2024	R\$42,19	7.500
ILP 2019 - 48 H	25/03/2019	25/03/2024	R\$42,19	7.500
ILP 2019 - 36 Abril	01/04/2019	01/04/2024	R\$42,81	20.000
SAR 2019	01/04/2019	01/04/2024	R\$42,81	669.656
PLUS 2019	01/04/2019	01/04/2024	R\$42,81	15.572
ILP 2019 - 36 Outubro	01/10/2019	01/10/2022	R\$31,75	19.500
ILP 2019 - 48 Outubro	01/10/2019	01/10/2023	R\$31,75	11.700
ILP 2020 - 36 Abril	01/04/2020	01/04/2023	R\$38,50	82.666
ILP 2020 - 24 Abril	01/04/2020	01/04/2022	R\$38,50	21.250
SAR 2020	01/04/2020	01/04/2025	R\$38,50	666.828
ILP 2020 - 48 Condição A	01/05/2020	30/04/2024	R\$38,34	595.000
ILP 2020 - 48 Condição B	01/05/2020	30/04/2024	R\$38,34	127.500
ILP 2020 - 48 Condição C	01/05/2020	30/04/2024	R\$38,34	127.500
ILP - Retenção 2020 - 36 Outubro	01/10/2020	01/10/2023	R\$38,79	31.792
ILP Retenção 2020 - Premiação Bond e Oferta	01/10/2020	01/10/2023	R\$43,14	4.581
ILP Hiring/Retention Bônus 2020 - 36 Outubro	01/10/2020	01/10/2023	R\$43,14	6.954
Diferimento 2020	01/03/2021	01/03/2024	R\$57,88	292.428
Diferimento 2020	01/03/2021	01/03/2025	R\$57,88	292.428
ILP 2021 - 24	01/03/2021	01/03/2023	R\$56,10	6.000
ILP 2021 - 36	01/03/2021	01/03/2024	R\$56,10	6.000
ILP 2021 - 36 Abril	01/04/2021	01/04/2024	R\$64,12	260.000
ILP 2021 - 48 Abril	01/04/2021	01/04/2025	R\$64,12	210.000
ILP 2021 - 12 Maio	01/05/2021	01/05/2022	R\$67,91	750
ILP 2021 - 24 Maio	01/05/2021	01/05/2023	R\$67,91	625
ILP 2021 - 36 Maio	01/05/2021	01/05/2024	R\$67,91	1.125
SAR 2021	01/04/2021	01/04/2026	R\$64,12	758.660
ILP Retenção 2021 - Julho	01/07/2021	01/07/2024	R\$67,72	8.130
ILP Retenção 2021 - Agosto	01/08/2021	01/08/2024	R\$67,73	3.789
ILP - Retenção 2021 - 36 Outubro	01/10/2021	01/10/2024	R\$58,05	2.412
ILP 2021 - Abril 23/24	16/12/2021	03/04/2023	R\$54,81	10.034
ILP 2021 - Abril 23/24	16/12/2021	01/04/2024	R\$54,81	10.034
				5.415.754

1) Valores expressos em Reais. **22.2. Plano de ações restritas:** A Suzano também oferece plano de ações restritas baseado no desempenho da Suzano (Programa Ações Restritas). Este plano associa a quantidade de ações restritas outorgadas ao desempenho da Suzano, que em 2021 foi em relação às metas de geração de caixa operacional e ESG. A quantidade de ações restritas é definida em termos financeiros, sendo posteriormente convertido em ações com base nos últimos 60 pregões antecedentes a 31 de dezembro de 2021 da SUZB3 na B3. Após a medição das metas que ocorre 12 meses posteriores a celebração do contrato, as ações restritas serão outorgadas imediatamente (condicionadas ao atingimento das metas estabelecidas), pois não possuem período de carência (*vesting period*). No entanto, os beneficiários da outorga devem atender ao período de *lockup* de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual não poderão comercializar as ações. Caso os beneficiários deixem a Suzano, antes do término do exercício fiscal de referência para a medição das metas, perderão direito à outorga de ações restritas. A posição do plano é apresentada a seguir:

	Data da celebração do contrato	Data da outorga	Preço na data de outorga	Ações outorgadas	Término do período de lockup
Programa					
2018	02/01/2018	02/01/2019	R\$39,10	130.435	02/01/2022
2020	02/01/2020	02/01/2021	R\$51,70	106.601	02/01/2024
2021	02/01/2021	02/01/2022	R\$53,81	90.005	02/01/2025

22.3. Premissas de mensuração: Os planos de opções de ações fantasmas, por serem liquidados em caixa, tem o seu valor justo mensurado ao término de cada período, com base no método Monte Carlo ("MMC"). O valor justo é multiplicado pelo TSR observado no período, o qual varia entre 75% e 125% e depende do desempenho da ação SUZB3 em relação às ações de empresas do mesmo setor no Brasil. O plano de ações restritas considera as seguintes premissas: (i) a expectativa de volatilidade foi calculada para cada data de exercício, considerando o tempo remanescente para completar o período de aquisição e a volatilidade histórica dos retornos, utilizando o modelo GARCH de cálculo de volatilidade; (ii) a expectativa de vida média das ações fantasmas e opções de ação foi definida pelo prazo remanescente até a data limite de exercício; (iii) a expectativa de dividendos foi definida com base no lucro por ação histórico da Suzano; e (iv) a taxa de juros média ponderada livre de risco utilizada foi a curva pré de juros em Reais (expectativa do DI) observada no mercado aberto, que é a melhor base para comparação com a taxa de juros livre de risco do mercado brasileiro. A taxa usada para cada data de exercício altera de acordo com o período de aquisição. Os valores correspondentes aos serviços recebidos e reconhecidos estão apresentados a seguir:

	Passivo e Patrimônio líquido	Resultado e Patrimônio líquido
31/12/2021	166.998	195.135
31/12/2020	(94.897)	(152.726)

Passivo não circulante

Provisão com plano de ações fantasmas

Patrimônio líquido

Opção de ações outorgadas

Total das despesas gerais e administrativas provenientes de transações com base em ações

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo e Patrimônio líquido	166.998	195.135
Resultado e Patrimônio líquido	(94.897)	(152.726)
	(99.740)	(157.358)

23. Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas - consolidado:

	31/12/2021	31/12/2020
Aquisição de terras e florestas		
Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") (1)	—	37.104
	—	37.104
Combinação de negócios		
Facepa (2)	40.863	41.721
Vale Florestar Fundo de Investimento em Participações ("VFFIP") (3)	365.089	423.403
	405.952	465.124
	405.952	502.228
	99.040	101.515
	306.912	400.713

1) Refere-se a contas a pagar relacionadas às casas construídas em Imperatriz (Maranhão), atualizada pelo IPCA, cuja liquidação antecipada foi realizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. 2) Adquirido em março de 2018, pelo montante de R\$307.876, mediante pagamento de R\$267.876 e o saldo remanescente atualizado pelo IPCA, ajustado pelas possíveis perdas incorridas até a data de pagamento, com vencimentos em março de 2023 e março de 2028. 3) Em agosto de 2014, a Suzano adquiriu a Vale Florestar S.A., por meio da VFFIP, pelo montante de R\$528.941, mediante pagamento de R\$44.998 e saldo remanescente com vencimentos até agosto de 2029. As liquidações anuais, efetuadas no mês de agosto, estão sujeitas a juros e atualizadas pela variação da taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos da América e parcialmente atualizada pelo IPCA. **24. Compromissos de longo prazo - consolidado:** No curso normal de seus negócios, a Suzano celebra contratos de longo prazo na modalidade *take or pay* com fornecedores de produtos químicos, energia elétrica, transporte e gás natural. Os contratos preveem cláusulas de rescisão e suspensão de fornecimento por motivos de descumprimento de obrigações essenciais. Geralmente, é adquirido o mínimo acordado contratualmente e por essa razão não existem passivos registrados em adição ao montante que é reconhecido mensalmente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, esses compromissos de longo prazo totalizam R\$13.488.327 por ano (R\$12.429.229 por ano em 31 de dezembro de 2020).

25. Patrimônio líquido: **25.1. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da Companhia era de R\$ 1.975.670, integralmente realizado e dividido em 172.927.303 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 75.034.146 ações ordinárias com direito a voto, 68.572.827 ações preferenciais de classe A e 29.320.330 ações preferenciais de classe B sem direito a voto. **25.2. Dividendos e cálculo de reservas:** O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Aos detentores das ações preferenciais é assegurado um dividendo de 10% superior ao das ações ordinárias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com base nos critérios estabelecidos pelo estatuto social, apurou-se dividendos mínimos obrigatórios, bem como, as reservas, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2021
Resultado do exercício	2.349.415
Absorção de prejuízos acumulados	(1.089.094)
Resultado do exercício após absorção de prejuízos acumulados	1.260.321
Constituição de reserva legal - 5%	63.016
Constituição de reserva de incentivos fiscais reflexa	221.488
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	975.817
Dividendos mínimos obrigatórios propostos - 25%	243.954
Resultado remanescente	731.863
Reserva para aumento de capital - 90%	658.677
Reserva estatutária especial - 10%	73.186
Conforme divulgado na nota 32.1, a Companhia aprovou em 13 de janeiro de 2022, o pagamento de dividendos intermediários no montante de R\$211.220, sendo pagos em 31 de janeiro de 2022, os quais serão 9* imputados ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Em 30 de novembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou a compensação de parte do prejuízo fiscal com parte da reserva de capital, no montante de R\$1.500.000. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram distribuídos dividendos, em decorrência do prejuízo apurado no exercício. Em 26 de maio de 2020, a Assembleia Geral Ordinária da Companhia aprovou a distribuição de dividendos do saldo de reservas de lucros, no montante de R\$4.970.	

25.3. Reservas: 25.3.1. Reservas de lucros: São constituídas pela apropriação de lucros da Companhia, após a destinação para pagamentos dos dividendos mínimos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas de lucros, conforme apresentado a seguir: (i) Legal: constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e limitado a 20% do capital social. A utilização desta reserva está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento de capital social e visa assegurar a integridade do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o saldo dessa reserva é de R\$63.016 e em 31 de dezembro de 2020, não havia saldo

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO

Holding

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	31/12/2020				Consolidado				Controladora			
	Ordinárias	Classe A	Classe B	Total	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020	
Resultado atribuível aos acionistas controladores	(1.206.869)	(1.213.237)	(518.757)	(2.938.863)								
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no período (mil)	75.034	68.573	29.320	172.927								
Resultado diluído por ação	(16,08426)	(17,69269)	(17,69269)									
27. Resultado financeiro, líquido:					Consolidado		Controladora					
					31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020				
Despesas financeiras												
Juros sobre empréstimos e financiamentos (1)	(3.188.654)	(3.275.618)	-	-								
Prêmio sobre liquidação antecipada	(260.289)	(391.390)	-	-								
Amortização de custos de transação, ágio e deságio (2)	(107.239)	(101.741)	-	-								
Apropriação de encargos financeiros de arrendamento	(560.799)	(486.565)	(180)	(279)								
Amortização de mais valia	(5.543)	(38.826)	-	-								
Outras	(99.001)	(164.638)	(31)	(38)								
	(4.221.525)	(4.458.778)	(211)	(317)								
Receitas financeiras												
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	206.488	148.121	890	1.075								
Amortização de mais valia	9.110	95.238	-	-								
Outras	57.905	85.411	12	1.030								
	273.503	328.770	902	2.105								
Instrumentos financeiros derivativos												
Receitas	5.582.352	7.283.864	-	-								
Despesas	(7.180.014)	(16.706.546)	-	-								
	(1.597.662)	(9.422.682)	-	-								
Variações monetárias e cambiais, líquidas												
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.847.320)	(13.365.471)	-	-								
Arrendamento	(194.415)	(601.519)	-	-								
Outros ativos e passivos (3)	1.240.908	1.436.099	-	-								
	(3.800.827)	(12.530.891)	-	-								
Resultado financeiro, líquido	(9.346.511)	(26.083.581)	691	1.788								
1) Não inclui R\$18.624, no consolidado, referente a custos de empréstimos capitalizados (não inclui R\$10.636, no consolidado, em 31 de dezembro de 2020). 2) Inclui uma despesa de R\$3.993, no consolidado, referente a custos de transação com empréstimos e financiamentos que foram reconhecidos diretamente no resultado (R\$13.782, no consolidado, em 31 de dezembro de 2020). 3) Incluem efeitos das variações cambiais de clientes, fornecedores, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros.												
28. Receita líquida - consolidado:					31/12/2021		31/12/2020					
Receita bruta de vendas					48.487.091	35.669.390						
Deduções												
Devoluções e cancelamentos					(69.764)	(68.514)						
Descontos e abatimentos					(5.717.412)	(3.830.267)						
					42.699.915	31.770.609						
Impostos sobre as vendas					(1.727.305)	(1.305.229)						
Receita líquida					40.972.610	30.465.380						
29. Informação por segmento - consolidado: 29.1. Critérios de identificação dos segmentos operacionais: O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva Estatutária da Suzano avaliam o desempenho de seus segmentos de negócio através do EBITDA. A Companhia e a Suzano revisaram a nota de segmento do ano anterior para apresentar o EBITDA como medida de desempenho. Os segmentos operacionais definidos pela Administração são os seguintes: i) Celulose: compreende a produção e comercialização de celulose de eucalipto de fibra curta e fluff principalmente para abastecer o mercado externo, com qualquer excedente vendido no mercado interno. ii) Papel: compreende a produção e venda de papel para atender às demandas dos mercados interno e externo. As vendas do segmento de bens de consumo (tissue) estão classificadas nesse segmento devido a imaterialidade do segmento. iii) Imobiliário: Incorporadora e administradora de imóveis. As informações referentes aos ativos e passivos totais por segmentos não são apresentadas, pois não compõem o conjunto de informações disponibilizadas aos Administradores da Suzano que, por sua vez, tomam decisões sobre investimentos e alocação de recursos considerando as informações dos ativos em bases consolidadas. Adicionalmente, com relação às informações geográficas relacionadas a ativos não circulantes, não divulgamos tais informações, visto que todos os nossos ativos imobilizados, ativos biológicos e intangíveis estão localizados no Brasil.												
29.2. Informações dos segmentos operacionais:					Consolidado		31/12/2021		31/12/2020			
					Não		segmentado		Total			
Receita líquida	34.715.208	6.250.223	7.179	-	40.972.610							
Mercado interno (Brasil)	2.338.810	4.380.585	7.179	-	6.726.574							
Mercado externo	32.376.398	1.869.638	-	-	34.246.036							
Ásia	15.952.786	43.961	-	-	15.996.747							
Europa	10.477.292	318.666	-	-	10.795.958							
América do Norte	5.694.273	424.909	-	-	6.119.182							
América do Sul e Central	233.061	1.026.247	-	-	1.259.308							
África	18.986	55.855	-	-	74.841							
EBITDA	22.735.409	2.486.445	5.153	(6.261)	25.220.746							
Depreciação, exaustão e amortização					-		-		7.042.336			
Resultado operacional (EBIT) (1)					-		-		18.178.410			
Margem EBITDA (%)	65,49%	39,78%	71,78%	0,00%	61,56%							
1) Lucro Antes dos Juros e Impostos ("LAJIR"), equivalente ao termo em inglês EBIT (<i>Earnings Before Interest and Tax</i>).												

	31/12/2020			Consolidado		
	Celulose	Papel	Imobiliário	segmentado	Total	
Receita líquida	25.578.265	4.882.012	5.103	-	30.465.380	
Mercado interno (Brasil)	1.609.449	3.358.186	5.103	-	4.972.738	
Mercado externo	23.968.816	1.523.826	-	-	25.492.642	
Ásia	12.921.081	196.266	-	-	13.117.347	
Europa	6.409.879	262.924	-	-	6.672.803	
América do Norte	4.340.956	263.328	-	-	4.604.284	
América do Sul e Central	184.590	723.603	-	-	908.193	
África	112.310	77.705	-	-	190.015	
EBITDA	13.646.228	1.569.946	3.103	(5.451)	15.213.826	
Depreciação, exaustão e amortização				-		
Resultado operacional (EBIT) (1)				-		
Margem EBITDA (%)	53,35%	32,16%	60,81%	0,00%	49,94%	

1) Lucro Antes dos Juros e Impostos ("LAJIR"), equivalente ao termo em inglês EBIT (*Earnings Before Interest and Tax*). Com relação às receitas do mercado externo do segmento operacional celulose, China e Estados Unidos da América são os principais países em relação à receita líquida, representando 44,41% e 14,67%, respectivamente, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (China e EUA representaram 47,97% e 16,54%, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020). Com relação às receitas do mercado externo do segmento operacional papel, Estados Unidos da América, Peru e Argentina, são os principais países, representando 24,30%, 10,03% e 13,03% do mercado externo, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Argentina e Estados Unidos representaram 18,06% e 17,92% em 31 de dezembro de 2020). Não há nenhum outro país estrangeiro individual que represente mais do que 10% da receita líquida no mercado externo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020. **29.3. Receita líquida por produto:** A abertura da receita líquida por produto é divulgada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Produtos	31/12/2021	31/12/2020
Celulose de mercado (1)	34.715.208	25.578.265
Papel para impressão e escrita (2)	5.107.960	3.891.002
Papel cartão	1.091.588	935.047
Outros	57.854	61.066
Total das vendas líquidas	40.972.610	30.465.380

1) A receita líquida da celulose fluff representa, aproximadamente, 0,7% do total da receita líquida consolidada e, portanto, foi incluída na receita líquida de celulose de mercado. 2) A receita líquida de tissue representa, aproximadamente, 2,2% do total da receita líquida consolidada e, portanto, foi incluída na receita líquida de papel de impressão e escrita. **29.4. Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill):** Os ágios por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), oriundos de combinações de negócios foram alocados aos segmentos divulgáveis, correspondem às unidades geradoras de caixa ("UGC") da Suzano, considerando os benefícios econômicos gerados por tais ativos intangíveis. A alocação por segmento divulgável do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) está apresentada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Consolidado	31/12/2021	31/12/2020
Celulose	7.897.051	7.897.051
Bens de consumo	119.332	119.332
	8.016.383	8.016.383

30. Resultado por natureza:

	Consolidado	Controladora
	31/12/2021	31/12/2020
Custos dos Produtos Vendidos (1)		
Gastos com pessoal	(1.174.874)	(997.080)
Custo com matérias-primas, materiais e serviços	(8.731.670)	(7.533.152)
Custos logísticos	(4.328.046)	(4.156.096)
Depreciação, exaustão e amortização	(5.988.248)	(5.773.088)
Gastos operacionais COVID-19 (6)	-	(95.024)
Outros (2)	(394.496)	(413.763)
	(20.617.334)	(18.968.203)
Despesas com vendas		
Gastos com pessoal	(219.590)	(205.636)
Serviços	(121.568)	(114.143)
Despesas com logística	(947.551)	(852.562)
Depreciação e amortização	(944.361)	(905.880)
Outros (3)	(58.652)	(96.431)
	(2.291.722)	(2.174.652)
Despesas gerais e administrativas		
Gastos com pessoal	(990.530)	(867.529)
Serviços	(332.124)	(313.392)
Depreciação e amortização	(103.943)	(78.332)
Ações Sociais COVID-19	(25.285)	(48.590)
Gastos operacionais COVID-19 (6)	-	(41.076)
Outros (4)	(133.271)	(100.395)
	(1.585.153)	(1.449.314)
	(8.307)	(7.255)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Claudio Thomaz Lobo Sonder Presidente	Antonio de Souza Corrêa Meyer Vice-Presidente
Marcos Sampaio de Almeida Prado Conselheiro	Geraldo José Carbone Conselheiro
	Ricardo Madrona Saes Conselheiro

DIRETORIA

David Feffer Diretor Presidente	Claudio Thomaz Lobo Sonder Diretor Executivo	Orlando de Souza Dias Diretor Executivo e de Relações com Investidores
CONTADOR Rinaldo Ciucci - CRC 1SP-147256/O-0		

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO ("CAE")

Sobre o Comitê: O CAE da Suzano Holding S.A. ("Suzano Holding") é um órgão estatutário de funcionamento permanente instituído em dezembro de 2019. O CAE é composto por 3 (três) membros com mandato de 2 (dois) anos. A maioria dos membros são independentes, sendo que ao menos um deles integra também o Conselho de Administração da Suzano Holding. Dentre os membros do CAE, o Sr. Marcos Sampaio de Almeida Prado, atua como coordenador e o Sr. José Carlos Garbes, como especialista financeiro. De acordo com o seu Regimento Interno, compete ao CAE zelar (i) pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis da Suzano Holding, (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, (iii) pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente e da auditoria interna, (iv) pela qualidade e efetividade do sistema de controles internos e da administração de riscos. As avaliações do CAE baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, dos gestores dos canais de denúncia e ouvidoria e em suas próprias análises decorrentes de observação direta. A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações contábeis conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as emanadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), requisitos específicos da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e as normas internacionais

de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). Os auditores independentes são igualmente responsáveis pela revisão limitada dos informes trimestrais ("ITRs") arquivados junto à CVM. O relatório dos auditores independentes reflete o resultado de suas verificações e apresenta a sua opinião a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis do exercício em relação aos princípios descritos acima. Com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os referidos auditores independentes emitiram relatório em 15 de março de 2022, contendo opinião sem ressalvas. Os trabalhos de auditoria interna são realizados por equipe própria. O CAE é responsável pela aprovação do plano de auditoria interna, que na sua execução é acompanhado e orientado pela Diretora Jurídica. **Temas discutidos pelo Comitê de Auditoria Estatutário:** O CAE se reuniu 4 (quatro) vezes no período de janeiro a dezembro de 2021. Dentre as atividades realizadas durante o exercício, destacamos: (i) Recomendação para aprovação pelo Conselho de Administração do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2020; (ii) Exame das informações trimestrais da companhia nos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2021; (iii) Monitoramento da execução dos planos de remediação das recomendações indicadas na Carta de Recomendações dos auditores independentes; (iv) Discussão da atualização

do resultado do mapeamento de riscos da companhia; (v) Monitoramento da adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela companhia; e (vi) Acompanhamento do andamento dos trabalhos aprovados no plano de auditoria, inclusive quanto à integração com as demais atividades relacionadas à gestão de riscos e compliance. **Conclusão:** Os membros do CAE da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, bem como daquelas previstas no seu Regimento Interno do próprio comitê, procederam ao exame e à análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório de auditoria contendo opinião sem ressalvas dos auditores independentes, do relatório anual da Administração, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., recomendam, por unanimidade, a aprovação, pelo Conselho de Administração da Companhia, dos documentos acima citados.

São Paulo, 15 de março de 2022

Marcos Sampaio de Almeida Prado

Coordenador

José Carlos Garbes
Especialista financeiro

Geraldo José Carbone
Membro

continua



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.ri.estadao.com.br/publicacoes/>

SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO

Holding

☆ continuação

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") da Suzano Holding S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em atendimento ao disposto no inciso IX do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, examinou as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Relatório da Administração, e o relatório emitido sem ressalvas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados, os membros do CAE, abaixo assinados, opinam que as demonstrações financeiras se encontram em condições de serem aprovadas.

São Paulo, 15 de março de 2022

Marcos Sampaio de Almeida Prado
Coordenador

José Carlos Garbes
Especialista financeiro

Geraldo José Carbone
Membro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Suzano Holding S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355 - 21º andar, Pinheiros, CEP 01452-919, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.651.809/0001-05 ("Companhia"), nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 15 de março de 2022

David Feffer
Diretor Presidente

Claudio Thomaz Lobo Sonder
Diretor Executivo

Orlando de Souza Dias
Diretor Executivo e de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Suzano Holding S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355 - 21º andar, Pinheiros, CEP 01452-919, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.651.809/0001-05 ("Companhia"), nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 15 de março de 2022

David Feffer
Diretor Presidente

Claudio Thomaz Lobo Sonder
Diretor Executivo

Orlando de Souza Dias
Diretor Executivo e de Relações com Investidores

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Suzano Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais Suzano Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Suzano Holding S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Suzano Holding S.A. e da Suzano Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria foi planejada e executada considerando as operações e transações da Companhia e suas controladas, ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Neste contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhadas àquelas do ano anterior.

Porque é um PAA

Redução ao valor recuperável de intangíveis (Nota 3.2.20 e 16.1)
A controlada Suzano S.A. possui registrado em seu ativo intangível, ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura, oriundo da aquisição da Fibria Celulose S.A. ocorrida em janeiro de 2019, o qual foi alocado ao segmento de celulose.

O referido saldo tem sua recuperação baseada em projeções que incluem premissas e dados que envolvem julgamentos significativos da administração da controlada, incluindo a definição de unidade geradora de caixa, preço médio líquido de celulose e taxa de desconto, entre outras. Para efetuar o cálculo do valor recuperável, a administração da controlada calculou o valor em uso através da metodologia do fluxo de caixa descontado.

Consideramos essa área como de foco para nossa auditoria tendo em vista a relevância do saldo, bem como que variações na determinação das premissas adotadas pela administração da controlada podem impactar a recuperação dos saldos registrados e, por consequência, os resultados das operações e a posição patrimonial e financeira do Consolidado.

Valor justo dos ativos biológicos (Notas 3.2.17 e 13)

Os ativos biológicos da controlada Suzano S.A. correspondem a florestas de eucalipto e são mensurados ao valor justo menos as despesas de venda, aplicando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado. Esse método faz uso de dados e premissas que envolvem julgamento significativo por parte da administração da controlada, incluindo taxa de incremento médio anual das florestas e principalmente o preço de venda da madeira em pé em diferentes regiões.

Este é um assunto de atenção da nossa auditoria, considerando especialmente os riscos inerentes à subjetividade de determinadas premissas que requerem o exercício de julgamento da administração da controlada e podem ter impacto relevante na determinação do valor justo e, por consequência, no resultado do exercício.

Recuperabilidade de tributos diferidos ativo (Nota 3.2.21 e 12)

Em 31 de dezembro de 2021, o balanço patrimonial da controlada Suzano S.A. apresenta imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no ativo não circulante, provenientes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias. Estes tributos diferidos ativos são considerados recuperáveis com base em projeções de geração de lucros tributáveis futuros, que envolvem julgamentos significativos por parte da administração da controlada, notadamente em relação ao momento da realização do prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa da contribuição social e das diferenças temporárias e os impactos futuros estimados no cálculo e na tributação do imposto de renda e contribuição social.

O valor recuperável dos tributos diferidos ativos reconhecidos pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas e dados de projeções dos lucros tributáveis futuros, o que pode impactar o valor do tributo diferido ativo apresentado nas demonstrações financeiras. Além disso, a estimativa do momento da realização do prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa da contribuição social e das diferenças temporárias e seus impactos na tributação futura da controlada exige julgamentos significativos pela administração da controlada. Por esse motivo e pela magnitude dos valores apresentados, consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração da controlada para mensurar o valor recuperável, da metodologia de avaliação, das premissas e dados utilizados no cálculo, assim como o critério adotado para a definição da unidade geradora de caixa. Avaliamos o modelo do fluxo de caixa descontado, bem como sua coerência geral lógica e aritmética. Envolvermos nossos especialistas na área de avaliação de negócios para nos apoiar na análise e teste da taxa de desconto. Em relação às principais premissas na perspectiva da auditoria, como o preço médio líquido de celulose e taxa de desconto, efetuamos comparações com publicações externas especializadas, bem como avaliamos, por meio de análises de sensibilidade, se variações individuais ou cumulativas aproximariam o valor recuperável do valor contábil. Para as demais premissas, levamos em consideração o comportamento histórico, respectivas tendências e outras evidências que corroboram os dados utilizados. Avaliamos, também, a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração da controlada envolvidos no cálculo do valor recuperável. Com base nos trabalhos de auditoria acima resumidos, consideramos que as premissas e dados utilizados e a metodologia de avaliação do valor recuperável estão consistentes com as práticas de mercado. Assim como, as divulgações efetuadas sobre o tema estão adequadas em relação às evidências por nós obtidas.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração da controlada para mensurar o valor justo, bem como a metodologia de avaliação, premissas e dados utilizados no cálculo. Avaliamos o modelo do fluxo de caixa descontado, bem como sua coerência geral lógica e aritmética. Definimos as principais premissas na perspectiva da auditoria e efetuamos comparações com fontes externas, avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração da controlada para apoio no cálculo do valor justo. Em relação às premissas consideradas significativas no âmbito da auditoria, como o preço de venda da madeira em pé e a taxa de incremento médio anual das florestas, efetuamos comparações com publicações externas especializadas, bem como avaliamos o comportamento histórico, respectivas tendências e dados utilizados, além de avaliarmos se as informações divulgadas nas notas explicativas estavam consistentes com os requisitos da norma contábil e com as premissas utilizadas nos cálculos. Com base no resultado dos procedimentos realizados, consideramos que o modelo de avaliação está consistente com as práticas de mercado e que as premissas e dados utilizados estão devidamente suportados.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração da controlada para mensurar o valor recuperável, bem como a metodologia de avaliação, premissas e dados utilizados no cálculo. Avaliamos, com o apoio dos nossos especialistas na área de tributos, a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar a projeção de lucros tributáveis futuros, que inclui o preço médio líquido da celulose e do papel, assim como o preço de transferência praticado com a subsidiária na Áustria. Efetuamos a comparação dos dados utilizados na projeção com dados históricos, do setor e de mercado, bem como realizamos análise de sensibilidade sobre a projeção elaborada pela administração da controlada. Avaliamos se as projeções, incluindo a estimativa do momento de realização das diferenças temporárias, indicavam lucros tributáveis futuros suficientes para a realização dos tributos diferidos ativos, assim como a adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que a metodologia, os julgamentos e premissas utilizados pela administração da controlada são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas.

Porque é um PAA

Provisão para passivos judiciais tributários (Nota 3.2.24 e 20)

A Companhia e suas controladas são parte passiva em processos judiciais decorrentes do curso normal de suas operações.

Especialmente no caso daqueles de natureza tributária, eles são relativos a divergências na interpretação das normas tributárias, autos de infração, entre outros. A administração, com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos, estima os possíveis desfechos para esses diversos assuntos, provisiona aqueles considerados como de perda provável e divulga aqueles considerados como de perda possível.

A determinação das chances de perda, assim como dos valores objetos das disputas, envolvem julgamento da administração, considerando aspectos subjetivos e evoluções jurisprudenciais, que podem mudar ao longo do processo e que não estão sob o controle da administração e, por essa razão, definimos esse tema como uma área de foco.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Forneçamos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 15 de março de 2022

José Vital Pessoa Monteiro Filho
Contador CRC 1PE016700/O-0



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>